



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar – PGPDE

Do Desenvolvimento Histórico da Clínica à Clínica do Desenvolvimento Humano:

Contribuições de Vigotski para uma Práxis Clínica Histórico-Cultural

Rebeca Maria Peres Calgaro

Brasília, 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar – PGPDE

Rebeca Maria Peres Calgaro

Do desenvolvimento Histórico da Clínica à Clínica do Desenvolvimento Humano:

Contribuições de Vigotski para uma Práxis Clínica Histórico-Cultural

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, área de concentração Desenvolvimento Humano e Educação.

Orientadora: Prof. Dr^a. Daniele Nunes Henrique Silva

Brasília, 2025

Esta dissertação recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)

*“Deus criou este mundo. O homem,
todavia,
Entrou a desconfiar, cogitabundo...
Decerto não gostou lá muito do que via...
E foi logo inventando o outro mundo”*

Mário Quintana

Dedico este trabalho em memória à Matilde Peres dos Santos,
que plantou minha vida pra que eu pudesse colher meus sonhos.

Agradecimentos

O processo de criação envolve certos suplícios que são difíceis de expressar com palavras e, talvez, em razão de tamanha dificuldade o movimento mais intuitivo dos seres humanos seja agradecer quem fez parte desse processo. Isto é, o que criamos e como criamos, pode até ser nebuloso, mas antes disso é preciso pensar: com quem criamos?

Por isso, gostaria de agradecer a Débora Ribeiro, amiga de longa data, que esteve presente em momentos de muita dificuldade, que me ofereceu sua casa e sua companhia para que o processo de criação não fosse tão solitário. Agradeço também meus queridos amigos, Natasha Bernardes, José Camilo Neto, Mariana Vaz, Vitória Ramalho, Haney Soares, Larissa Gandora, Álex Ramos, Marina Kurotusch, Ana Laura Peralta, Letícia Guedes, Milena de Souza, Caio Souza, Ariana Carneiro e Jaíne Batista que, quando tudo era caos, prontamente me ouviram sempre que precisei falar, me ofereceram colo, conforto e muito sarcasmo.

Agradeço aos camaradas do Coletivo de Psicologia no Materialismo Histórico Dialético que me impulsionam meu desejo por transformações sociais, meu senso crítico sobre a ciência psicológica e que contribuem tanto para o meu crescimento enquanto profissional. Nessa mesma direção, agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa na Psicologia Histórico-Cultural por proporcionarem grandiosas trocas teóricas sobre a teoria vigotskiana, especialmente Dinalva Oliveira e Ofélia Mula que acompanharam toda a caminhada do mestrado. Agradeço também à minha orientadora, Prof^a Dr^a Daniele Nunes Henrique Silva que me guiou por um tema tão inexplorado, inovador e pungente, trazendo com excelência contribuições teórico-metodológicas para pensar uma práxis clínica Histórico-Cultural. Não obstante, agradeço a Prof^a Dr^a Alexandra Ayach Anache, o Prof^o Dr^o Emílio Peres Facas e o Prof^o Dr^o Fabrício Santos Dias de

Abreu por se disporem a ler e criticar essa pesquisa, podendo contribuir para a ampliação crítica de uma práxis clínica.

Por fim, agradeço minha família pelo apoio incondicional às minhas escolhas de vida. Fazer um mestrado em outra cidade sendo uma mulher pobre, racializada e periférica é uma tarefa que só foi possível pelo apoio de mulheres muito especiais na minha vida. Apoio logístico da minha prima Carolina Peres que cedeu sua casa para minha estadia em Brasília, pelo apoio financeiro da minha mãe Melissa Calgaro, que me ajudou com as infinitas idas e vindas de Goiânia e minha prima Taísa Peres pela revisão textual do meu trabalho e, principalmente, pelo apoio emocional, mesmo de longe. Obrigada por não me deixarem desistir e, mais do que isso, por nunca terem desistido de mim. Sabemos que o ambiente acadêmico é repleto de contradições. Se por um lado ele reproduz todo tipo de mazelas sociais e, quase que como uma força estranha, tenta te expulsar, por outro lado, o caminho do conhecimento é uma das únicas alternativas para a classe trabalhadora, sendo assim, finalizo com a canção de Djonga (2025):

*“Deixa a mente focada no título
quando mais eu como, mais fome eu sinto
porque eu sei que esses caras preferem nos ver servindo,
minha versão antiga se despedindo”.*

Resumo: Este trabalho insere-se no campo da psicologia clínica em interface com a Teoria Histórico-Cultural, buscando superar as lacunas teórico-metodológicas para a consolidação de uma práxis clínica Histórico-Cultural. Partindo do reconhecimento de que essa clínica desponta como um novo modelo de psicoterapia, o estudo objetiva analisar e sistematizar contribuições conceituais de Lev. S. Vigotski para a constituição de uma práxis clínica fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, articulando seus textos pedológicos com às contribuições contemporâneas. A pesquisa, de caráter teórico e conceitual/bibliográfico, está organizada em duas etapas: (1) uma revisão sistemática da literatura (2013-2023), realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Google Acadêmico, com os descritores “clínica”, “psicoterapia”, “processo terapêutico” e “histórico-cultural”, e (2) uma análise conceitual da obra vigotskiana, especialmente de oito textos pedológicos. Os resultados da revisão apontaram que as principais categorias vigotskianas aplicadas à clínica são a consciência, a mediação e a zona de desenvolvimento proximal. Por outro lado, a análise dos textos pedológicos concentrou-se em quatro eixos conceituais de articulação com a práxis clínica: i. o problema do meio; ii. a crítica ao diagnóstico, em suas tensões entre adoecimento e situação social de desenvolvimento; iii. a vivência (*perejivanie*) enquanto unidade de análise da relação sujeito–meio, compreendida em termos de drama; iv. a dimensão sistêmica e semântica do psiquismo, associada à formação da consciência. A partir desses eixos, conclui-se que a clínica Histórico-Cultural desponta como possibilidade de superação dialética da crise da psicologia, concebendo o meio como ponto de partida e de chegada da ação terapêutica. O meio social é entendido como fonte de desenvolvimento ou adoecimento, sendo, portanto, o espaço em que se produzem consciência, liberdade e transformação. Assim, a práxis clínica Histórico-Cultural propõe-se a promover o desenvolvimento e a emancipação humana, rompendo com a adaptação passiva e impulsionando o sujeito a transformar as bases sociais que produzem sofrimento psíquico.

Palavras-chave: clínica; psicoterapia; teoria Histórico-Cultural; crise da psicologia.

Abstract: This study is situated within the field of clinical psychology, in dialogue with Cultural-Historical Theory, seeking to overcome theoretical and methodological gaps in the consolidation of a Cultural-Historical clinical praxis. Starting from the recognition that this form of clinical practice emerges as a new model of psychotherapy, the study aims to analyze and systematize Lev. S. Vigotski's conceptual contributions to the constitution of a clinical praxis based on Historical-Cultural Theory, articulating his pedagogical texts with contemporary contributions. This theoretical and conceptual/bibliographic research is organized into two stages: (1) a systematic literature review (2013-2023) conducted through the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and Google Scholar, using the descriptors “clinic,” “psychotherapy,” “therapeutic process,” and “cultural-historical”; and (2) a conceptual analysis of Vygotsky’s work, focusing especially on eight of his pedagogical texts. The literature review revealed that the main Vygotskian categories applied to clinical contexts are consciousness, mediation, and the zone of proximal development. The analysis of the pedagogical texts, in turn, focused on four conceptual axes that articulate with clinical praxis: i. the problem of the environment; ii. the critique of diagnosis, in its tensions between illness and the social situation of development; iii. *perezhivanie* (lived experience) as the unit of analysis of the subject–environment relationship, understood in terms of drama; iv. the systemic and semantic dimension of the psyche, associated with the formation of consciousness. From these analytical axes, it is concluded that Cultural-Historical clinical practice represents a dialectical overcoming of the crisis in psychology, conceiving the social environment as both the starting point and the endpoint of therapeutic action. The social environment is understood as a source of both development and illness, and thus as the locus where consciousness, freedom, and transformation are produced. Accordingly, Cultural-Historical clinical praxis aims to promote human development and emancipation, breaking with passive adaptation and enabling the subject to transform the social foundations that generate psychological suffering.

Keywords: clinical practice; psychotherapy; Historical-Cultural theory; crisis in psychology.

Sumário

Apresentação.....	11
Capítulo 01: Introdução.....	15
1.1 A teoria vigotskiana como desenvolvimento da Psicologia.....	19
1.2 Pressupostos Epistemológicos da Teoria Histórico-Cultural: pensar sobre mundo é agir sobre o mundo.....	23
Capítulo 02: O desenvolvimento histórico da clínica psicológica como problema epistemológico.....	43
2.1 O Desenvolvimento da Clínica Psicológica na Modernidade.....	46
2.2 A Clínica como Campo de Atuação da Psicologia no Brasil.....	61
2.3 A Clínica Histórico-Cultural como Produto do Aprofundamento da Crise da Psicologia.....	64
Capítulo 03: Delimitação de estudo: a clínica histórico-cultural na contemporaneidade.....	76
3.1 Discussão dos trabalhos selecionados.....	84
Capítulo 04: Desenho Metodológico da Pesquisa.....	100
4.1 Objetivos.....	106
4.1.1 Objetivo geral.....	106
4.1.2 Objetivos específicos.....	106
Capítulo 05: As contribuições dos estudos pedológicos de Vigotski para a clínica histórico-cultural.....	107
5.1 O problema do meio na práxis clínica.....	111
5.2. A (im)pertinência do diagnóstico na Clínica Histórico-Cultural: tensões entre o adoecimento e a situação social de desenvolvimento.....	119
5.3 A vivência (perejivanie) e o drama como combustível da trajetória clínica.....	125
5.3. A dimensão sistêmica e semântica do psiquismo: considerações para uma clínica da Teoria Histórico-Cultural.....	131
5.4 Comentários gerais sobre o caso O.: caderno de notas.....	136
Capítulo 06: Considerações	
 Finais.....	142
Referências.....	145

Lista de Tabelas

Tabela 01.....	84
Tabela 02.....	107

Lista de Figuras

	Figura	
01.....		32
	Figura	
02.....		79
	Figura	
03.....		81

Apresentação

Crise. Essa é a palavra que Lev S. Vigotski (1896-1934) utiliza para definir os conflitos inerentes à constituição da ciência psicológica. Entretanto, essa é também a palavra que define a trajetória de minha formação como psicóloga. Nesse sentido, as vivências que atravessaram minha história de vida conduziram, em certa medida, ao tema sobre o qual me debruço: a clínica na Teoria Histórico-Cultural.

De modo geral, a formação inicial em psicologia proporcionou um encontro com uma área do saber cindida, afinal, fui apresentada a diversas abordagens psicológicas que, sob suas distintas matrizes epistemológicas, constroem saberes e fazeres psicológicos diversos (Figueiredo, 2014; Bock, 1997). Ainda, fui alertada a respeito do modo de utilização desses saberes, sob o risco de cairmos no dogmatismo ou no ecletismo, conforme comenta Figueiredo (2014). Ao longo desse processo formativo, também fui convocada a ocupar espaços clínicos e não clínicos, o que evidencia outra contradição inerente a essa área do conhecimento: a delimitação do que é ou não um espaço clínico e, principalmente, qual aporte teórico-metodológico é adequado para atuar nesse contexto (Dutra, 2004; Moreira et al., 2007). Nesse sentido, foram forjados os psicólogos, e nele forjou-se também a minha própria crise.

Isso aconteceu porque estar na posição de estudante de psicologia era, por si só, um lugar de estranhamento. Considerando que sou uma mulher periférica, racializada e oriunda de escola pública, adentrar o ensino superior público e, principalmente, o curso

de psicologia, colocou-me diante de diversas questões que não respondiam inicialmente às minhas necessidades sociais objetivas. Para mim, por exemplo, pensar os processos de constituição e desenvolvimento psíquico dos sujeitos, assim como sua saúde mental, não poderia estar deslocado das condições histórico-sociais que os constituem. Essa compreensão, contudo, revela um tensionamento mais amplo, que não se restringe à minha trajetória pessoal, mas remonta à própria formação histórica da psicologia enquanto campo científico.

Há, sem dúvida, um problema inerente ao nascimento da ciência psicológica enquanto ciência moderna, pois ela surge para servir a um indivíduo cuja subjetividade foi privatizada (Figueiredo & Santi, 2010). As abordagens clássicas da psicologia clínica, tais como a análise do comportamento, as teorias cognitivistas, a psicanálise e a Gestalt, respondem a questões do indivíduo moderno sem considerar que nosso modelo societal é historicamente determinado e dividido por classes sociais (Marx, 1867/2016). Desse modo, incomodava-me o fato de que essas abordagens (ao menos em sua matriz epistemológica) não eram capazes de responder às questões clínicas de gênese subjetiva entretecida ao contexto histórico-social e vice-versa.

Continuei, então, procurando uma teoria cuja base epistemológica fosse o materialismo histórico-dialético. Assim, cheguei às teorias do desenvolvimento de Lev S. Vigotski (1896-1934) e Henri Wallon (1879-1962), bem como às teorias da psicologia social, tais como as de Ignacio Martín-Baró (1942-1989), Silvia Lane (1933-2006), Bader Sawaia e Antônio Ciampa, entre outras. No entanto, a maneira como esses autores eram apresentados no processo formativo conduzia a uma segunda divisão interna na psicologia: ou se apresentava a psicologia clínica a partir das abordagens clássicas, ou se discutia a psicologia social por meio das abordagens

contemporâneas e críticas de gênese marxista. Parecia-me que a posição marxista na psicologia clínica era inviável.

Foi por meio de uma disciplina de pós-graduação, assistida como ouvinte, que entrei em contato com a tradição francesa de estudos sobre o trabalho e, nessa perspectiva, pude aprofundar as leituras em Vigotski. Assim, ficou evidente que as angústias em relação a uma psicologia completamente cindida eram também compartilhadas pelo autor bielorrusso, que, em sua época, analisou o problema da constituição da ciência psicológica, conforme se observa na obra *Significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica* (Vigotski, 1928/2023). Desse modo, se, por um lado, Vigotski (1925/2023) criticava o dualismo constituinte da ciência psicológica e buscava, por meio de uma síntese dialética, delimitar um novo objeto de estudo para essa ciência, por outro, o próprio desenvolvimento histórico da psicologia relegou essas contribuições e, tardiamente, reservou para essa teoria um lugar ainda tímido entre tantas abordagens psicológicas já existentes. Na literatura brasileira, por exemplo, o autor ganhou força apenas na segunda metade do século XX, sendo amplamente difundido nas pesquisas educacionais e nas investigações em psicologia social.

Nesse contexto, tenho observado, recentemente, um maior interesse pela questão clínica na Teoria Histórico-Cultural (Cf. Dias, 2005; Delari Junior, 2006, 2012; Tuleski & Silva, 2015; Clarindo, 2020; Calgaro, Silva e Abreu, 2025; entre outros). Tal interesse está associado ao acesso à tradução de uma série de textos inéditos de Vigotski sobre a clínica publicados nos últimos anos.

Apesar dos esforços já existentes na literatura, prevalecem lacunas na práxis clínica histórico-cultural. Essas lacunas vão desde a sistematização do arcabouço teórico

da abordagem sob um olhar clínico até a criação de metodologias interventivas alinhadas a essa perspectiva. Soma-se a isso a dificuldade de articulação teórica em torno das categorias inerentes à clínica, como o próprio conceito de clínica, saúde e adoecimento, diagnóstico, entre outros. Essas são categorias frequentemente mobilizadas na prática do psicólogo clínico vinculado a outras abordagens e, ao que parece, a obra vigotskiana não apresenta essas questões metodologicamente articuladas nem teoricamente aprofundadas. Vigotski traz contribuições valiosas sobre a clínica a partir de seu próprio trabalho como psicólogo, mas sua prática carece de investigação mais pormenorizada (Delari Junior, 2012).

Desse cenário emerge o interesse do presente projeto investigativo em discutir a agenda de pesquisas sobre a intervenção clínica na Teoria Histórico-Cultural, por meio da análise dos textos clínicos (ou não) produzidos por Lev S. Vigotski. O interesse é evidenciar as contribuições do autor para a clínica, buscando alavancar o debate acerca das possibilidades de existência de um fazer clínico crítico fundamentado no materialismo histórico-dialético. Para tanto, a presente pesquisa indaga: *quais são as inter-relações entre os princípios epistemológicos da teoria vigotskiana e a prática clínica contemporânea? Em um desdobramento, à luz do materialismo histórico-dialético, quais conceitos elaborados por Vigotski, especialmente nos estudos pedológicos, se mostram pertinentes à prática clínica histórico-cultural?*

A partir desses questionamentos o presente estudo objetiva analisar e sistematizar as contribuições conceituais de Lev. S. Vigotski para a constituição de uma práxis clínica fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, com base nos princípios do materialismo histórico-dialético, articulando seus estudos pedológicos às contribuições contemporâneas.

Capítulo 1: Introdução

O presente trabalho insere-se na área de estudos da psicologia clínica em interface com a Teoria Histórico-Cultural (THC). A proposta é apresentar elementos da abordagem clínica presente na obra de Lev S. Vigotski e seus desdobramentos contemporâneos.

De acordo com Clarindo (2020), tomar a clínica na psicologia histórico-cultural como objeto de estudo é um problema recente no campo da psicologia, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Tal problemática traz, em sua essência, uma ruptura com o modo de compreender e se apropriar da obra de Vigotski que, até o momento, se concentrava primordialmente em estudos associados ao desenvolvimento humano articulados à educação ou à psicologia do desenvolvimento (Freitas, 2000).

No caso do Brasil, salvo algumas exceções, a apropriação das obras de Vigotski, principalmente no campo pedagógico, deu-se, prioritariamente, pelo viés da recepção norte-americana. “Os dois primeiros livros de Vigotski publicados no Brasil (*Formação Social da Mente e Pensamento e Linguagem*, nessa ordem), e que permitiram uma difusão mais ampla de seu pensamento para além dos círculos acadêmicos mais restritos, apareceram só a partir de 1984 e não são mais que traduções de duas obras publicadas antes nos Estados Unidos – com todo o viés ideológico e epistemológico que isso implicava” (Delari Junior, 2006, p. 2).

No conjunto geral desse novo interesse, encontramos outros problemas de fundo que acompanham as questões que envolvem a Teoria Histórico-Cultural, tais como os aspectos ideológicos ligados à tradução e ao acesso às obras do autor (Prestes, 2010). No Ocidente, por exemplo, suas obras sofreram distorções que acabaram por camuflar o compromisso de Vigotski com o materialismo histórico-dialético e sua revolucionária proposição acerca da construção de uma nova síntese epistemológica para a constituição de uma Psicologia Geral (Vigotski, 1925/2023). Dito de outro modo, a teoria vigotskiana foi encoberta para, então, ser descoberta (Clot, 2006).

Em relação aos problemas de tradução, ressaltamos que as primeiras publicações brasileiras das obras de Vigotski derivaram de traduções indiretas do inglês-português ou espanhol-português. Dentre os problemas presentes em tais obras, destacam-se a supressão de trechos e páginas inteiras do texto original, alterações nas frases do autor e o uso de termos imprecisos em relação a algumas palavras (Prestes, 2012). Os recortes realizados prejudicaram, por exemplo, o estilo de escrita do autor e o encadeamento de suas ideias, além do emprego de termos que provocaram interpretações equivocadas acerca do arcabouço teórico-metodológico da Teoria Histórico-Cultural (Ibidem, 2012). Essas escolhas implicaram numa descaracterização parcial da essência epistemológica marxista em Vigotski, configurando uma questão ideológica complexa (Prestes, 2010).

A partir dos anos 2000, esse cenário modificou-se radicalmente com a chegada de traduções diretas do russo. Isso permitiu não só a identificação dos recortes ideológicos já mencionados, mas, também, um acesso mais amplo à diversidade de escritos do autor, que versam sobre arte, pedologia, defectologia, desenvolvimento, entre outros (Prestes, 2012). Essa movimentação editorial alterou significativamente o modo como as elaborações conceituais de Vigotski passaram a ser apropriadas pelos

pesquisadores brasileiros, abrindo espaço para investigações sobre imaginação e atividades criadoras na ontogênese (Cruz, 2002; Silva, 2006; Sawaia & Silva, 2015); emoções e afetos (Sawaia, 2000; Toassa, 2009; Magiolino, 2010); consciência e inconsciente (Santos, 2015; Aita e Tuleski, 2021); subjetividade (Sawaia & Silva, 2019) e, mais recentemente, sobre a clínica na Teoria Histórico-Cultural (Dias, 2005; Delari Junior, 2006, 2012; Lima & Carvalho, 2013; Kahhale & Montreozol, 2019a, 2019b; Kahhale, Costa & Montreozol, 2020; Kahhale, Montreozol & Brambilla, 2022; Clarindo, 2020; Bianchi, 2023; Calgaro, Silva & Abreu, 2025).

No que tange ao tema da clínica, destacam-se as obras a seguir:

1. **“Vygotsky's Notebooks: A Selection”** (Vygotsky, 2018b), organizado por Ekaterina Zavershneva e René van der Veer. Este livro foi publicado em 2018, em inglês, pela editora Springer e, em espanhol, em 2022, pela editora Libros del Zorzal (Vigotski, 2022b).
2. **“Tomo V: Fundamentos da Defectologia”**, publicado em espanhol em 1997 pela editora Machado Nuevo Aprendizaje e, em português, pela editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (EDUNIOESTE), em 2022 (Vigotski, 2022c).
3. **“Problemas da Defectologia I”** (Vigotski, 2021c), organizado por Zoia Prestes e Elizabeth Tunes, publicado em 2021, em português, pela editora Expressão Popular.
4. **“Psicologia, Desenvolvimento Humano e Marxismo”** (Vigotski, 2023), organizado por Priscila Marques e Gisele Toassa, publicado em 2023.

5. **“O Essencial de Vigotski”** (Vigotski, 2024), organizado por Robert W. Rieber e David K. Robinson e traduzido por Priscila Nascimento Marques e Caesar Souza, publicado em 2024 pela Editora Vozes.
6. **“Imaginação: Textos Escolhidos”** (Vigotski, 2025), organizado por Bernard Schneuwly, Irina Leopoldoff e Daniele Nunes Henrique Silva, e traduzido por Priscila Marques (textos de Vigotski, diretamente do russo) e Flávia Faizon (texto dos comentadores, diretamente do francês).

Por meio dessas e de outras publicações, observa-se que diversos pesquisadores contemporâneos têm buscado recuperar os escritos vigotskianos, consolidando apontamentos e elaborando as pistas teóricas deixadas pelo autor na construção de seu projeto científico. A tentativa é de compor uma síntese epistemológica que permita apreender a totalidade da obra no interior da ciência psicológica (Delari Junior, 2012). Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo apresentar as contribuições de Vigotski em relação ao saber e fazer clínico, de modo a fomentar o debate sobre a construção da clínica na abordagem histórico-cultural. Para tanto, retomam-se os fundamentos da Teoria Histórico-Cultural.

1.1 A teoria vigotskiana como desenvolvimento da Psicologia

Como já apresentado anteriormente, há uma disputa política e epistemológica em torno dos escritos de Vigotski. Sobre essa discussão, Clot (2006) afirma que não compreende o legado da teoria vigotskiana como uma contribuição para o campo da psicologia cognitiva, ou ainda como uma psicologia do desenvolvimento. É comum situar sua obra no campo da psicologia cognitiva, psicologia social, psicologia do desenvolvimento e na psicologia em geral por uma razão: a proposta do autor consistia no desenvolvimento de uma Psicologia Geral e, nesse sentido, “a obra de Vygotski não

é uma Psicologia do Desenvolvimento, é um desenvolvimento da Psicologia” (Clot, 2006, p. 20).

Nesse ínterim, resta-nos saber: que psicologia foi desenvolvida por Vigotski?

O autor bielorrusso não poderia escrever sua própria história, bem como sua psicologia, dissociado das condições socioeconômicas que o cercavam. Desse modo, a Revolução Socialista de 1917 e todos os seus desdobramentos estão profundamente conectados ao que viria a ser a Teoria Histórico-Cultural.

Na Rússia soviética, reverberava o projeto socialista de transformação profunda da sociedade. Com a efervescência política e cultural da revolução de 1917, toda a ciência soviética foi convocada a pensar a realidade sob o prisma do materialismo histórico-dialético (Silva & Tuleski, 2015). Nessa direção, os autores que se dedicavam à ciência psicológica se propunham a articular os saberes psicológicos com a teoria marxista. Essa tarefa, no entanto, não era simples, pois havia uma tendência inicial entre os pesquisadores de aplicar de modo mecânico as ideias de Karl Marx às teorias psicológicas, criando, conforme aponta González-Rey (2005), um *materialismo mecânico*.

Segundo Carvalho et al. (2020), quando Vigotski adentra o cenário da psicologia, havia duas tendências dominantes. De um lado, Konstantin Kornílov (1879-1957), que impunha às formulações reflexológicas uma leitura à luz do marxismo, resultando em um materialismo de caráter mecanicista. De outro, Georgy Ivanovich Tchélpanov (1862-1936), considerado um idealista, cujas formulações seguiam os princípios experimentais dos laboratórios alemães.

Diante desse cenário, Vigotski (1928/2023) apontava que havia, no campo da ciência psicológica, um dualismo presente na compreensão da natureza do psiquismo humano. A problemática residia na fragmentação do objeto de estudo da psicologia: por um lado, certas teorias reduziam os processos psicológicos a elementos básicos, como a reação e o reflexo; por outro, as explicações do fenômeno psicológico assumiam contornos especulativos e metafísicos, carecendo de fundamentação científica. Isso significa que a psicologia ora se aproximava das ciências biológicas, ora das ciências sociais, resultando em uma inespecificidade teórica e metodológica característica de um campo de conhecimento ainda em formação, como será evidenciado no trecho a seguir:

Por um lado, podemos examinar os processos psíquicos ao lado dos demais fenômenos, em relação íntima com eles; estudá-los por meio de métodos científicos gerais; buscar compreender o curso deles como uma relação de causa e consequência objetiva e determinada; buscar as leis que os regem; e considerar como objetivo final do conhecimento científico o prognóstico e o domínio do mecanismo desses processos. Por outro, podemos abordar o psiquismo por seu aspecto interno, subjetivo e estabelecemos um único objetivo: compreendê-lo, reproduzi-lo em nós mesmos ou penetrar nele; neste caso, passaríamos a descrever, desmembrar, buscando chegar à vivência do modo mais próximo e direto possível, transmitir a constituição da vida psíquica; neste caso, seria aplicado um novo método: análise direta de estados que não podem ser comparados a nada, os quais denominamos vivências; com base em dados da experiência direta, que faz com que os fenômenos psíquicos se destaquem para nós em relação ao mundo restante, passaríamos a estudar o psiquismo fora de suas ligações com o mundo físico como um segundo mundo independente, fechado em si. (...) Contudo, independente do nome, o sentido da diferença

permanece o mesmo: em um caso, trata-se de uma psicologia científica natural, materialista, objetiva; no outro caso, metafísica, idealista, subjetiva (Vigotski, 1928/2023, p. 65-66).

Com objetos distintos, o autor considerava que essas duas formas de compreender o campo da psicologia eram irreconciliáveis e incompatíveis. Essa situação de incompatibilidade teórico-metodológica, Vigotski denominou crise da psicologia, e dedicou um livro ao tema, intitulado *O Sentido Histórico da Crise na Psicologia* (Vigotski, 1926/2024). Seu interesse era, ao compreender a crise, superá-la por meio da formulação de uma nova síntese epistemológica (Vigotski, 1926/2024).

Nessa direção, Vigotski (1925/2023) coloca o problema da consciência como questão central. Para ele, a formação da consciência é uma questão inerentemente humana, que deve ser explicada a partir de sua gênese social, como veremos a seguir. Antes, porém, é importante reconhecer que essa temática já vinha sendo investigada por autores como William James (1842-1910), que a definia, em analogia a um rio, como um fluxo dotado de propriedades como pessoalidade, mutabilidade, continuidade, referência aos objetos e, por fim, seletividade (Ferreira & Gutman, 2005).

Com esse mesmo interesse, Wolfgang Köhler (1887-1967), Max Wertheimer (1880-1943) e Kurt Koffka (1886-1941), principais nomes da teoria da Gestalt, já se preocupavam em analisar o problema da consciência articulado à sensação, percepção e experiência. Para eles: “A tarefa da psicologia é dar conta da percepção tal como é vivenciada por cada um de nós. Nossa experiência perceptiva é marcada por relações de sentido e de valor e não apenas por um acúmulo de sensações” (Moraes, 2005, p. 346-347).

Então, o que diferenciava a análise de Vigotski das de seus contemporâneos?

Para ele:

O ser humano faz uso não apenas da experiência herdada. Toda nossa vida, trabalho e comportamento são baseados no mais amplo uso da experiência das gerações anteriores, uma experiência que não é passada no nascimento, de pai pra filho. Ela será convencionalmente denominada de experiência histórica (Vigotski, 1925/2023, p. 36).

Aqui reside o caráter inovador de sua proposição: a consciência é tomada em sua gênese social, como indicado acima, e, portanto, deve ser compreendida em sua origem e desenvolvimento no âmbito da experiência histórica.

História é entendida por Vigotski (1929/2000) de duas maneiras: em termos genéricos, significa "uma abordagem dialética geral das coisas" (p.23); em sentido restrito, significa "a história humana"(p. 23). Distinção que ele completa com uma afirmação lapidar: "a primeira história é dialética; a segunda é materialismo histórico"(p.23). Podemos afirmar então, com bastante segurança, que a nota que abre o "Manuscrito" define o lugar de onde Vigotski fala e a matriz que lhe serve de referência nas suas análises: o materialismo histórico e dialético (Pino, 2000, p. 48).

Rompendo a lógica descritiva da *psique*, Vigotski estabeleceu uma análise explicativa da consciência, de modo a compreender o funcionamento psicológico ancorado no materialismo histórico-dialético. Ao fazer isso, articulava as premissas epistemológicas ao problema da consciência sem recorrer à justaposição mecânica de conceitos.

Em sua perspectiva, a psicologia deveria partir do método de Marx para construir o seu próprio capital (Vigotski, 1926/2024). Isso porque, enquanto método, o materialismo histórico-dialético pressupõe a análise das sociedades e da constituição humana em sua dimensão histórico-social (Marx & Engels, 1932/2023). Assumindo essa tarefa, Vigotski estava disposto não só a construir uma nova teoria psicológica, mas a desenvolver a própria Psicologia enquanto ciência.

1.2 Pressupostos Epistemológicos da Teoria Histórico-Cultural: pensar sobre mundo é agir sobre o mundo

Dessa forma, a teoria vigotskiana se apropria epistemologicamente da relação sujeito-sociedade elaborada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Eles defendem, em sua extensa obra, que a relação entre o humano e a natureza é determinada pelas condições concretas de existência em determinado tempo histórico. Tal tese negava quaisquer explicações apriorísticas sobre a produção da realidade, como faziam os jovens hegelianos à época. Negava também as explicações materialistas mecanicistas que posicionavam o ser humano como um ente passivo na produção da realidade (Marx & Engels, 1932/2023).

Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, publicada em 1852, Marx (1952/2006) afirma que “os homens fazem a sua própria história, mas não fazem como querem; não fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (p. 25).

A passagem explicita que, para compreender a natureza das relações entre os homens, é indispensável considerar o fator histórico na análise da realidade. É a partir dessa premissa que se funda o materialismo histórico-dialético, o qual toma as condições materiais como ponto de partida para a compreensão da realidade, sem, no entanto, restringir-se a ela. Essa abordagem reconhece que, embora os homens sejam

transformados pela materialidade, também a transformam, constituindo um movimento dialético de produção da realidade, um movimento que impulsiona a história e orienta o desenvolvimento humano.

Como se configura, então, esse processo em que o sujeito, ao mesmo tempo em que produz a realidade, é também por ela produzido?

Marx (1932/2023), na 11ª tese sobre Feuerbach, anuncia que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras, porém o que importa é transformá-lo” (p. 539). Aqui, ele está justamente negando a ideia de que a construção da realidade humana seja uma mera reprodução das leis biológicas ou naturais responsáveis por garantir a manutenção da vida. Na relação homem-natureza, a natureza exerce sua força por meio das condições materiais dadas pela realidade concreta, que são transformadas pelo homem em uma nova realidade: a realidade social. Desse modo, “as leis eternas da natureza cada vez mais se transformam em leis da história” (Engels, 1925/2020, p. 148).

Todavia, a passagem das *leis naturais* para as *leis sociais* representa um salto qualitativo, que exige a compreensão do nível filogenético de análise sobre a constituição do gênero humano.

Assim, a gênese humana só pode ser explicada a partir da necessidade que os seres humanos têm de transformar a natureza para sobreviver. Fora dessa necessidade de sobrevivência e de sua consequente intervenção na natureza, não seria possível explicar a gênese da atividade consciente.

Em linhas gerais, para suprir suas necessidades, o homem transforma a natureza e, ao fazer isso, transforma a si mesmo (Marx & Engels, 1932/2023). Assim, temos que:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida (s/p).

Com efeito, a existência humana não se restringe, se é que assim podemos afirmar, apenas às *necessidades biológicas ou fisiológicas*, também chamadas de *necessidades imediatas*, como ocorre com os animais. Tais necessidades se orientam (e são orientadas) por uma nova forma de conduta resultante da modificação que o ser humano impõe à realidade, transformando as formas naturais em formas sociais (Marx, 1867/2016).

Diante da necessidade de se alimentar em um ambiente hostil e marcado pela escassez, com reduzidas condições adaptativas, o ser humano passou a utilizar fragmentos de rochas, galhos e folhagens, por exemplo, para criar artefatos que possibilitassem a captura de peixes nos rios e a obtenção de alimento. Essa transformação funcional dos elementos disponíveis no ambiente natural em instrumentos fabricados constitui uma marca distintiva da espécie humana em relação aos demais animais, pois a alteração funcional de um objeto implica não apenas seu uso imediato, mas a criação consciente de meios alternativos para atingir determinados fins,

o que pressupõe planejamento e organização prévia de uma atividade orientada por objetivos.

Sobre isso, Luria (1946/1991) afirma que “a elaboração da pedra carece de sentido e não tem qualquer justificativa em termos biológicos; ela adquire sentido somente a partir do uso posterior do instrumento preparado na caça” (p. 03). Neste exemplo, a pedra passa a desempenhar uma função *não natural*, transformando-se em um instrumento que medeia a ação do homem sobre a natureza. Ao se interpor nessa relação, o instrumento promove uma reorganização na estrutura geral do comportamento, ao destacar uma ação que não é motivada diretamente por necessidades biológicas, mas que adquire sentido apenas em função do uso futuro de seus resultados (Luria, 1946/1991). Sobre isso, Marx (1867/2016) enuncia:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir a colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (P. 327)

Há, portanto, no ser humano, a capacidade teleológica de projetar e planejar ações que se deslocam do campo meramente viso-perceptivo. Esse descolamento permitiu uma alteração radical na conduta; da predominância de ações imediatas, marcadas por respostas instintivas, para a emergência de necessidades intelectuais mediadas (Marx, 1867/2016; Luria, 1946/1991). Nessa direção, Marx (2016) demonstra que a criação de instrumentos envolve o caráter ativo do homem na natureza. Para o autor, é por meio da atividade de trabalho que o ser humano intervém na realidade e a transforma, criando os meios necessários à sua sobrevivência.

Nesse sentido, o trabalho é compreendido como uma categoria fundante do gênero humano, pois é ele que distingue o ser humano dos demais animais. Nas palavras do autor

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (Marx, 1867/2016, s/p).

Além disso, Marx (1867/2016) explica que o trabalho é um processo triplamente determinado. É, em primeira instância, uma atividade adequada a um fim; ou seja, dirigida por um objetivo previamente concebido, correspondente à tarefa que o trabalhador pretende realizar. Trata-se também de uma atividade orientada para um objeto específico de trabalho, isto é, aquilo sobre o qual a ação será exercida. Marx (1867/2016) afirma que a terra constitui o objeto universal do trabalho humano, exemplificando que, ao cortar uma árvore para a confecção de uma cadeira, a madeira passa a ser o objeto de trabalho:

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência

prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios (Marx, 1867/2016, p. 328).

E, por fim, o trabalho é também uma atividade que viabiliza a ação humana por meio de meios ou instrumentos de trabalho, que se interpõem na relação entre homem e natureza, como abordado anteriormente. Marx (1867/2016) destaca que a chave para compreender as diferenças entre os modelos econômicos não está no que se produz, mas em como se produz, isto é, nos meios de trabalho empregados no processo produtivo. Sendo assim, desse processo de trabalho origina-se um produto, como se observa na passagem a seguir:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho incorporou-se a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [Gespinst]. (Marx, (1867/2016, p. 330-331).

Ora, se o trabalho é, então, um processo que constitui e caracteriza a condição humana, torna-se possível compreender as relações sociais a partir da análise do que é produzido no âmbito do trabalho, incluindo suas ferramentas, técnicas e formas de organização, em determinado período histórico. Compreendendo as relações de produção (ou, ainda, as relações de trabalho), entendemos também o processo de desenvolvimento histórico das forças produtivas. Nesse sentido, a forma como o trabalho é produzido evolui conforme o desenvolvimento histórico de uma sociedade, transformando também sua estrutura social e econômica (Marx, 1867/2016).

Sobre isso, Luria (1946/1991) acrescenta que a diferença fundamental entre a atividade dos seres humanos e a dos demais animais é a independência do comportamento humano em relação aos motivos biológicos, aspecto já explorado anteriormente ao abordar a relação homem-natureza e a passagem das necessidades imediatas para necessidades mediadas. Enquanto as elaborações marxistas evidenciam como esse processo de desprendimento se dá nas esferas social e econômica, Vigotski (1925/2023) busca compreender de que modo ele se manifesta no desenvolvimento psicológico. Citando Marx, Vigotski enuncia:

Essa explicação absolutamente indubitável de Marx não quer dizer outra coisa senão a duplicação da experiência, obrigatória para o trabalho humano. O trabalho repete aquilo que antes, em movimentos das mãos e em alterações do material, era feito na representação do trabalhador, como se ele operasse um modelo desses mesmos movimentos e desse mesmo material. Essa duplicação da experiência, que permite ao ser humano desenvolver as formas de adaptação ativa, não existe nos animais. Denominaremos convencionalmente esse novo tipo de comportamento de experiência duplicada (Vigotski, 1925/2023, p. 37).

Nessa perspectiva, Vigotski (1925/2023) avança ao propor uma analogia entre o uso de instrumentos e o de signos, compreendendo ambos como elementos mediadores na relação entre o ser humano e a natureza. Essa aproximação, no entanto, não ignora suas distinções fundamentais. Em trabalhos posteriores, Vigotski (1930/2018) destaca que, embora semelhantes em sua função mediadora, instrumentos e signos possuem naturezas funcionais e estruturais distintas: os primeiros configuram-se como ferramentas voltadas à transformação do mundo externo, enquanto os segundos constituem construções semióticas utilizadas para representar a realidade material. De acordo com Pino (2016),

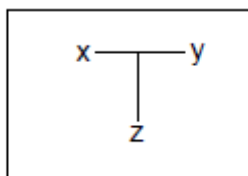
Esse *ser da natureza*, ao desgarrar-se da família dos primatas e seguir uma via evolutiva própria, tornou-se capaz de fazer dos *meios naturais* que possibilitavam sua ação, *meios simbólicos* que lhe permitiram conferir à ação e aos seus produtos uma forma nova de ser: a forma *simbólica*” (p. 25, grifos do autor).

Considerando isso, Pino (2000) ressalta que os signos não são meros sinais, característicos das formas de expressão naturais. Os signos atuam como estímulos externos (artificiais) de operações internas e, nesse sentido, condensam unidades de significado que permitem generalizar e abstrair a realidade circundante (Vigotski, 1930/2018). Se, por um lado, os sinais são uma expressão natural, os signos são expressão cultural. “Enquanto o primeiro traduz a relação imediata e direta do organismo com o meio, o segundo cria entre estes uma relação indireta e mediada, exatamente como ocorre com o instrumento técnico na relação do homem com a natureza.” (Pino, 2000, p. 57).

A ruptura com a experiência imediata provoca, portanto, um salto qualitativo na história filogenética da espécie. É a chave que explica a passagem do antropóide para o

ser humano: a criação e o uso de instrumentos e signos, que inauguram a gênese social do homem. O conteúdo social dos signos reside em sua estrutura, conforme demonstra Pino (2000) na figura a seguir:

Figura 01 - A estrutura do Signo



Fonte: Pino (2000)

Na *figura 01*, o signo implica uma estrutura triádica, em que ‘x’ corresponde à materialidade que ocupa o lugar de outra coisa ‘y’, sendo esta representada por meio do aspecto específico ‘z’. Para exemplificar essa relação, podemos pensar na criação de uma obra de arte: um artista escolhe um material (x) no qual deseja representar algo (y) e, no processo de criação dessa obra, exprime suas interpretações e sentidos acerca daquilo que busca representar (z). Nesse movimento, x e y estão em função de z, que, na pessoa do artista, seleciona os elementos responsáveis por fazer x relacionar-se com y. “O signo opera no campo da consciência, no qual ser autor e espectador constituem atributos de uma pessoa. É por isso que a palavra dirigida ao outro produz efeito também naquele que a pronuncia.” (Pino, 2000, p. 59).

Sendo assim, o plano semiótico abrange tanto a esfera intrapsíquica quanto as relações sociais. É nesse plano interpsíquico e intrapsíquico, portanto, que se torna possível o pleno desenvolvimento humano. Buscando exemplificar essa dimensão técnico-semiótica nas relações humanas, Vigotski (1925/2023) enuncia:

Se conheço o Saara e Marte, embora nunca tenha saído do meu país e nunca tenha olhado para o telescópio, é evidente que aquilo que ocorre por meio dessa experiência está ligado à experiência de outras pessoas que estiveram no Saara e que olharam por um telescópio. É evidente que os animais não têm tal experiência. Este será denominado o componente social do nosso comportamento (Vigotski, 1925/2023, p. 36).

Temos, então, que os elementos técnico-semióticos, como o telescópio, a escrita e a própria linguagem, permitem que os seres humanos se relacionem com a realidade de forma mediada. A observação direta já não constitui um limitador. Mesmo sem ter estado fisicamente em Marte ou no Saara, o ser humano pode acessar conhecimentos sobre esses lugares por meio de registros históricos, livros, filmagens, relatos e outras formas de mediação simbólica.

A articulação dessas ideias revela a base explicativa de Vigotski para a gênese da atividade consciente, compreendida como mediada por instrumentos e signos provenientes das dinâmicas sociais, os quais estruturam as formas psíquicas especificamente humanas. Nessa perspectiva, o fio condutor que estabelece a relação entre a *filogênese* e a *ontogênese* ganha centralidade.

Com base nesses níveis de análise, Vigotski (1925/2023) busca explicar a origem social do comportamento, identificando nas funções psicológicas superiores (de natureza intelectual e cultural) os elementos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento e da formação da personalidade (Vigotski, 1925/2023).

O autor afirma que, do ponto de vista filogenético, temos duas linhas de desenvolvimento atuantes, tal como demonstrado acima: a linha biológica e a linha

cultural. Ocorre que, ao longo do desenvolvimento ontogenético, essas duas linhas distintas se entrecruzam e, conseqüentemente, as funções elementares, de base biológica, são qualitativamente transformadas pelas leis culturais que dão origem às funções psicológicas superiores. Nas palavras do autor,

O comportamento de um adulto culto e moderno será o resultado de dois processos de desenvolvimento mental diferentes. Por um lado, está o processo de evolução biológica das espécies animais levando ao aparecimento da espécie *Homo sapiens*; por outro, está o processo de desenvolvimento histórico por meio do qual o homem primitivo primordial, tornou-se culto. Ambos os processos - os desenvolvimentos biológico e cultural do comportamento - estão representados na filogênese separadamente como linhas independentes e autônomas de desenvolvimento, abrangendo os fundamentos de disciplinas mentais autônomas e separadas. Toda a originalidade, toda a dificuldade do problema do desenvolvimento das funções mentais superiores da criança consiste no fato de que ambas as linhas estão misturadas na ontogênese e realmente formam um processo complexo e único (Vigotski, 1931/2021, p. 28).

Contudo, durante o processo de desenvolvimento, as funções psicológicas (memória, percepção, atenção, imaginação etc.) tornam-se superiores e, conseqüentemente, mais complexas, pois são mediatizadas pela cultura (Vigotski, 1931/2021). Em um estudo publicado em 1928, intitulado de “Aulas de Psicologia Desenvolvimento”, o autor demonstra como a função psicológica da memória pode aparecer de formas distintas em diferentes formas de socialização. Em suas palavras:

Justamente com esse caso, observamos um segundo aspecto que distingue o homem primitivo do homem da cultura. Ele consiste no seguinte: por um lado, o

homem primitivo de fato tem uma memória muito mais perfeita que a nossa; por outro lado, no homem primitivo a capacidade de memorizar coisas simples se assemelha a de um escolar. Se pedíssemos a um homem primitivo que dominasse o material que domina um aluno do primeiro ano do segundo grau, esse material estaria além das forças da capacidade de memorização do homem primitivo. Em outras palavras, além da superioridade da memória natural do homem primitivo, notamos um grau muito inferior de funcionamento de uma memória de outro caráter. Essa combinação peculiar de ambos os aspectos da memória no homem primitivo – que, por um lado, é superior à nossa, e por outro é inferior a ela – aponta para aquilo que *define a linha de desenvolvimento histórico da memória e do comportamento em geral*. Ela consiste não no aperfeiçoamento e desenvolvimento da memória orgânica básica, mas *na transformação do próprio modo da memória*. A pessoa se volta aos signos exteriores para memorizar. *Da memória imediata, a pessoa passa à memorização com ajuda de signos artificiais* (Vigotski, 1928/2023, p. 103, grifos nossos).

Nos *Manuscritos de 1929*, ou seja, um ano após a publicação do trecho acima, Vigotski acrescenta que “a relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas. Eu me relaciono comigo tal como as pessoas relacionaram-se comigo” (Vigotski, 1929/2000, p. 25). Com isso, o autor reafirma que as funções psicológicas superiores têm uma origem social. No entanto, isso nos leva a uma questão fundamental: como uma função psicológica pode ser, ao mesmo tempo, social e intrapsíquica? Como ocorre a transição do plano interpessoal para o intrapsicológico?

É justamente para responder a essas indagações que Vigotski formula a *primeira lei geral do desenvolvimento*, segundo a qual toda função psicológica superior aparece

inicialmente no plano interpessoal (isto é, nas relações sociais) para, posteriormente, transformar-se em função intrapsíquica (Vigotski, 1930/2018). Esse processo de passagem do social ao individual é denominado *internalização* e configura, segundo o autor, o fundamento da constituição da subjetividade (Pino, 2000). Dessa forma, as relações sociais, mediadas por instrumentos técnico-semióticos, adquirem um sentido profundamente constitutivo, pois tornam-se fonte de desenvolvimento. Desse ponto de vista, o desenvolvimento pode ser compreendido como *desenvolvimento em si, para os outros e para si* (Pino, 2000).

O gesto de apontar é um clássico exemplo de como ocorre o processo de internalização e, como resultado, de significação. Quando o bebê tenta apanhar um objeto que se encontra longe de seu alcance, ele estica os braços em direção a ele, ainda sem compreender o sentido de sua ação. Trata-se, inicialmente, de um movimento não intencional. No entanto, ao observar essa tentativa, o adulto cuidador, que acompanha o bebê, interpreta o gesto e entrega o objeto à criança. A partir dessa interação, o bebê passa a relacionar o ato de estender o braço à obtenção do objeto, atribuindo a esse movimento o valor de um gesto de apontar. Assim, uma ação inicialmente desprovida de significado consciente transforma-se, por mediação social, em um gesto intencional e comunicativo.

Partindo desse exemplo, Pino (2000) discorre que:

O que é internalizado das relações sociais não são as relações materiais, mas a significação que elas têm para as pessoas, que emerge na própria relação. Isso equivale a dizer que o que é internalizado é a significação que o outro da relação tem para o eu, o que, no movimento dialético da relação, dá ao eu as coordenadas para saber quem é ele, que posição social ocupa e o que se espera

dele (p. 66). Em outras palavras: “Eu sou a relação social de mim para comigo mesmo” (Vigotski, 1929/2000, p. 34).

Ocorre que as funções psicológicas superiores, no conjunto teórico elaborado por Vigotski, não se estruturam isoladamente; elas formam sistemas dinâmicos que se transformam funcional e estruturalmente em termos interfuncionais. Na ontogênese, novas articulações e conexões emergem, reorganizando o sistema psicológico como um todo. Assim, a passagem de um período de desenvolvimento a outro caracteriza-se, sobretudo, por alterações na estrutura das relações entre as funções, e não apenas por transformações internas de cada uma delas. Vigotski explica que

A ideia principal (uma ideia extremamente simples) consiste em que, no processo de desenvolvimento, e em particular, no desenvolvimento histórico do comportamento, alteram-se não tanto as funções como havíamos estudado antes (esse foi nosso erro), não tanto a estrutura delas, não tanto seu sistema de movimento; o que se altera e se modifica são as relações, as ligações das funções entre si, surgem novos agrupamentos, antes desconhecidos no estágio precedente. Portanto, a diferença essencial na passagem de um estágio a outro é com frequência não uma alteração intrafuncional, mas interfuncional, uma alteração das relações interfuncionais, da estrutura interfuncional (Vigotski, 1930/2023, p. 179, grifos nossos).

Aqui, Vigotski (1930/2023) consolida a concepção de que a gênese do psiquismo humano se constitui por transformações qualitativas das funções psicológicas elementares em superiores. Esse processo envolve um sistema psicológico complexo, que se modifica de maneira interfuncional em função das condições sociais e históricas do meio. Além disso, Vigotski ressalta que, em determinados períodos, algumas funções

psicológicas assumem papel de destaque, enquanto outras se tornam coadjuvantes (Pasqualini, 2009). No entanto, isso não significa que sejam mais ou menos importantes para o desenvolvimento da criança, pois, como já indicado, todas estão em permanente relação interfuncional. Sendo assim,

vemos que cada função tem seu período preferencial ou propício de desenvolvimento, nesse período, uma determinada função passa para o primeiro plano. Transcorrido o ciclo correspondente de desenvolvimento, desloca-se para o segundo, e outra função se apresenta no primeiro plano. Dessa forma, a *desproporcionalidade do desenvolvimento* permite concluir que lidamos com o desenvolvimento que não conduz apenas ao aumento de aspectos quantitativos das especificidades da criança. Conduz também à reestruturação das relações entre diferentes particularidades do desenvolvimento, sendo que cada idade se diferencia de outra por seu conteúdo de desenvolvimento. (Vigotski, 1930/2018, p. 26).

Vigotski (1930/2018) demonstra, assim, que cada função psicológica possui um período mais propício para seu desenvolvimento. Em determinado momento, uma função assume papel central, passando para o primeiro plano; após o ciclo correspondente, essa função recua, dando lugar a outra. Essa dinâmica evidencia que o desenvolvimento infantil não se dá de forma linear ou meramente cumulativa em termos quantitativos. Ao contrário, trata-se de um processo qualitativo, de reorganização contínua das relações entre as diferentes funções, no qual cada idade se caracteriza por um conteúdo específico de desenvolvimento.

Nesse sentido, torna-se necessário reconhecer que o ritmo de desenvolvimento psicológico nem sempre coincide com a idade cronológica. Esta última é regulada por convenções sociais, iniciando-se com o nascimento e expressa em termos numéricos;

uma criança tem um, dois, seis ou dez anos. No entanto, Vigotski chama atenção para a relatividade desse marcador: será que todas as crianças nascidas no mesmo dia, na mesma hora e em contextos sociais semelhantes apresentam o mesmo nível de desenvolvimento psíquico? Essa indagação nos conduz à distinção entre tempo social e tempo do desenvolvimento real, apontando para a complexidade do processo formativo. Afinal, o período de desenvolvimento, denominado pela idade pedológica, apresenta-se como “ciclo de desenvolvimento fechado, separado dos outros ciclos, que se diferencia por seus tempos e conteúdo específicos” (Vigotski 1930/2018, p. 23).

A ontogênese é marcada por esse caráter dinâmico e não linear dos movimentos evolutivos e involutivos que constituem o desenvolvimento vigotskiano como criador e revolucionário (Vigotski, 1930/2018). Nessa perspectiva, o autor compreende a periodização do desenvolvimento em termos de períodos mais longos e de maior estabilidade, denominados períodos ou idades pedológicas, ou crises. As crises, que ocorrem em períodos mais curtos, por sua vez, envolvem mudanças abruptas na personalidade da criança e, aparentemente, indicam *retrocessos desenvolvimentais momentâneos*. Desse modo,

A crise começa imperceptivelmente e é difícil determinar quando ela começa e termina. Por outro lado, é muito típico o agravamento repentino da crise que costuma ocorrer na metade dessa faixa etária. A existência de um clímax de crise é uma característica de todos os períodos críticos, diferenciando-os significativamente dos períodos estáveis do desenvolvimento infantil (Vigotski, 1934/2006, p. 5, tradução nossa).

Na idade pré-escolar, por exemplo, a criança apresenta uma característica pedológica específica; é um período caracterizado por um grande interesse por brincadeiras de faz de conta e espontaneidade no comportamento (Vigotski, 1928/2021).

Esses são indícios de novos processos psicológicos que despontam em seu desenvolvimento. Aqui, a imaginação surge como uma neoformação e a memória é a função psicológica que assume protagonismo.

Entre períodos estáveis e críticos, a criança muda na medida em que suas necessidades são alteradas; o meio se expande e seu funcionamento psicológico tende a se complexificar. Contudo, Vigotski (1930/2018) não atribui as mudanças *desenvolvimentais* à maturação biológica, mas demonstra, discordando de outros autores, que essas mudanças são impulsionadas pela forma como o meio incide sobre uma determinada subjetividade, consolidando o que ele denomina situação social de desenvolvimento. Para ele:

A situação social de desenvolvimento numa determinada idade constitui o ponto de partida para todas as mudanças dinâmicas que ocorrem no desenvolvimento durante esse período. Determina total e completamente as formas de caminho pelo qual a criança adquire novas qualidades de sua personalidade, extraindo-as de seu ambiente como fonte principal do seu desenvolvimento, caminho em que o social se torna individual (Vigotski, 1930/2018, p.77)

Contudo, é importante não confundir a noção de situação social de desenvolvimento com um determinismo social. Vigotski (1930/2018) reforça, nesse ponto, as profundas raízes sociais da formação da consciência humana. Se, por um lado, a criança manifesta necessidades e interesses próprios de sua idade, por outro, o meio se organiza dialeticamente em resposta a essas características, configurando de forma singular a situação social que orienta seu desenvolvimento.

Um exemplo clássico apresentado por Vigotski (1930/2018) ajuda a elucidar essa questão. Ao analisar o caso de três crianças de idades diferentes, todas filhas de

uma mesma mãe alcoolista com histórico de episódios violentos, o autor observa que cada uma delas reage ao meio de maneira singular, resultando em efeitos distintos sobre o desenvolvimento psicológico de cada uma. A criança mais nova manifestava sintomas defensivos, como enurese e gagueira, expressando o medo e o terror gerados pela situação vivida. A segunda demonstrava uma relação profundamente ambivalente em relação à mãe, resultado da convivência simultânea com experiências afetivas positivas e negativas. Já a terceira, embora tímida, apresentava um senso de responsabilidade precoce para sua idade, comportamento decorrente da necessidade de cuidar dos irmãos mais novos.

A análise dos exemplos supracitados revela que uma mesma situação social de desenvolvimento pode ter efeitos, assumir sentidos e cumprir funções completamente diferentes no desenvolvimento psíquico de cada pessoa. Cada criança vivencia a experiência, que é social e comum a todas, de forma particular, o que nos leva a considerar necessariamente a idade pedológica da criança e sua vivência em uma determinada contextura cultural. A vivência (*perejivanie*), para Vigotski, é uma unidade de análise explicativa da síntese entre o meio, a idade pedológica e a situação social de desenvolvimento; os aspectos constitutivos ligados a um determinado acontecimento revelam as particularidades de uma situação dada e como ela incide subjetivamente. Assim,

A influência do meio no desenvolvimento da criança, junto com as demais influências, será medida também pelo nível de compreensão, de tomada de consciência, de atribuição de sentido ao que nele acontece. Se as crianças tomam consciência de forma distintas, isso significa que um mesmo acontecimento terá sentidos completamente diferentes para elas.... Tudo isso

quer dizer que a influência de uma ou outra situação não depende apenas do seu conteúdo, mas também do quanto a criança compreende ou lhe atribui sentido (Vigotski, 1930/2018, p. 79 e 80).

Parece, então, haver para o autor uma relação entre a vivência do sujeito e a constituição da sua consciência em termos de desenvolvimento e formação da personalidade. Nessa perspectiva, a consciência não é concebida como uma categoria abstrata ou inacessível, nem como mera representação dos comportamentos. Ao contrário, na abordagem vigotskiana, a consciência emerge da própria vida concreta, como afirma Clot (2014). A consciência é uma relação que só pode existir no cerne das relações sociais e, como tal, assume caráter duplicado (Delari Junior, 2012). Ela, por um lado, reflete a realidade objetiva, mas também a refrata de acordo com as particularidades que mobilizam a relação do sujeito com seu entorno. Desse ponto de vista, a consciência “é uma atividade trazida de novo, uma experiência redobrada de si para si, que tira paradoxalmente o sujeito dele mesmo” (Clot, 2014, p.127). Ela, então, se constitui nas vivências, mas de forma contraditória: não se trata de um simples acúmulo delas, mas de um processo de constante transformação do vivido em algo próprio e, assim, revivido. Por isso, Vigotski (1929/2000) afirma que a “consciência é a vivência das vivências”.

A consciência é sempre consciência de alguém em relação a algo, o que implica a possibilidade de esse sujeito se desvincular da situação imediatamente vivida e, assim, ser capaz de refletir e agir sobre ela (Delari Junior, 2012). Por um lado, o conteúdo da experiência vivida possui dimensões concretas, materiais e objetivas; por outro, esse mesmo conteúdo é subjetivamente apropriado pelo sujeito, produzindo um sentido

singular e pessoal da vivência. Aqui, encontra-se a síntese da dialética vigotskiana, que não separa o social do sujeito (e vice-versa). Segundo Clot (2014),

O sujeito pode enfrentar as dificuldades do real, organizá-las, orientar-se dentro delas, libertar-se das dominações da situação concreta e dispor de sua existência, dentro de limites que lhe são sempre lembrados. Aliás, sem que ele possa jamais escapar do determinismo de sua experiência, a consciência lhe permite (no máximo possível) determinar-se a si mesmo para se desligar, de alguma maneira, da viscosidade inorgânica do todo (p. 127).

Essa é a dinâmica da consciência: uma constante produção semântica que emerge das relações sociais marcadas por conflitos, contradições e um caráter essencialmente dramático. Partindo dessa compreensão, Vigotski (1929/2000) dialoga com os escritos de Politzer (1929/2022), que defendia o caráter dramático do psiquismo como fundamento para conceber o estatuto científico da psicologia. Para Politzer (1929/2022), essa dramaticidade expressa a complexidade viva da experiência humana, articulando razão, emoção e ação em permanente tensão.

É incontestável que é no drama que nos coloca de início nossa experiência cotidiana. Os eventos que nos acontecem são acontecimentos dramáticos; nós desempenhamos este ou aquele papel etc. A visão que temos de nós mesmos é uma visão dramática: sabemos que fomos o ator ou testemunha de tal e tal cena ou ação; sabemos que estivemos em uma viagem, que vimos pessoas lutando na rua, que pronunciamos um discurso. Dramáticas são também nossas intenções: queremos nos casar, ir ao cinema etc. *Pensamos em nós mesmos em termos dramáticos*. É também no plano dramático que ocorre o contato com nossos semelhantes. Um empreendedor contrata um trabalhador; nós jogamos tênis com nossos amigos etc. Dramático é também a *compreensão*

que temos uns dos outros. Alguém me convida para tomar um chá, eu aceito ou recuso; alguém me expõe suas opiniões políticas, eu contradigo violentamente, mas estamos em discussão, vivemos significações que nos afetam de uma forma ou de outra, mas em nenhum momento deixamos o plano do drama. É também no plano dramático que nós conhecemos de início uns aos outros” (p.239 e 249, grifos do autor).

Corroborando essa perspectiva, Vigotski (1929/2000) conclui que a dinâmica de constituição da consciência é, então, tecida por dramas que se materializam em papéis sociais específicos atuados na vida concreta. Tais papéis são contraditórios e nos colocam em posições dramáticas que produzem verdadeiros curtos-circuitos sistêmicos. Desse modo, a consciência não é apenas o que é materializado na ação, pois, “o ser humano a todo momento é pleno de possibilidades não realizadas” (Vigotski, 1925/2023, p.41). Na prática, temos:

Um mesmo ser humano, que vive diferentes situações, e estas diferentes situações deixam suas marcas, tem sua história e sua memória para cada um, não desaparecem no mesmo instante em que as circunstâncias mudam. Ao mesmo tempo, a pessoa, o ser humano vive o choque de assumir seus diferentes papéis sociais, alguns nem sempre conciliáveis com outros. Como pai desejo estar próximo ao meu filho, como pesquisador preciso concluir meu próximo livro; como filho desejo estar perto de meus pais e cuidar deles, como enamorado desejo mudar-me para longe deles e estar mais perto dela. O conflito entre os papéis coloca o sujeito diante de uma situação de escolha, que é tensa, conflitiva, à qual Vigotski chamou de drama (Delari Junior, 2012, p. 8).

O aspecto dramático do psiquismo nos remete, portanto, ao ponto de partida deste capítulo, ao evidenciar a intenção de Vigotski de construir uma teoria capaz de

explicar a gênese social da consciência. Para isso, o autor empenhou-se em superar a dualidade teórico-metodológica que ainda persiste na psicologia, muitas vezes sem solução satisfatória. Desde suas formulações iniciais sobre instrumentos e signos (filogênese), até a ênfase na dimensão dramática do psiquismo (ontogênese), Vigotski reafirma a centralidade da constituição do sujeito no interior das relações sociais. Nesse horizonte, parece não apenas pertinente, mas também necessário recorrer ao arcabouço da Teoria Histórico-Cultural para analisar a emergência de uma práxis clínica orientada por esses fundamentos, especialmente em um momento histórico de intensificação do sofrimento psíquico coletivo, decorrente das crises e das múltiplas formas de opressão geradas pelo sistema capitalista.

Capítulo 02: O desenvolvimento histórico da clínica psicológica como problema epistemológico

O presente capítulo tem como objetivo refletir sobre a gênese e a consolidação da clínica psicológica como prática e campo de saber, a partir de uma perspectiva histórico-epistemológica. Nesse contexto, investigar a clínica a partir da Teoria Histórico-Cultural exige, antes de tudo, uma análise do percurso histórico da clínica psicológica e de suas articulações com os distintos movimentos que marcaram o século XX. Trata-se de compreender como esses deslocamentos teóricos e práticos contribuíram para a constituição da clínica contemporânea e, sobretudo, em que medida criaram condições (ou impuseram limites) para a emergência de uma clínica fundamentada na abordagem histórico-cultural.

Historicamente, a clínica psicológica tem sua origem associada à tradição da clínica médica. Segundo Doron & Parot (2001), a clínica médica é a atividade na qual o médico se debruça na cabeceira do leito do doente, examinando-o com o intuito de

estabelecer um diagnóstico, seguido de um prognóstico e do estabelecimento de um tratamento. Isso explica a etimologia da palavra *klinê*, que, em grego, significa leito.

Assim, a clínica médica tem sua origem na Grécia Antiga e nasce mais associada aos elementos místicos do que racionais. Hipócrates (460 a.C.-377 a.C.) buscou compreender a história da doença e, conseqüentemente, seus efeitos no paciente, bem como sua necessidade de tratamento (Moreira et al., 2007). Nesse sentido, ele foi o responsável por desenvolver e sistematizar essa prática em instrumentos e técnicas de intervenção clínica. A observação clínica, a anamnese e o próprio exame médico foram por ele criados, pois “é impossível diagnosticar sem antes descrever os sintomas/sinais e conhecer os antecedentes da enfermidade. Do mesmo modo, não é possível fazer um prognóstico sem antes obter um diagnóstico” (Moreira et al., 2007, p. 610). Isso possibilitou um avanço considerável na área com a descrição de mais de quarenta e cinco enfermidades até o século XVII.

Enquanto isso, as investigações de Galeno (129 d.C. – 216 d.C.), na Roma Antiga, contribuíram para o conhecimento a respeito da anatomia e fisiologia. Mais adiante, na Era Medieval, foram nos países árabes e na Pérsia que se observaram mais avanços na clínica médica. *O Cânon*, por exemplo, é uma obra composta por cinco volumes e reúne uma grande quantidade de histórias clínicas e descrições precisas de diversas doenças, escrita pelo médico persa Abu al Hussein ibn Abdallah ibn Sina (980-1037 d.C.), conhecido também como Avicena (Rezende, 2006). Conforme Moreira et al. (2007), após esse período, a medicina ficou estagnada até o século XVIII, quando voltou a ganhar força no início do século XIX. Isso se deve às grandes descobertas científicas na área da biologia e às invenções que possibilitaram a instrumentalização médica.

Evidencia-se, portanto, que a inauguração do método clínico por Hipócrates anuncia mais do que uma prática: anuncia um ofício e, como tal, é permeado pela dialética do saber-fazer. Enquanto saber, a medicina acumulou o conhecimento a respeito das enfermidades e da descrição dos sintomas (*nosologia*) a partir de um raciocínio e método clínico. Concomitantemente, criou técnicas e instrumentos clínicos aplicados na prática, ou no que chamamos de fazer, o que contribuiu para o desenvolvimento do saber. Na dialética do saber-fazer, as questões sociais foram paulatinamente emergindo como tema transversal ao ofício.

Em sua obra intitulada “O Nascimento da Clínica”, Michel Foucault (1926-1984) desenvolveu uma análise histórica a respeito do desenvolvimento da clínica médica. Para o autor, até o século XVIII, a medicina possuía um caráter classificatório, cujo estudo das enfermidades se concentrava na taxonomia das doenças, criando famílias, gêneros e espécies, em conformidade com a construção de um saber biológico e natural (Yazbek, 2015). Contudo, à medida que as ideias positivistas se difundiram, foi também modificado o olhar clínico. Agora, imbuídos pela necessidade de um método objetivo de apreensão da realidade, a doença passou a ser tomada como objeto de estudo e, conseqüentemente, tanto o médico quanto o doente foram afastados do centro da análise. Em outras palavras, deixa-se de investigar o sujeito doente para investigar a doença (Yazbek, 2015).

Fundamentalmente, portanto, é esta relação doença/signo/sintoma que será significativamente modificada com a passagem da medicina clássica à medicina clínica: para a primeira, o sintoma não revela a natureza da doença, mas apenas o seu desenvolvimento no corpo do doente para a segunda, por sua

vez, a essência da doença torna-se sua própria manifestação sensível, de sorte que o sintoma passa a ser signo da enfermidade. (Yazbek, 2015, p. 61)

No século XIX, outra modificação afetou a medicina clínica, configurando-a como a medicina moderna propriamente dita. O abandono gradual da concepção religiosa do corpo sacro abriu caminho para o avanço dos estudos anatômicos e, conseqüentemente, para um movimento investigativo na medicina, que deixou de se limitar à identificação de sintomas, passando também à sua localização no corpo do paciente (Yazbek, 2015). Para Foucault, o encontro da prática clínica com a anatomia patológica configurou uma medicina anatomopatológica, que buscava localizar a origem orgânica da doença e, assim, aprofundou-se a dicotomia entre o corpo orgânico e o sujeito que o rege (Yazbek, 2015).

Nesse contexto, a clínica médica moderna ganhou maior desenvolvimento, visibilidade e repercussão no campo científico e, em razão disso, passou-se a validar esse olhar médico sobre os corpos. Articulado a isso, o discurso médico tornou-se uma forma de poder sobre a vida; o que o autor chama de biopoder. Com efeito, a doença e o seu tratamento tornaram-se, também, um produto social (Moreira et al., 2007).

2.1 O Desenvolvimento da Clínica Psicológica na Modernidade

Considerando tais fatores históricos, faz-se necessário compreender a emergência da clínica psicológica nessa conjuntura, pois cabia à clínica médica o tratamento das enfermidades mentais. Dentre elas, talvez a mais famosa seja a histeria; estado em que um sujeito manifesta no corpo comportamentos que se assemelham a uma enfermidade física, sem, no entanto, apresentar sinal de lesão orgânica correspondente a alguma doença (Doron & Parot, 2001).

Essa condição, entre outras, impulsionou o desenvolvimento de abordagens voltadas para os sofrimentos da alma, levando os médicos da época a recorrerem a diferentes técnicas terapêuticas com o intuito de tratar tais enfermidades que escapavam à explicação puramente orgânica. Entre essas técnicas, Jean-Martin Charcot (1825-1893), por exemplo, utilizava-se da sugestão e da hipnose; método que consistia em rebaixar o estado de consciência do sujeito com o objetivo de compreender a causa dos sintomas histéricos (Gonzalez-Rey, 2007).

Contudo, um de seus colaboradores, Sigmund Freud (1856-1939), passou a questionar a eficácia desses métodos para o tratamento das enfermidades mentais, já que priorizavam a ação do médico sobre o paciente, ou seja, a sua sugestão. Além disso, os sujeitos dificilmente se lembravam de suas falas durante as sessões de hipnose, justamente porque isso provocava uma alteração em seu estado de consciência.

A proposta de Freud foi, então, uma inversão da lógica do tratamento vigente na clínica médica. Ele retirou o médico da posição de condutor do processo, permitindo que o paciente falasse livremente por meio da associação livre. Dessa forma, buscou acessar pequenas falhas na fala do sujeito que pudessem revelar seus conteúdos inconscientes. Dessa proposição nasceu a Psicanálise, que, pela primeira vez, empregou o termo *clínica psicológica*, promovendo avanços fundamentais para a consolidação dessa área (Doron & Parot, 2001).

De acordo com Moreira et al. (2007), a principal contribuição da Psicanálise para a constituição da clínica psicológica consistiu no deslocamento do saber sobre o sofrimento do sujeito. Por um lado, na clínica médica, quem conhece a enfermidade que acomete o sujeito é o médico; por outro, na clínica psicanalítica, essa centralidade é dada ao próprio paciente, que, por meio da fala, elabora seu sofrimento. Criou-se,

então, uma clara diferenciação entre as duas práticas, pois

Enquanto a clínica médica aprimora seus métodos diagnósticos, por via da observação e de complexas tecnologias que sustentam múltiplas possibilidades de intervenção na direção da cura orgânica, a clínica freudiana, embora também se debruce sobre o cliente na busca diagnóstica, enfatiza mais a escuta do sofrimento do que a visão do mesmo, e propõe, como método de intervenção, a psicoterapia/análise (*Ibidem*, 2007, p. 612).

Nota-se, então, que, apesar dessa importante inversão, a essência do fator clínico permaneceu, centrada no diagnóstico e tratamento de pessoas acometidas por enfermidades mentais.

Outra contribuição do autor foi o modelo de estruturas de personalidade clínica, conhecidas como neurose, psicose e perversão. Para Freud, tais estruturas baseavam-se em uma série de sintomas que, em conjunto, configuravam a sintomatologia típica da personalidade (Rosa, Ribeiro e Markunas, 2002). Ao introduzir essa nova compreensão do sofrimento psíquico, Freud desafiou a rígida separação proposta pelo discurso médico, que dividia a vida humana entre o normal e o patológico.

Essa perspectiva inovadora confrontava a visão dominante até então, segundo a qual a doença mental era compreendida unicamente como loucura, atribuída aos sujeitos considerados desviantes das normas socialmente impostas. Freud subverte essa lógica ao deslocar o homem da posição normativa de racionalidade amplamente difundida pelo Iluminismo, ao demonstrar que ele não detém pleno controle sobre suas ações e desejos. Apesar dos avanços, a concepção de estruturas baseada em sintomas acabou por perpetuar a lógica de compreender a personalidade a partir de sua *nosologia*.

Moreira et al. (2007) apontam também que a clínica psicanalítica freudiana

instaurou a noção de segredo como impulsionadora do processo terapêutico, fortalecendo o imaginário da clínica individual como espaço efetivo para tratar o sofrimento psíquico. Essa visão ainda perdura na atualidade, se observarmos a definição de psicologia clínica apresentada por Doron & Parot (2001): “A psicologia clínica procede ao estudo aprofundado de casos individuais, com o objectivo de evidenciar as particularidades ou alterações do funcionamento psicológico da pessoa” (p. 140).

No entanto, essa prática só se torna plausível em função da emergência da concepção de sujeito moderno; aquele reconhecido e legitimado por suas idiossincrasias, experimentador de experiências singulares e subjetivas e, por isso, portador de problemas tipicamente modernos (Figueiredo & Santi, 2010). Tal experiência impulsionou a criação de uma nova ciência capaz de investigar e desvendar os dilemas do indivíduo. Dessa maneira, é preciso considerar que o desenvolvimento histórico da psicologia clínica se entrelaçou com o próprio nascimento e consolidação da ciência psicológica enquanto campo autônomo. Isso implicou compreender que, simultaneamente à Psicanálise, outros pesquisadores também se debruçaram sobre os problemas da alma em busca de construir um saber psicológico.

De acordo com Doron & Parot (2001), Freud somente faz uso do termo *clínica psicológica* em 1899, enquanto o psicólogo americano Lightner Witmer (1867-1956) já havia aberto, em 1896, uma clínica psicológica destinada ao atendimento de crianças anormais, assim como já empregava o termo *método clínico* em psicologia. Na Alemanha, em 1879, Wilhelm Wundt (1832-1920) fundou o primeiro laboratório experimental de psicologia do mundo, o *Wundt-Laboratorium*. Assim, o uso do termo *psicologia clínica* remete a uma série de concepções que foram sendo

incorporadas ao longo da história da Psicologia, de maneira que

O método clínico estendeu-se à medicina das doenças mentais, em que a observação dos comportamentos (provocados ou espontâneos) e a condução de entrevistas (frequentemente longas e repetitivas) tomaram relevo e foram completadas pela interpretação dos documentos pessoais (cartas, diários, autobiografias, produções literárias ou artísticas espontâneas) e pela aplicação de testes de aptidão e de personalidade (é então a clínica armada segundo D. Lagache). O método clínico foi transposto para o exame do homem dito normal, com o objetivo de aconselhamento, de formação ou de seleção. Por fim, generalizou-se do indivíduo para o grupo: é a psicologia social clínica (Doron & Parot, 2001, p. 140).

Historicamente, tais iniciativas, apesar dos interesses diversos, foram construindo o que conhecemos como *psicologia clínica* na contemporaneidade, sendo fortemente impactada pelas disputas epistemológicas inerentes ao campo. Assim, a dialética saber-fazer desdobrou-se diversamente em função da direção epistemológica tomada pelos pesquisadores. Categorias como subjetividade, sofrimento psíquico e escuta clínica, por exemplo, que estão intrincadas à psicologia clínica (Dutra, 2004), repercutem de maneira contraditória ao longo do desenvolvimento da ciência psicológica, criando uma polissemia de saberes e, concomitantemente, gerando o aprofundamento da crise metodológica da Psicologia, já enunciada por Vigotski.

Gonzalez-Rey (2007) aponta que a Psicanálise institucionalizou a psicoterapia como prática clínica moderna no campo científico, mas também no senso comum em países ocidentais. Todavia, a definição de um inconsciente encapsulado representou uma das inúmeras limitações teóricas que, ao longo da história, foram e ainda são contestadas pelos próprios psicanalistas, bem como pelos seus críticos. Assim,

A psicanálise representou uma ferida mortal ao corpo discursivo dominante na sociedade ocidental na época de sua aparição, mas a institucionalização da psicanálise atribuiu a este a mesma função que os outros saberes da época e acabou por reificá-lo e dogmatizá-lo nos termos de suas categorias concretas e de seus efeitos deterministas, causalistas e universalistas, usando-o mais como uma nova maneira de saber verdadeiro do que como uma forma de subversão orientada à produção de novos saberes e práticas (Gonzalez-Rey, 2007, p. 48).

No contexto dos desdobramentos históricos, duas correntes de pensamento emergem nos Estados Unidos como continuidade dos esforços europeus para a constituição de uma ciência psicológica.

Uma delas é o *Estruturalismo*, cuja formulação foi proposta por Edward Titchener (1867–1927), discípulo direto de Wilhelm Wundt. A partir de sua experiência com o mestre alemão, Titchener desenvolveu uma definição própria de psicologia, que deveria se dedicar à investigação dos elementos da consciência por meio do método introspectivo. Ele defendia o *elementarismo* e o *associacionismo*, propondo a decomposição dos processos psíquicos conscientes em suas estruturas mais básicas, de modo a possibilitar a análise das formas de associação entre esses elementos constituintes da consciência (Araújo, 2005).

Em oposição ao estruturalismo, emergem em solo norte-americano duas matrizes: a matriz funcionalista e a matriz organicista americana (Figueiredo, 2014). A matriz funcionalista tem como um de seus representantes William James (1842-1910), que publica, em 1890, o livro *Princípios Gerais da Psicologia*, contendo suas principais formulações teóricas a respeito da psicologia, sobre hábito, atenção, fluxo do pensamento e *self* (Ferreira & Gutman, 2005). Nessa direção

Ao ocupar-se do estudo do funcionamento da consciência, acreditava

ser esta mutável em termos de organização e produto de um processo de adaptação ao ambiente. Para ele, a função da consciência era a de capacitar o ser humano a adaptar-se ao meio ambiente e a fazer escolhas. Percebe-se aí a ampla importância da teoria darwiniana na construção de suas concepções sobre a consciência humana. Para James, a vida mental é finalista, isto é, a finalidade da vida psíquica é a conservação e a defesa do indivíduo (Kahhale & Andriani, 2002, p. 90).

A matriz organicista, por sua vez, consolidou-se entre o final do século XIX e o início do século XX, concebendo a psicologia como uma ciência de base natural. Os autores vinculados a essa perspectiva partem do pressuposto de que os seres vivos se diferenciam na natureza a partir das formas como respondem ao mundo. Ou seja, por meio de seu comportamento (Figueiredo, 2014). John B. Watson (1878–1958), reconhecido como o fundador do *behaviorismo metodológico*, realizava experimentos com animais, como ratos e pombos, rejeitando o método introspectivo por considerá-lo subjetivo e impreciso. Suas pesquisas concentravam-se na associação entre estímulos e respostas, com o objetivo de compreender as correlações estabelecidas nesse processo, o que passou a ser denominado de *comportamento respondente*. Nesse contexto, Burrhus F. Skinner (1904-1990) deu continuidade e aprofundamento à abordagem behaviorista ao identificar o *comportamento operante* e ao introduzir conceitos fundamentais como *reforço*, *punição*, *extinção* e *discriminação*. Skinner negava a existência de processos mentais internos como explicações válidas para o comportamento humano, sustentando que toda conduta poderia ser compreendida a partir das relações entre o organismo e o ambiente (Figueiredo, 2014; Leonardi, 2015). Nota-se que, em sua origem, essa matriz não se interessou diretamente pela gênese do *sofrimento psíquico*, mas pela compreensão do comportamento humano de uma

maneira geral. Do ponto de vista ontológico e metodológico, as explicações teóricas instrumentalizaram os fenômenos psicológicos humanos, voltando-os para a relação *estímulo-resposta*.

Fora do circuito estadunidense, havia também os estudos da reflexologia soviética, interessados nos mecanismos mais básicos do comportamento humano. Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936) criou o conceito de *reflexo condicionado* a partir de seu famoso experimento com cães, no qual um alimento era disponibilizado ao animal associado ao tilintar de um sino. Ao repetir o procedimento inúmeras vezes, notou-se que, na presença do estímulo (o sino), ainda que sem o alimento, o animal começava a salivar bastante, demonstrando assim a criação de um reflexo (ou seja, uma reação fisiológica) condicionado a determinado estímulo (Júnior, Lopes & Sirino, 2005).

Conforme Leonardi (2015), na primeira metade do século XX, os experimentos comportamentais buscavam explicações no comportamento respondente em casos de enurese, paralisia histérica, alcoolismo e dependência de morfina, por exemplo. A partir da década de 1950, os comportamentalistas interessaram-se pelas práticas experimentais em humanos. Inicialmente, esse processo resumia-se à elaboração de experimentos semelhantes àqueles típicos da *Caixa de Skinner* e tinha como objetivo avaliar as respostas do sujeito. Progressivamente, esses estudos ganharam espaço clínico, principalmente ao comparar o comportamento de pessoas acometidas por uma patologia e aquelas consideradas normais. A técnica de *dessensibilização sistemática*, por exemplo, foi desenvolvida nesse período como forma de tratamento de casos de ansiedade.

Já na década de 1960, surge uma nova área de pesquisa: a *Análise do Comportamento Aplicada* (*Applied Behavior Analysis*). Essa área define-se por dois eixos de atuação. O primeiro consiste na pesquisa aplicada, que utiliza os princípios

básicos do comportamento para produzir conhecimento sobre a modificação de condutas humanas socialmente relevantes. O segundo seria o da prestação de serviços: os conhecimentos oriundos das pesquisas experimentais e aplicadas eram empregados para intervir, prevenir e remediar problemas comportamentais em áreas como saúde mental, trabalho e educação.

Em síntese, o cenário das terapias comportamentais na primeira metade do século XX era marcado por dois tipos de atuação. Por um lado, terapeutas aplicavam o conhecimento acerca do condicionamento respondente no ambiente de consultório para tratar transtornos de ansiedade, prática denominada *terapia comportamental*, e, por outro, analistas do comportamento aplicavam os princípios operantes em ambientes institucionais, manipulando diretamente as contingências para alterar a frequência de comportamentos específicos, prática que ficou conhecida como *modificação do comportamento* (Leonardi, 2015, p. 124).

A efervescência das terapias comportamentais revelou uma lacuna que se desdobrou ao longo do século XX: a insatisfação dos psicólogos com a ausência de evidências e de objetividade nos resultados da Psicanálise. Observava-se, por um lado, o interesse no uso das técnicas oriundas das terapias comportamentais e, por outro, um desinteresse pela base teórica que as fundamentava. É nesse contexto que ganham força as *ciências cognitivas*, que emergem na década de 1950, nos Estados Unidos, integrando diversas áreas do conhecimento como linguística, lógica, antropologia, inteligência artificial, filosofia, neurociência e, evidentemente, a psicologia.

Esse campo interdisciplinar estrutura-se a partir do interesse comum em compreender os processos mentais, com ênfase na cognição, na linguagem e no raciocínio, fornecendo assim novos referenciais para o campo da psicoterapia. Nesse

contexto, segundo Kastrup (2005), a criação do computador representou um marco histórico decisivo, pois transformou profundamente as investigações sobre a inteligência humana. A partir daí, começou-se a formular a hipótese de que o funcionamento da mente poderia ser comparado ao dos sistemas computacionais, concebendo a mente como um processador de informações. Essa analogia influenciou fortemente as concepções teóricas da época, orientando a construção de modelos mentais baseados em entradas, codificações, armazenamento e saídas de informação, tal como ocorre nas máquinas digitais. Howard Gardner (1943-) publica, em 1995, sua obra *A nova ciência da mente*, criticando as premissas behavioristas de negação da mente humana e explicando que o computador seria a nova estratégia metodológica para compreender a mente humana.

Nesse caso, a retomada da mente pelas ciências cognitivas não consiste num retorno à antiga psicologia da consciência, pois trata-se agora da investigação de uma mente destituída de sua dimensão de experiência. O computador não compreende o que faz, e conhecer é apenas processar informação. O modelo do processamento de informação faz com que conhecer seja calcular. O cálculo opera com símbolos, que são entidades discretas, que possuem uma base material e uma dimensão semântica. A base material pode ser tanto uma máquina quanto um cérebro e a dimensão semântica, postulada como uma relação de correspondência com elementos de um mundo externo e predefinido, dispensa a consciência (Kastrup, 2005, p. 218).

Posteriormente, diversas teorias cognitivistas se desenvolveram no campo da psicologia, evidenciando um alinhamento epistemológico com o ideal de neutralidade e imparcialidade na investigação do funcionamento mental. Esse movimento, segundo Kastrup (2005), reforça o projeto científico de acesso a um conhecimento universal

sobre a mente humana, consolidando a tentativa de explicar os processos psíquicos por meio de modelos objetivos e generalizáveis, inspirados nas ciências naturais. No que tange à produção teórico-metodológica, as ciências cognitivas não se interessavam pela temática clínica; entretanto, como já citado anteriormente, suas definições influenciaram a criação da TCC e, mais recentemente, das terapias contextuais, que serão abordadas mais adiante.

Influenciados pelas descobertas acerca dos processos cognitivos e de seus efeitos sobre comportamentos e emoções, surgem novos modelos de terapia que incorporaram, teoricamente, elementos da psicologia cognitiva e, metodologicamente, aspectos da abordagem comportamental (Leonardi, 2015). Aaron T. Beck (1921-2021), criador da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), defendia que sujeitos adoecidos apresentavam pensamentos disfuncionais, os quais provocavam problemas emocionais e comportamentais. Dessa forma, o processo terapêutico teria a função de *corrigir essas crenças irracionais* por meio da demonstração de evidências favoráveis e desfavoráveis à interpretação que o indivíduo faz de suas próprias vivências.

González-Rey (2007) explica que as abordagens cognitivistas e comportamentais, em seus primórdios, sequer utilizavam o termo *psicoterapia*, uma vez que seu objetivo central era a modificação do comportamento. Com o tempo, no entanto, a mudança filosófica por que passaram essas abordagens permitiu a valorização da conversa e da análise reflexiva como parte do processo terapêutico, conforme destaca o autor.

A terapia cognitiva atribui ao sujeito a responsabilidade de questionar e observar seu próprio sistema de crenças, desafiando-o na necessidade de sua modificação, com relação à qual o terapeuta possui um papel ativo, contribuindo com o sujeito por meio do emprego de um conjunto de técnicas

facilitadoras, como, por exemplo, a técnica de inoculação de estresse de Meichenbaum (González-Rey, 2007, p. 23).

No esteio dessas iniciativas, Leonardi (2015) argumenta que houve, nas décadas de 1970 e 1980, um crescimento e popularização significativos das terapias comportamentais de viés cognitivista. A criação de periódicos, a publicação de livros, a formação de associações, entre outros aspectos, evidencia tal crescimento. Contudo, o ecletismo teórico-metodológico adotado deixou o campo altamente fragmentado, e os

Princípios teórico-conceituais da análise do comportamento e sua filosofia selecionista foram abandonados quase completamente na prática clínica de consultório, embora estivessem acumulando cada vez mais evidências de eficácia nas pesquisas em análise do comportamento aplicada (Leonardi, 2015, p. 125).

Nesse cenário, observamos, por um lado, a retomada do problema epistemológico da psicologia, marcada pela dificuldade de unificar, sob uma mesma base teórica, a diversidade de conhecimentos produzidos no campo. Por outro lado, emerge o desafio de compreender e localizar o sofrimento psíquico dos sujeitos em uma perspectiva ontológica, isto é, considerando sua constituição como expressão da existência humana concreta (González-Rey, 2007).

Surge, neste contexto, uma terceira via clínica, também denominada de *terceira força da psicologia* (Buys, 2005), desenvolvida no século XX com o objetivo de superar os problemas impostos pela Psicanálise e pelas Terapias Comportamentais e Cognitivistas. A vertente Humanista, centrada na singularidade do sujeito e na possibilidade de encontro, enfatiza o papel ativo do sujeito no contexto clínico. Tal fundamento epistemológico possui como categorias centrais

a compreensão, percepção, sentido e intenção para a análise dos processos individuais. Ao contrário da Psicanálise, o sujeito é consciente e capaz de autorrealizar-se (González-Rey, 2007).

Abrangendo uma diversidade de teorias, a psicologia humanista pode ser agrupada em duas grandes vertentes: a escola americana, que enfatiza o humanismo centrado no indivíduo, e a escola europeia, marcada pela adoção do método fenomenológico-existencial como base para a compreensão da experiência humana. Na escola americana, destacam-se Carl Rogers (1902-1987), com a Terapia Centrada no Cliente; Rollo May (1909-1994), com a Psicoterapia Fenomenológico-Existencial; e Abraham Maslow (1908-1970), com a teoria da autorrealização. Já na escola europeia, sobressaem o método fenomenológico de Edmund Husserl (1859-1938), o existencialismo de Martin Heidegger (1889-1976), a Análise Existencial de Medard Boss (1903-1990), além das Psicoterapias Antropológicas e da Psicoterapia Antropológico-Fenomenológica (Rosa & Kahhale, 2002).

De modo geral, tais teorias foram criadas e desenvolvidas com enfoque clínico, em movimento oposto ao das teorias comportamentais. Vê-se, então, a retomada da centralidade do problema da consciência para o desenvolvimento da psicologia e, ao mesmo tempo, a manutenção da concepção de um sujeito individual que é livre para fazer suas escolhas, adquirir sua *autorrealização* e exercer sua *autenticidade* e espontaneidade (Rosa & Kahhale, 2002). De imediato, pode parecer que essa vertente supera os problemas inerentes às anteriores. Entretanto,

A ênfase na consciência, que se expressa de formas diferentes na importância da reflexão, de uma filosofia de vida e da auto-realização, em praticamente todas as categorias humanas, deixa de fora a tensão produzida, e os aspectos subjetivos que o constituem e que não se definem em um nível

consciente. Essa tensão é sempre solucionada pela psicoterapia humanista, à medida que o sujeito assume sua responsabilidade reflexiva no processo terapêutico (Gonzalez-Rey, 2007, p. 16).

Isso evidencia como a disputa em torno da definição da psicologia segue se atualizando a partir das diferentes formas de acesso à psique. No entanto, apesar dessas variações metodológicas, centradas no comportamento, na cognição, na consciência ou no inconsciente, permanece a tendência de conceber o sujeito de forma abstrata, como um sujeito epistêmico desvinculado de sua historicidade e de sua inserção social.

Sobre essa questão, Canguilhem (1958/1973) observa que, embora o ser humano seja tradicionalmente considerado o objeto de estudo da psicologia, o desenvolvimento histórico dessa ciência revelou um progressivo afastamento de seu objeto, motivado, sobretudo, pelos métodos adotados em sua constituição como campo científico. Com efeito, ao questionarmos “O que é psicologia?”, as respostas são insuficientes, pois não há clareza em relação ao seu objeto, o que provoca dúvidas sobre seu estatuto científico; sua importância, rigor e eficácia. O autor argumenta que, em última instância, tal eficácia segue mal fundamentada, de maneira que

Muitos trabalhos em psicologia se tem a impressão de que misturam uma filosofia sem rigor, uma ética sem exigência e uma medicina sem controle. Filosofia sem rigor, porque é eclética sob pretexto de objetividade; ética sem exigência, porque associando experiências etológicas elas próprias crítica, a do confessor, do educador, do chefe do juiz etc.; medicina sem controle, visto que, das três espécies de doenças, as mais ininteligíveis e as menos curáveis, doenças da pele, doença dos nervos e doenças mentais, o estudo e o tratamento das duas últimas forneceram sempre à psicologia observações em hipóteses (Canguilhem, 1958/1973, p.01).

Dessa forma, uma análise atenta das diferentes correntes teóricas da psicologia até aqui apresentadas permite concluir que, apesar dos esforços para a consolidação de uma prática clínica, persiste a necessidade de reformulação do objeto de estudo da psicologia. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a concepção de ser humano subjacente a cada uma dessas teorias e identificar de qual tradição filosófica ela se origina. Como consequência, o desenvolvimento da ciência psicológica avançou de maneira fragmentada, dando origem não apenas a um campo de investigação, mas também a um campo profissional marcado por indefinições. Segundo Canguilhem (1958/1973), essa fragmentação torna difícil estabelecer com precisão o que faz o psicólogo, uma vez que ainda não se conseguiu responder com clareza à pergunta sobre o que ele é.

2.2 A Clínica como Campo de Atuação da Psicologia no Brasil

Apesar dos persistentes questionamentos epistemológicos acerca do estatuto científico da psicologia, a popularização da psicologia clínica permitiu sua consolidação enquanto campo de estudos, pesquisa e prática profissional. Nessa perspectiva, como vimos, diversos modelos de clínica emergiram (e continuam emergindo) ao longo do desenvolvimento da ciência psicológica. Na contemporaneidade, a clínica psicológica não se restringe à psicoterapia individual, abrangendo também a psicoterapia de grupo, a avaliação psicológica, a neuropsicologia e até práticas coletivas fundamentadas em métodos clínicos, como é o caso da Clínica da Atividade e dos Grupos Operativos, entre outras.

Em solo brasileiro, a ciência psicológica seguiu o mesmo percurso hegemônico difundido internacionalmente. Isto é, as primeiras pesquisas em psicologia, bem como as disciplinas ofertadas até a década de 1920, estavam associadas aos cursos de ensino superior de medicina (Soares, 2010). O uso de testes psicológicos na prática

psiquiátrica também corroborou para a ampliação do uso dos saberes psicológicos. Um exemplo disso foi a criação do Gabinete de Psicologia Experimental, no Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados, cujo objetivo era a aplicação de testes para definir a forma da internação (Jacó-Vilela, 2024). O campo educacional também se apropriava dos saberes psicológicos, haja vista que muitas disciplinas de psicologia estavam presentes nos cursos de formação de professores das escolas normais (Jacó-Vilela, 2024).

No final da década de 1930, por exemplo, já se observavam no Brasil instituições voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes encaminhados por pais e escolas para a realização de psicodiagnóstico, aconselhamento psicológico e orientação vocacional. Esse cenário evidencia a inserção da prática clínica psicológica no contexto nacional ainda fortemente influenciada por fundamentos teóricos de origem norte-americana e psicanalítica (Jacó-Vilela, 2024).

Apesar dos avanços anteriores, foi apenas na década de 1950 que se iniciou, de fato, o movimento para a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. Em 1953, foi criada a primeira graduação em Psicologia no país e, em 1962, o presidente João Goulart (1919-1976) sancionou a Lei nº 4.119/1962, que regulamentava tanto os cursos quanto o exercício profissional da Psicologia (Jacó-Vilela, 2024). Com essa regulamentação, o psicólogo passou a ser caracterizado, essencialmente, como um profissional liberal, atuando em consultórios particulares, hospitais, clínicas de avaliação psicológica, além de empresas e escolas; nesses últimos, com ênfase na avaliação e no atendimento individualizado.

Esse processo de institucionalização da profissão ocorreu em paralelo ao regime militar no Brasil, contribuindo para a consolidação de uma psicologia nos moldes da ciência positivista, marcada por uma postura técnica, normativa

e desvinculada da realidade histórica e social. Contudo,

A psicologia se constituiu, ao final e após a ditadura, de forma nova, adequada aos novos tempos. Entendendo a extrema desigualdade da sociedade brasileira, cabia ao psicólogo não mais ser um “agente da ordem”, mas um profissional atuante na promoção de direitos, visando a transformação da realidade social e, conseqüentemente, a melhora da saúde mental da população (Jacó-Vilela, 2024, p 07).

Neste contexto, a atuação do psicólogo se desloca do modelo clínico individual para áreas como a saúde coletiva e assistência social. Essa transformação no campo da psicologia clínica só foi possível em função da criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Lei 8.080/1990). Com ele, o psicólogo se inseriu na rede pública de saúde em todo país, atendendo um público completamente distinto daquele que comumente acessava aos serviços de psicologia clínica.

O Censo da Psicologia de 2022 identificou que, entre os profissionais registrados no Conselho Federal de Psicologia (CFP), 73,1% atuam na área clínica; definida pela pesquisa como a “integração de conhecimentos teóricos e métodos psicoterápicos empregados para promover a autonomia, a qualidade de vida e a saúde integral (p. 17)”. Além disso, 19% trabalham na área da saúde, 11,8% com avaliação psicológica, 6,2% na área hospitalar e 5,7% em neuropsicologia (Bastos, Oliveira & Soares, 2022). Esses dados demonstram como a atuação clínica é ainda predominante na profissão, considerando tanto a modalidade de psicoterapia como os demais modelos de atuação clínica. Com efeito, a produção científica em psicologia, bem como os currículos de formação inicial de psicólogos tiveram que responder aos novos dilemas impostos pela realidade material e foram chamados a compreender as limitações teórico-metodológicas da própria ciência psicológica em razão desse novo

cenário.

Desse modo, a Clínica Ampliada surge como uma resposta à insuficiência do modelo tradicional de clínica individual e biomédica. Nesse novo paradigma, o sujeito é concebido como bio-psico-socialmente determinado, o que implica a defesa da criação de novos modelos de setting terapêutico (tanto individuais quanto coletivos) que coloquem esse sujeito no centro do processo clínico (Dutra, 2004; Moreira et al., 2007). Além disso, a Clínica Ampliada busca não apenas promover o cuidado psicológico, mas também possibilitar processos de transformação social (Kahhale & Montreozol, 2019a, 2019b; Kahhale, Costa & Montreozol, 2020; Lima, 2023).

O formato de uma clínica ampliada e, portanto, mais humanizada, dialógica e interdisciplinar possibilita ao sujeito uma vida ativa em seu contexto, que, mesmo diante de uma possível doença, transtorno ou acontecimento adverso, não se limita a isso, mas se abre à conscientização e à elaboração de novas possibilidades de existência (Kahhale, Costa & Montreozol, 2020).

Fica evidente que, ao modificar a concepção de sujeito, modifica-se também o modo de atuação do psicólogo frente ao seu campo de trabalho. Esse avanço, no entanto, não representa um caminho linear no qual o campo clínico se constitui. Historicamente, como se pôde observar, a clínica psicológica, em seu esforço para se consolidar como um campo autônomo, promoveu uma disputa entre distintas formas de tratamento dos sujeitos em sofrimento psíquico. Embora nenhuma dessas abordagens tenha conseguido superar plenamente a crise que atravessa o campo, o adoecimento psíquico, produzido por sujeitos historicamente situados, continua a se reconfigurar. Isso evidencia, por sua vez, a insuficiência do modelo biomédico diante da complexidade e da crescente diversidade dos quadros de sofrimento psíquico na contemporaneidade.

2.3 A Clínica Histórico-Cultural como Produto do Aprofundamento da Crise da Psicologia

O cenário de desenvolvimento histórico da clínica, então, nunca esteve deslocado dos dilemas de constituição da ciência psicológica. Nesse sentido, ela se fragmentou à medida que buscava respostas para o sofrimento humano. A este respeito, Figueiredo (1991/2014) explica que a principal característica da psicologia é sua própria fragmentação e que devemos considerá-la uma unidade na diversidade. Bock (1997), na mesma linha de análise, afirma que devemos considerar as diferentes *psicologias*. Silveira e Huning (2007), por sua vez, compreendem que a fragmentação da psicologia é essencialmente seu aspecto positivo, demonstrando um modelo de ciência pós-moderno, validado na imanência da prática. Por fim, Holanda (2019) considera a psicologia como uma ciência de universo aberto. Nesse ínterim, Silveira (2018) aponta que a psicologia é sua própria crise, pois “não tem outra alternativa diante de si a não ser se constituir simultaneamente como psicologia e como filosofia da psicologia” (p. 20).

Ao adotar esses posicionamentos, pode parecer que pouco haveria a acrescentar do ponto de vista da história da clínica psicológica. Se o problema residisse apenas na fragmentação teórica e, por consequência, metodológica – como se essa fosse uma característica intrínseca da própria psicologia – bastaria descrever esse desenvolvimento de forma cronológica e aceitar o constante surgimento de novas teorias (clínicas ou não) como um processo natural e inevitável dessa ciência. Não se trata, portanto, apenas de constatar que a clínica psicológica se desenvolveu de forma fragmentada, mas de investigar as razões históricas e epistemológicas dessa fragmentação. Aqui, nosso desafio está em compreender por que, especialmente nos últimos quinze anos, tem ganhado visibilidade uma proposta clínica identificada como

Histórico-Cultural, cujas bases teóricas e metodológicas se diferenciam das abordagens tradicionais e propõem uma nova forma de conceber o sofrimento psíquico, bem como a atuação clínica.

Para isso, é necessário abdicar da proposta hegemônica de análise epistemológica da psicologia, trazendo à tona autores que questionam a suposta positividade da crise na Psicologia (Carvalho et al., 2021). Nesse contexto, ganham destaque as contribuições de Georges Politzer (1929/2022), filósofo e não psicólogo de formação, cuja reflexão crítica sobre a Psicologia o levou a defender a unificação do campo como uma tarefa coletiva voltada à constituição de uma ciência comprometida com a complexidade da experiência humana. Sua proposta de uma *psicologia concreta* buscava justamente superar as abordagens abstratas e fragmentadas então predominantes. Em outras palavras, o autor compreendia que as tentativas de superação da psicologia clássica e de construção de uma nova psicologia eram pulverizadas em esforços teóricos isolados, o que reforçava o caráter mitológico e pré-científico da psicologia. Dessa forma, ele defende que

Temos que nos habituar, pelo contrário, à ideia de que tudo que diz respeito aos fundamentos da psicologia só pode ser resolvido definitivamente pelo trabalho coletivo, porque um sistema individual é sempre apenas uma construção arbitrária, e que só o trabalho coletivo pode levar a esse “sistema” que é chamado de ciência (Politzer, 1929/2022, p. 227).

O autor argumenta que as sucessivas tentativas de fundar uma nova psicologia transformavam a própria história da psicologia em uma sucessão de críticas e rupturas, sem que se alcançasse uma base epistemológica sólida e unificada. Para Politzer, essa fragmentação compromete a constituição da psicologia como uma verdadeira ciência do humano, de modo que a

Crítica da velha psicologia filosófica pela escola dita científica, crítica da psicologia ‘científica’ pelos sucessores de Wundt; por outro lado: crítica da primeira psicologia, inteiramente mecanicista, dos ‘elementos’, por uma ‘psicologia dos elementos’ pretensamente dinamista. Depois a crítica da ‘psicologia dos elementos’ em geral. De outro lado ainda: a crítica da psicologia que se situa abaixo da ‘significação’, pela psicologia que se estabelece nas ‘significações’ e, sobretudo, a crítica da psicologia da alma pela psicologia da consciência por esta psicologia que já não conhece mais a consciência, nem de uma maneira geral, a vida interior” (Poltzer, 1929/2022, p. 228).

Dessa forma, o autor conclui que todas essas críticas convergem para um mesmo núcleo: a crítica à forma assumida pela psicologia em sua constituição enquanto ciência. Isto é, ao realizar as sucessivas críticas aos modelos de psicologia vigentes, questiona-se, essencialmente, a forma de acessar um determinado fenômeno. Wundt, por exemplo, critica o sistema da alma, mas mantém os fenômenos da alma como objeto de estudo. Nesse sentido, sua ruptura não se dá em relação ao conteúdo, mas à forma de abordagem da alma, preservando, contudo, as intenções metafísicas herdadas da filosofia, ainda fortemente presentes na psicologia de sua época. Assim, como observa Poltzer (1929/2022), as críticas feitas à psicologia não atingem suas bases fundamentais, mas apenas sua forma de apresentação, o que contribui para a perpetuação da fragmentação do campo. Em outras palavras, modificam-se métodos e procedimentos sem, no entanto, revisar os equívocos teóricos intrínsecos à análise do psiquismo. Como produto desse tortuoso processo de estabelecimento da ciência psicológica, Poltzer (1929/2022) afirma:

Todo mundo sente, há cerca de cinquenta anos, que chegou o momento

em que a psicologia deve passar da etapa pré-científica para a etapa científica, e que existe na psicologia uma ‘coisa qualquer’ que impede essa passagem e que deve ser eliminada. Mas ninguém sabe indicar com precisão a natureza exata do que deve ser eliminado, e dizer como é possível reconhecer se uma ideia ou um resultado são, em psicologia, científicos ou apenas pré-científicos. Além disso, cada vez que se tentou formular definições fundamentais, elas se revelaram, a curto prazo, radicalmente insuficientes: sempre foi o caso que a base a ser liquidada sobreviveu à liquidação, e que carecia novamente da ‘grande passagem’. E eis porque a psicologia sofre de um excesso de crítica: o período crítico, uma vez indicado, não pode ser encerrado, pois a crítica é ineficaz (p. 237).

Esse mal-estar representa, na verdade, apenas o sintoma visível de um fenômeno mais profundo que precisa ser devidamente investigado. No entanto, como aponta Politzer (1903-1942), tal impasse não pode ser resolvido enquanto persistirem as escolhas metodológicas adotadas até então, que se mostram insuficientes para enfrentar adequadamente a complexidade da experiência humana (Politzer, 1929/2022).

Na contramão das formulações dominantes da psicologia ocidental, as ideias de Georges Politzer revelam interessante convergência com as proposições epistemológicas elaboradas por Lev S. Vigotski. Embora pertencentes a contextos históricos e intelectuais distintos, ambos os autores partilham o esforço de romper com o modelo abstrato e fragmentário da psicologia tradicional, reivindicando uma ciência comprometida com a concretude da vida e com a historicidade dos processos psíquicos. Nessa direção, Vigotski também examina as bases epistemológicas das correntes psicológicas de sua época, evidenciando que o impasse da ciência

psicológica não reside apenas na diversidade de métodos, mas em um dualismo estrutural que atravessa a própria definição de seu objeto. Como já mencionado anteriormente, após analisar as principais vertentes da psicologia nos anos 1920 (a Psicanálise, o Behaviorismo e a Teoria da Gestalt), o autor apontou para um profundo dualismo presente na definição do objeto da psicologia (Carvalho et al., 2021). Assim,

Não existem muitas psicologias, como pode parecer à primeira vista, que precisam ser unificadas em uma ciência única: na realidade existem duas psicologias absolutamente distintas e incompatíveis entre si, que não podem ser unificadas, mas devem ser separadas para que a ciência psicológica possa ser possível. Foi mais ou menos essa modificação sofrida pela tese inicial no processo de desenvolvimento da ciência. Seria mais correto dizer que existem muitas visões, escolas, orientações psicológicas distintas em disputa, mas, por trás dessa grande variedade de sistemas e tendências isoladas, a análise metodológica e histórica revela dois tipos irreconciliáveis de ciência, duas construções e sistemas de conhecimento fundamentalmente distintos; existem muitas orientações psicológicas, mas psicologias propriamente existem apenas duas (Vigotski, 1928/2023).

Vigotski (1928/2023) demonstrou que o fio condutor da crise da psicologia é justamente essa dualidade em torno da escolha do objeto da psicologia e, com efeito, da análise do psiquismo. Nesse vaivém entre objetivismo e subjetivismo, as saídas teóricas propostas pelos autores ora sacrificavam os aspectos objetivos da constituição do sujeito em favor de uma ênfase na dimensão subjetiva, ora faziam o oposto, desconsiderando a subjetividade para privilegiar o plano objetivo. Com isso, reproduziam uma análise dicotômica, racionalista, cartesiana e, não menos importante, marcada por um viés ocidental que permeou a tradição da ciência moderna (Carvalho

et al., 2021). Por detrás dessa contradição, há um terceiro elemento, profundamente relegado pelas demais teorias, que sintetiza a relação entre os processos objetivos e subjetivos da constituição do humano: a natureza social do psiquismo.

Na obra *Sentido Histórico da Crise na Psicologia*, Vigotski (1926/2024), citando Marx e Engels, ressalta a necessidade de tomar o materialismo histórico-dialético como método de análise para a constituição de uma psicologia geral. Aqui já parece com clareza a exigência de considerar a dialética objetiva da natureza na investigação da dialética subjetiva, ou seja, do pensamento dialético de determinada ciência. (...) Ampliando isso, é possível dizer que as suposições subjetivas feitas pelo conhecimento sempre se manifestam no modo de expressão das leis da natureza e na correspondência entre certos conceitos; é preciso considerá-las, mas sempre como reflexo da dialética objetiva” (Vigotski, 1926/2024, p. 476).

Seu posicionamento expressa, portanto, a relação indissociável entre aspectos objetivos e subjetivos, sem perder de vista que toda e qualquer ciência precisa partir da realidade para estudar, por meio dos conceitos, o que virá a ser representado (Vigotski, 1926/2024). Recorrer a uma análise histórica sem o devido enraizamento na concretude da vida incorre, necessariamente, no erro da abstração: a criação de categorias universais e descritivas do psiquismo que, além de insuficientes, aprofundam a crise epistemológica da Psicologia.

Apesar de seus escritos serem relativamente antigos, as críticas formuladas por Vigotski e Politzer revelam uma surpreendente atualidade em termos de conteúdo, especialmente diante dos impasses epistemológicos e metodológicos ainda presentes na psicologia contemporânea. Ao observarmos as teorias mais recentes que surgem no campo da psicologia clínica, constatamos um aprofundamento da fragmentação da psicologia em incontáveis teorias que seguem o raciocínio da crítica da forma. Cada

qual surge afirmando-se como uma resposta efetiva à Nova Psicologia, mais avançada ou, ainda, mais inovadora e científica. O que essas teorias não se perguntam, no entanto, é o porquê de surgirem, bem como a razão pela qual se consideram diferentes e soluções inequívocas.

Para Vigotski (1926/2024), o aparecimento de novas propostas teóricas não pode ser interpretado como simples resultado de tendências acadêmicas passageiras, mas sim como uma resposta às exigências concretas impostas pela realidade social. Diante da limitação dos modelos teóricos clássicos em explicar as múltiplas expressões do sofrimento humano, sobretudo nas formas que se intensificam na contemporaneidade, torna-se inevitável a busca por paradigmas alternativos. Não por acaso, a partir da segunda metade do século XX, começam a emergir correntes teóricas que buscam integrar, de forma mais explícita, os aspectos sociais da vida psíquica. Esse movimento revela um esforço (ainda que tardio) de reinscrever o cultural no centro da constituição do sujeito; dimensão que já era central na obra de Vigotski desde as primeiras décadas do século XX.

Para o autor, compreender o psiquismo humano requer situá-lo em sua tessitura histórica e cultural, recusando explicações que o desvinculem da vida social concreta. No entanto, é justamente nesse ponto que se impõe um questionamento fundamental: de que modo o aspecto social tem sido abordado nas diferentes teorias psicológicas contemporâneas? Expressões como *considerar o social* ou afirmar que o sujeito é *biopsicossocial*, por exemplo, tornaram-se recorrentes no discurso profissional, muitas vezes assumidas como consensos conceituais. Contudo, esse uso generalizado tende a encobrir as lacunas e imprecisões acerca do que se entende por *social* em cada abordagem. Por essa razão, é preciso examinar com rigor crítico essas tendências teóricas, buscando desvelar suas raízes epistemológicas e compreender os sentidos

atribuídos à dimensão social na constituição do sujeito.

Uma primeira tendência mecanicista, produto das teorias comportamentais, segue perpetuando a dicotomia do normal e do patológico na contemporaneidade, porém com uma configuração diferente. Aqui, nos referimos especificamente ao surgimento e crescimento de novas abordagens psicológicas que, na ânsia de se apresentarem como solução para essa crise, perpetuam o discurso de serem mais eficientes e eficazes para o tratamento do sofrimento psíquico. A Prática Baseada em Evidências (PBEP), por exemplo, com intensa repercussão internacional, parte da premissa de que o status da prática psicoterápica depende de sua comprovação empírica, que demonstre as evidências da eficácia de um determinado instrumento, técnica ou procedimento na prática clínica (Leonardi & Meyer, 2015). Em 2005, a APA acrescentou à PBEP a necessidade de considerar, para além das evidências científicas, a perícia clínica e as características do cliente (Leonardi & Meyer, 2015). Nessa perspectiva, as diversas teorias comportamentais, chamadas de teorias de terceira onda, já citadas anteriormente, despontam como *padrão ouro* para o tratamento de diferentes transtornos psicológicos. Além disso, as premissas da PBEP têm se popularizado entre os psiquiatras, dado o aumento de profissionais que prescrevem psicoterapia junto à abordagem psicológica, sob o argumento de sua eficácia.

Não é nosso propósito ater-nos às minúcias de cada uma dessas teorias; contudo, vale destacar o elemento principal que as atravessa: a primazia da técnica em função do foco nos resultados. Aqui, a prática clínica é estruturada em objetivos, quantidade de sessões, técnicas utilizadas e resultados esperados. Sendo assim, o social está contido nessa relação adaptativa do sujeito com a realidade, ou seja: um sujeito é considerado normal quando adaptado ao seu ambiente, emitindo comportamentos

esperados socialmente. A patologia, contudo, é um estado marcado por comportamentos disfuncionais e desadaptativos. Na Terapia Comportamental Dialética (do inglês, *Dialectical Behavior Therapy*), por exemplo, uma pessoa com transtorno de personalidade borderline apresenta um estado de desregulação emocional em função de um ambiente invalidante. Na Terapia de Aceitação e Compromisso (do inglês, *Acceptance and Commitment Therapy*), uma pessoa depressiva precisa desenvolver a flexibilidade psicológica, definida como a capacidade de estar presente no momento, aceitar o que não pode ser mudado e agir de acordo com os valores, mesmo em face da dificuldade. Em ambos os casos, o foco está na busca por comportamentos considerados normais.

Outra nuance presente nessa tendência é o excesso de diagnósticos travestido de conscientização sobre saúde mental. Dito de outro modo, há um movimento interno na área que enfatiza a importância da divulgação de informações sobre saúde mental, com o intuito de conscientização e respeito aos transtornos mentais e do neurodesenvolvimento. Entretanto, nesse processo, a tarefa da conscientização reduz-se a pulverizar informações isoladas sobre sintomas e nosologia, entre outras, perpetuando uma ênfase na identificação de diagnósticos (Gonzalez-Rey, 2007). Essa situação tem contribuído para a medicalização e *patologização da vida*, reposicionando a psicologia clínica no lugar da doença/doente e, essencialmente, do anormal, fortalecendo seu papel como instrumento de exclusão social dentro do modelo societal capitalista (Silva, 2024).

Uma segunda tendência, oriunda das vertentes psicanalítica e humanista, caminha na direção oposta à anterior. Nelas, destacam-se o esforço de pesquisadores que, embora se orientem epistemologicamente por abordagens clássicas da psicologia, buscam redesenhar essas teorias à luz do contexto social do sujeito, reconhecendo sua

influência nos processos de constituição psíquica e no campo psicoterapêutico. Desse modo, o profissional “ao mesmo tempo em que necessita desse referencial para visualizar a queixa, problema ou sofrimento do indivíduo, ele precisa se afastar desse mesmo referencial para poder enxergar a singularidade do sujeito, sem correr o risco de impor o seu saber sobre ele” (Dutra, 2004, p. 384).

Do ponto de vista psicanalítico, observa-se o surgimento de críticas significativas à psicanálise clássica, como as elaboradas por Félix Guattari (1930–1992) e Gilles Deleuze (1925–1995) na obra *O Anti-Édipo*. Os autores propõem uma desconstrução da noção de Complexo de Édipo, deslocando-o do campo estritamente familiar para o âmbito da produção histórico-social do sujeito. Nesse mesmo movimento, a concepção de uma Clínica Ampliada (conforme já discutido) emerge na psicanálise como uma tentativa de romper com os modelos tradicionais de atendimento, incorporando novas configurações de prática clínica, como os atendimentos grupais. Tal reformulação está diretamente vinculada à ampliação do campo de escuta e intervenção, deslocando o foco exclusivo do setting individual para contextos coletivos e institucionalizados. É nesse horizonte que Lima e Lima (2020) propõem uma leitura crítica da psicanálise, ao enfatizarem a necessidade de reconhecer o desamparo social como uma fonte legítima de sofrimento psíquico, ampliando, assim, os fundamentos e os alcances da clínica. Nascimento et al. (2019) expressam essa preocupação da seguinte forma:

O que tem feito os psicólogos humanistas, mais especificamente os gestalt-terapeutas, por um humanismo que seja latino e que atenda às características da miscigenação brasileira, de um povo colonizado, de um povo índio-afrodescendente? Como defender um “fazer psi” que seja holístico, contextual, crítico, organísmico e amoroso, em busca da superação das

interrupções de contato, intra e interpessoais, por meio da abordagem humanista, existencial e fenomenológica que é o cerne e a alma da Gestalt-terapia de Perls, Hefferline e Goodman? (p. 929).

Tais esforços teóricos implicam, especialmente, na postura ética do profissional diante de seu trabalho, que compreende a prática clínica não mais caracterizada pelo seu espaço físico, quantidade de pessoas, técnica utilizada ou classe social, mas pela qualidade da escuta. Essa, por sua vez, compreende o sujeito com uma demanda de sofrimento como ativo na sociedade: falando, pensando, sentindo e criando sentidos para sua existência subjetiva (Dutra, 2004; Moreira et al., 2007). Isto é, a orientação teórica consiste em direcionar as questões para a conduta individual, responsabilizando o profissional por seu nível de sensibilidade e criticidade mediante a realidade social. Mas como o profissional alcança esse nível de sensibilidade?

Retomamos, assim, as construções epistemológicas das teorias, pois, sem que a análise teórica contenha em sua radicalidade a dimensão do social, tampouco os resultados poderão contê-la. Aqui é preciso reconhecer o avanço de ambas as tendências em buscar explicações articuladas ao contexto social. Não obstante, é necessário compreender que, para realizar tais atualizações, essas teorias fazem um *giro epistemológico*, apropriando-se de diferentes (e, muitas vezes, antagônicas) fontes filosóficas. Sobre isso, Vigotski (1926/2024) já alertava acerca do perigo do ecletismo:

Quanta confiança acrítica é preciso ter em nomes científicos para extrair uma época metodológica a partir da soma de sobrenomes importantes! A época não tem uma única metodologia fundamental; na realidade, há um sistema de princípios metodológicos em luta, profundamente hostis, que se excluem mutuamente, e cada teoria (a de Pávlov ou de Einstein) tem seu valor metodológico; retirar dos parênteses a metodologia geral da época e dissolver o

marxismo nela significa transformar não apenas a aparência, mas também a essência do marxismo (p. 487).

Considerando esse panorama, ambas as tendências discutidas introduzem o tema do social em suas formulações teóricas, mas não conseguem superar o dualismo que as constitui. Dessa forma, acabam por reproduzir uma crítica centrada na forma, sem, no entanto, questionar de maneira mais profunda as bases epistemológicas que sustentam tais construções.

Por fim, uma terceira tendência, que emerge dessa contradição, refere-se às abordagens de base epistemológica marxista. No Brasil e na América Latina, tal epistemologia tem se dedicado à construção de uma práxis clínica transformadora e revolucionária. Nesse caso, não se faz necessário distanciar-se da teoria para apreender o sujeito histórico. Longe disso, as teorias psicológicas marxistas, com releituras contemporâneas, partem da compreensão de um sujeito determinado sócio-historicamente capaz de transformar não só sua vida individualmente, mas a realidade social em que está inserido (Kahhale & Montreozol, 2019a, 2019b, 2020). São justamente essas abordagens que, ancoradas nas contribuições de Vigotski, nos permitem vislumbrar um potencial de superação dialética da histórica crise da Psicologia.

O desafio, nessa perspectiva, reside no fato de que a transformação ultrapassa a esfera individual, pois a subjetividade é uma unidade indissociável e dialética entre o sujeito e o social (Delari Junior, 2012; Sawaia & Silva, 2019). Se antes o processo psicoterapêutico buscava apenas aliviar o sofrimento psíquico por meio da adaptação passiva do sujeito à realidade existente, agora propõe-se *a romper com esse sofrimento por meio da conscientização das condições objetivas e subjetivas que estruturam essa realidade, na perspectiva do sujeito que sofre*. Com isso, abre-se a possibilidade de

transformar os próprios determinantes do adoecimento, compreendidos aqui como expressões históricas e sociais. Sendo assim, “a realidade pode ser alterada de modo revolucionário na medida em que tomamos conhecimento, histórico, de que nós mesmos a produzimos” (Kahhale & Montreozol, 2019a, p. 199).

No cerne desse processo, observa-se a questão da (im)pertinência do lugar da clínica sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, o que nos remete à necessidade de retomar os fundamentos epistemológicos dessa abordagem: o materialismo histórico-dialético. Essa é a base do pensamento vigotskiano, que configura todo o seu quadro teórico, incluindo a concepção de sujeito e sociedade.

Capítulo 03: Delimitação de estudo: a clínica histórico-cultural na contemporaneidade

Afirmar que atualmente os estudos sobre a clínica histórico-cultural são escassos parece insuficiente para a compreensão dos desafios que tocam esse tema de pesquisa. De modo geral, há, na literatura, uma vasta gama de pesquisas que articulam diferentes temáticas às categorias inerentes à teoria histórico-cultural, tais como: as emoções, a afetividade, a consciência, o inconsciente, a subjetividade, a vivência, a imaginação e a criação, o trabalho, a zona do desenvolvimento proximal, a compensação, dentre outros. Tais categorias não são alheias à práxis clínica e precisam ser mobilizadas para compreender os processos psicológicos no contexto clínico.

No estudo de Silva (2014), por exemplo, cujo objetivo foi compreender o adoecimento psíquico sob a perspectiva da teoria histórico-cultural nas obras de Vigotski e Zeigarnik, a autora busca sistematizar a compreensão de adoecimento psíquico para Vigotski, o que, do ponto de vista da clínica, parece bastante promissor. Na mesma linha, Almeida (2018) buscou compreender a formação social dos

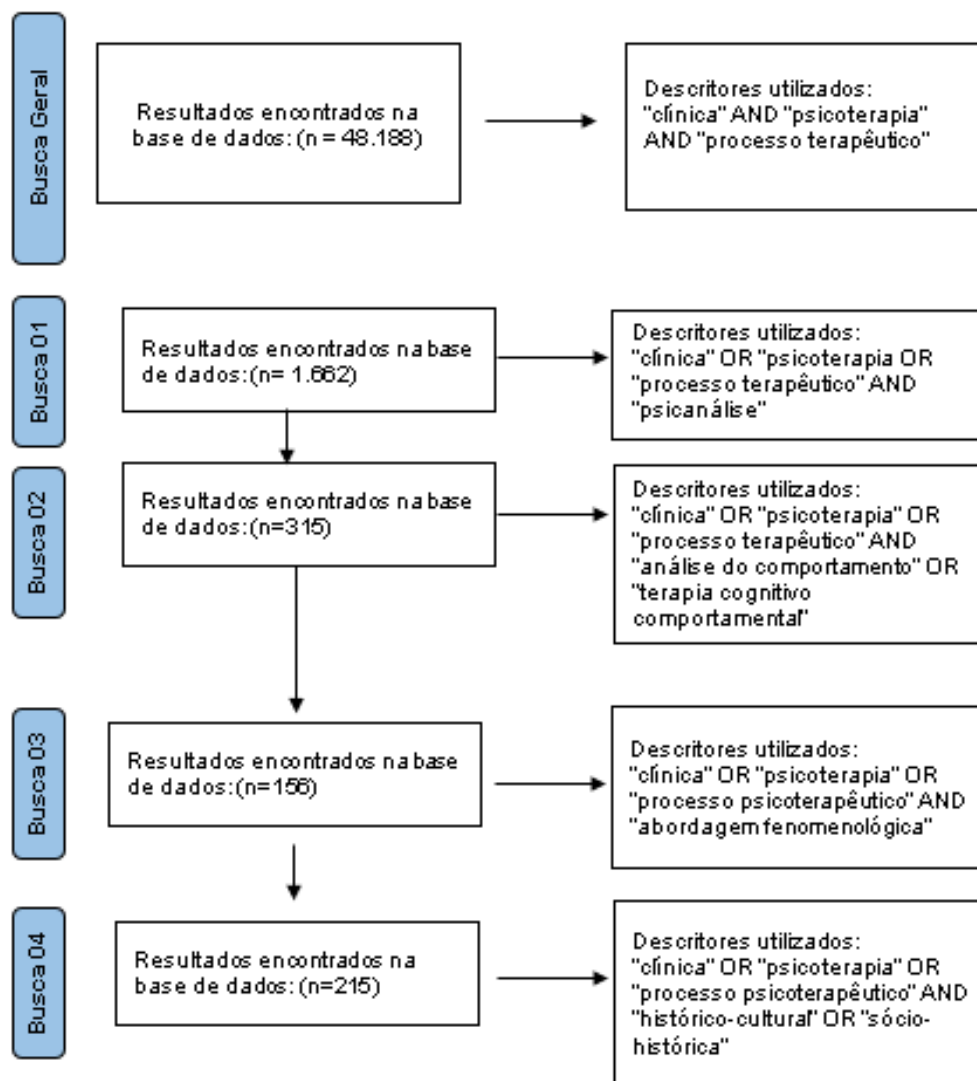
transtornos de humor sob a perspectiva histórico-cultural, demonstrando como há, no transtorno de personalidade bipolar, uma desintegração do sistema psíquico do sujeito e um retorno às formas mais elementares das emoções. Por meio desses dois exemplos, podemos observar que, apesar de abordarem problemas que atravessam a práxis clínica com o sofrimento psíquico e o estudo da patologia, nenhum deles toma a clínica como objeto de estudo. Assim, a escassez de pesquisas reside, essencialmente, no esforço teórico para eleger um objeto de estudo que sintetize as categorias já mobilizadas e desenvolvidas teoricamente pela teoria histórico-cultural, de modo a subsidiar a práxis clínica. Compreendemos que esse objeto deve ser a própria clínica e queremos demonstrar, a seguir, como esta tem sido articulada à teoria histórico-cultural.

Para fins de levantamento bibliográfico, realizamos uma pesquisa em âmbito nacional (artigos, teses e dissertações) sobre a produção científica a respeito da clínica na teoria histórico-cultural nos últimos 10 anos: período de 2013 a 2023. A base de dados utilizada para esse levantamento foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No primeiro levantamento realizado, foram utilizados os descritores: “clínica” AND “psicoterapia” AND “processo terapêutico”, cujo resultado da pesquisa forneceu 48.188 trabalhos (31.444 dissertações e 16.744 teses). Em razão do grande número de resultados, verificou-se a necessidade de adicionar novos descritores que permitissem o redirecionamento da pesquisa para o campo de interesse: a teoria histórico-cultural. Além disso, identificamos a importância de estabelecer um comparativo entre os resultados obtidos ao se discriminarem as diferentes abordagens da psicologia.

Dessa maneira, quando utilizados os descritores “clínica” OR “psicoterapia” OR “processo terapêutico” AND “psicanálise”, obteve-se 1.662 resultados (1.180

dissertações e 492 teses). Enquanto isso, quando foram utilizados os descritores “clínica” OR “psicoterapia” OR “processo terapêutico” AND “análise do comportamento” OR “terapia cognitivo-comportamental”, foram encontrados 315 resultados (201 dissertações e 114 teses). Na mesma direção, ao operar com os descritores “clínica” OR “psicoterapia” OR “processo terapêutico” AND “abordagem fenomenológica”, encontrou-se 156 resultados (97 dissertações e 59 teses). Por último, quando combinamos os descritores “clínica” OR “psicoterapia” OR “processo terapêutico” AND “histórico-cultural” OR “socio-histórica”, obtiveram-se 214 trabalhos (150 dissertações e 65 teses). Veja a síntese desta etapa de pesquisa na figura abaixo:

Figura 2 - Resultados da primeira etapa preliminar da revisão sistemática.



Fonte: elaborado pela autora

Já na etapa preliminar da pesquisa, observou-se uma discrepância entre os resultados quando estes foram associados a descritores concernentes às diferentes abordagens psicológicas. Considerando uma análise estritamente quantitativa, poder-se-ia dizer que a abordagem psicanalítica é consideravelmente mais explorada do que as demais, seguida pela vertente comportamental, o que é bastante coerente com os fatos supracitados acerca da história da clínica psicológica. O mesmo não ocorre em relação às buscas associadas à teoria histórico-cultural e àquelas de matriz fenomenológico-existencial. Apesar de, historicamente, haver uma tradição de estudos

clínicos mais avançados nas vertentes humanistas, a discrepância encontrada deve-se aos descritores utilizados na pesquisa. Há uma área de estudos do trabalho cuja base epistemológica é a teoria histórico-cultural, chamada de Clínica da Atividade, que gerou uma confusão no cruzamento dos dados. Isso evidenciou a necessidade de aprofundar a análise de tais resultados, de modo a discriminar quais estudos se referiam à clínica na perspectiva da teoria histórico-cultural, separando-os das pesquisas no âmbito da Clínica da Atividade.

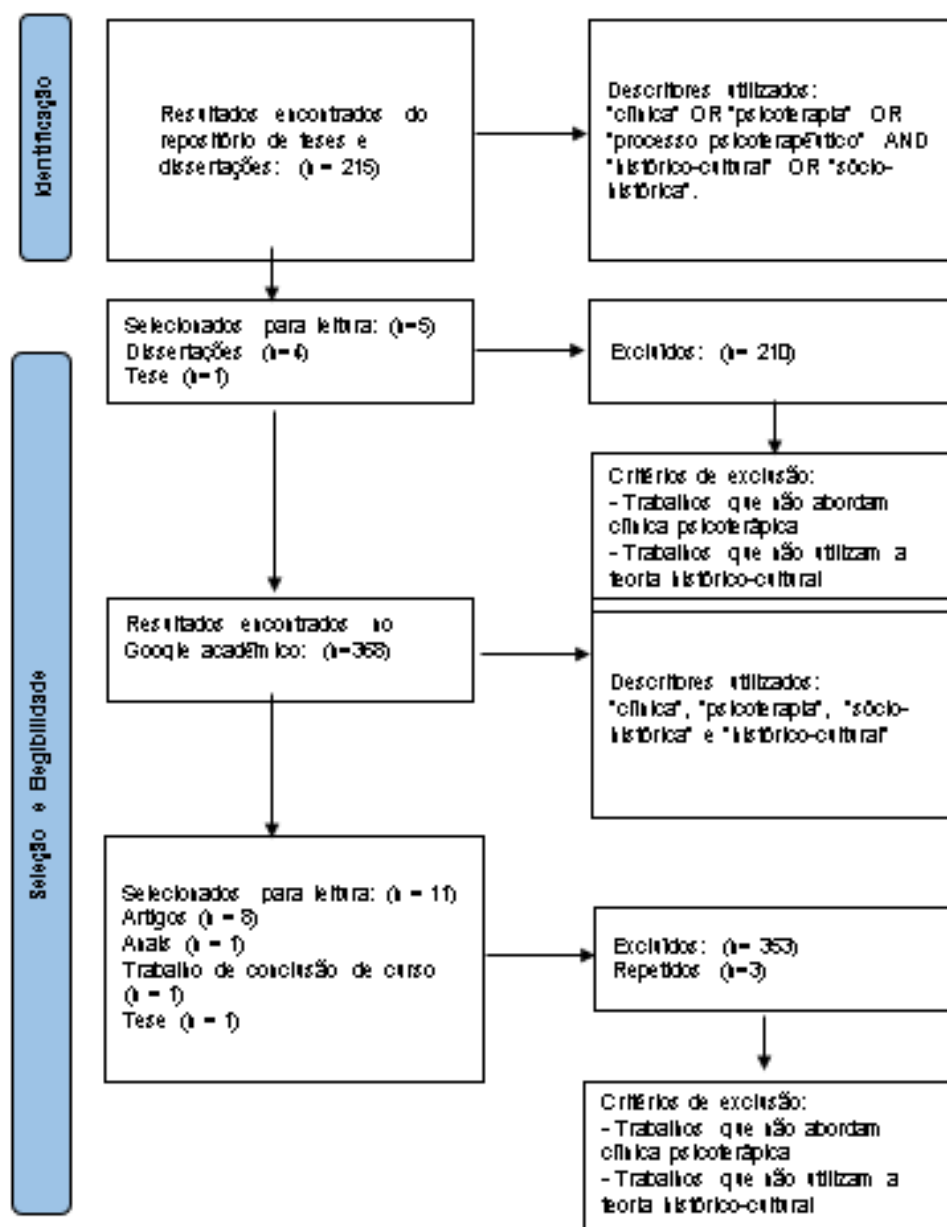
Para tanto, realizamos uma segunda etapa da revisão sistemática com a leitura dos resumos de 215 trabalhos. Consideramos como *critério de inclusão*, para leitura na íntegra, *os trabalhos cujo objetivo do estudo estivesse direcionado à elaboração teórica e/ou prática da clínica pelo viés da teoria histórico-cultural*. Dessa segunda etapa, identificamos apenas cinco trabalhos (quatro dissertações e uma tese) que atendiam aos critérios estabelecidos.

Desses resultados, concluímos pela escassez de estudos na área almejada, o que evidenciou a necessidade de uma nova revisão sistemática como estratégia para abranger demais produções científicas sobre o tema, tais como artigos científicos indexados em periódicos, resumos expandidos publicados em anais de congressos, capítulos de livros e livros.

Para isso, foi necessário utilizar a base de dados do Google Acadêmico, uma vez que esta identifica artigos, livros, publicações em anais de congressos, dentre outros. Foram combinadas as palavras-chave “clínica”, “histórico-cultural” e “sócio-histórica”, em uma busca de produções em português nos últimos dez anos. Dessa busca, foram encontrados 2.370 resultados. Em razão desse amplo número, foi necessário acrescentar o descritor “psicoterapia” para refinar ainda mais a busca. Desta

vez, foram encontrados 368 resultados, dos quais selecionamos para leitura somente os trabalhos cujo título e/ou resumo remetesse ao tema da clínica sob a perspectiva histórico-cultural, seja do ponto de vista teórico e/ou prático. Assim, foram selecionados para leitura 15 trabalhos, sendo que destes, três eram repetidos, totalizando, ao final, 11 trabalhos para leitura na íntegra (incluindo artigos, teses, trabalhos de conclusão de curso e trabalhos publicados em anais de eventos). Veja a síntese da delimitação da revisão sistemática da pesquisa na figura abaixo:

Figura 03 - Delimitação da revisão sistemática



Fonte: elaborado pela autora

Após a seleção demonstrada na figura 3, foi realizada a leitura na íntegra dos 16 trabalhos selecionados no qual destacamos na tabela abaixo as principais informações da cada trabalho:

Tabela 1 – Informações Gerais dos trabalhos lidos na íntegra

Autor/ano	Título	Gênero do Trabalho	Objetivo	Método
Lima & Carvalho (2013)	A Psicoterapia Sócio-Histórica	Artigo	Apontar a aplicabilidade da abordagem sócio-histórica à psicoterapia	Ensaio teórico
Camargo (2015)	Prática clínica no atendimento à síndrome de Asperger com diagnóstico tardio: uma proposta em psicologia sócio-histórica	Dissertação	Elaboração de proposta de intervenção clínica sob a perspectiva Sócio-Histórica num caso de Síndrome de Asperger com diagnóstico tardio	Estudo de caso
Ferreira & Roldão (2018)	A prática clínica na Psicologia Histórico-Cultural	Anais	Elencar as categorias teóricas da teoria Histórico-Cultural mobilizadas no manejo clínico.	Ensaio teórico
Rabêlo et Al (2018)	Esquizofrenia, clínica e saúde mental na psicologia sócio-histórica e na psicanálise	Artigo	Analisar proximidades e distanciamentos entre as teorias sócio-histórica e psicanalíticas sobre a clínica da esquizofrenia	Ensaio teórico
Montreozol (2019)	A dialética consciente-inconsciente no desenvolvimento da identidade sexual: aportes sócio-históricos à práxis clínica psicoterápica	Tese	Compreender a construção da identidade sexual a partir da dialética consciente-inconsciente	Revisão sistemática
Kahhale & Montreozol (2019b)	Práxis Clínica: a psicoterapia como movimento dialético ante a desigualdade homossexual	Artigo	Discutir a psicoterapia como práxis dialética ante a desigualdade homossexual	Ensaio teórico
Silva (2019)	Psicologia Sócio-Histórica na clínica: uma introdução	Dissertação	Compreender as categorias de atividade, organização do trabalho e o método materialista	Estudo de caso

			histórico dialético a partir de um caso clínico sob a perspectiva sócio-histórica	
Clarindo (2020)	Clínica Histórico-Cultural: caracterizando um método de atuação em psicoterapia	Tese	Compreender a articulação entre os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e a prática psicoterápica, visando caracterizar a prática psicoterápica de base histórico-cultural	Qualitativa, utilizando entrevistas e estudo de caso
Bueno (2020)	Clínica e psicoterapia a partir de Vigotski: um ensaio teórico-prático	Trabalho de Conclusão de Curso	Articulação entre as categorias de imaginação, criação e arte em Vigotski para reflexão crítica acerca dos processos de formação e atuação que sustentam uma atividade clínica e psicoterápica.	Ensaio Teórico-Prático
Santos et Al (2020)	O fazer psicológico no contexto do CAPSi: uma experiência de estágio na abordagem Histórico-Cultural	Artigo	Relatar a experiência das práticas realizadas e desenvolvidas na disciplina de Estágio em Psicologia Clínica executado em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi).	Relato de Experiência
Coelho et Al (2020)	Um proposta histórico-cultural do fazer clínico: relato de experiências em oficinas terapêuticas	Artigo	Registro de experiência de estágio básico em psicologia clínica em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi)	Ensaio teórico-prático
Zanateli (2021)	Expressões de identidade, historicidade e sexualidade na clínica sócio-histórica: um estudo de caso	Dissertação	Compreender as categorias de historicidade, identidade, identidade de gênero e sexualidade a partir de estudos de caso	Estudo de caso

			em psicologia clínica sob a perspectiva sócio-histórica	
Almeida & Sousa (2022)	Grupo de ginástica na estratégia da saúde da família: experiências à luz da clínica histórico-cultural	Artigo	Relatar a experiência de intervenção em grupos de estratégia da família utilizando fundamentos da clínica histórico-cultural	Relato de experiência
Faria (2023)	Diálogos entre Vigotski e a práxis clínica: uma revisão bibliográfica	Dissertação	Identificar e analisar os aspectos teóricos, metodológicos e práticos da psicologia Histórico-Cultural e a prática clínica	Revisão Sistemática
Ferreira & Roldão (2023)	Estágio supervisionado durante a pandemia de covid-19: o plantão psicológico na perspectiva da psicologia Histórico-Cultural	Artigo	Relato de experiência de atendimento em Plantão Psicológico fundamentado nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural.	Relato de Experiência
Silva (2023)	Psicoterapia breve infantil con enfoque Histórico-Cultural: Experiência de estágio em serviço escola de psicologia	Artigo	Relato de experiência de estágio em psicoterapia breve infantil individual, com Enfoque Histórico-Cultural.	Relato de Experiência

Fonte: elaborado pela autora

3.1 Discussão dos trabalhos selecionados

O estudo de Lima e Carvalho (2013) tem o objetivo de identificar as bases teórico-metodológicas da clínica histórico-cultural por meio de uma revisão sistemática da literatura. A maior contribuição deste trabalho é a capacidade de reunir diferentes estudos sobre a clínica na psicologia histórico-cultural que, até então, estavam dispersos. As autoras reconhecem a pertinência dos conceitos vigotskianos para a construção de uma práxis clínica, articulando as categorias de sujeito das relações sociais, instrumento, signo, mediação e zona do desenvolvimento proximal com a

atuação clínica. Elas ainda apresentam a ideia da psicoterapia como um tipo de interação social em que o psicoterapeuta assume o papel de mediador. Seu objetivo é atuar na zona do desenvolvimento proximal, rompendo com os processos de fragilização do sujeito e promovendo novas produções subjetivas. Desse modo,

O psicólogo faz o papel de mediador, dando sentido ao problema do paciente, nomeando sentimentos, auxiliando na identificação dos sentidos subjetivados e trabalhando junto na construção de novos sentidos, logo a importância da função educativa e interativa em contexto de práticas sociais diversas (Lima & Carvalho, 2013, p. 160).

As autoras também citam diversas técnicas utilizadas para provocar esse processo de desenvolvimento. Algumas delas são: a heterocronia, contextualização, despotencialização, intercurso mutuamente contingente, compreensão empática, nomeação, repetição, marcação, generalização ecoemocional, reexpressão, pôr-verbo, complementação de frases e até mesmo a zona do desenvolvimento proximal que, curiosamente, assume caráter técnico. A palavra também aparece como elemento crucial no processo terapêutico. Como produto da consciência e da experiência humana, a linguagem é, no contexto clínico, um instrumento mediador do psicoterapeuta, sem a linguagem, não existiria a psicoterapia. É por meio da linguagem que o sujeito externaliza suas emoções e percepção da realidade. É também pela linguagem que o psicoterapeuta intervém no contexto terapêutico (Lima & Carvalho, 2013).

Bueno (2020) destaca o papel da palavra no processo psicoterapêutico no contexto da atuação de equipe multidisciplinar em um hospital. No âmbito clínico, o sujeito fala, dita sua história de vida, criando uma narrativa nova e única. Para o autor, o

psicólogo deve acolher e sustentar a narrativa do sujeito, compreendendo de que maneira ele está imaginando e criando a própria história.

Ou seja, uma história contada está no mesmo patamar de uma composição musical ou uma pintura: palavras, entonações e cores foram escolhidas para compor aquilo que é ofertado ao outro. Apresenta-se aqui seu potencial expressivo, no qual, ao construir o novo, cria-se não somente para o outro, mas também para si próprio, novas bases materiais de recursos subjetivos, a serem experimentados e reutilizados posteriormente, ampliando seu repertório. Ao criar aquilo que não está dado, é viabilizado que este novo elemento fique disponível para ser acessado e utilizado como base de enfrentamento futuro de condições que necessitem de materialidade semelhante para processos de mediação entre sujeitos e outros impasses. Quase que como a criação de um novo instrumental ou como ao misturar cores em uma paleta acabamos deixando sobre ela as cores obtidas, que podem ser reutilizadas em outro quadro ou servirem de base para novas misturas (Bueno, 2020, p. 9).

Dessa forma, a narrativa do sujeito deve ser entendida tal como uma composição que o sujeito faz a respeito de suas vivências. Na psicoterapia, a intervenção cria condições para que os indivíduos possam recriar suas narrativas, considerando seus percursos históricos, cognitivos e emocionais. A partir da narrativa já estabelecida (tese subjetiva) pelo indivíduo, geralmente associada à origem do seu sofrimento psíquico, é possível promover a produção de novas possibilidades narrativas (antítese). Este movimento contraditório cria sínteses subjetivas que modificam o funcionamento psicológico vigente (Bueno, 2020).

Nessa direção, Rabêlo et al. (2018) apontam que a linguagem é um dos principais pontos de semelhança entre os aportes clínicos da psicanálise e da teoria histórico-cultural. Além disso, ambas criticam a clínica médica tradicional, propondo uma nova forma de atuação clínica. No entanto, se a psicanálise enfatiza os conteúdos inconscientes e da sexualidade, a teoria histórico-cultural tem enfatizado os processos cognitivos e a consciência. Segundo os autores, a perspectiva relacional dialógica do trabalho clínico presente em ambas as abordagens ancora o raciocínio clínico, ainda que com o uso de construtos teóricos diferentes.

Por sua vez, Ferreira e Roldão (2018) apontam que as categorias de sentido subjetivo, subjetividade e sujeito, desenvolvidas por González-Rey (2007), são imprescindíveis para fundamentar a prática clínica na teoria histórico-cultural. Os sentidos subjetivos são a forma que o sujeito encontra de ressignificar uma experiência vivida, manifestando-se emocional e simbolicamente. Nesse contexto, a subjetividade é a maneira pela qual o indivíduo organiza seus sentidos subjetivos em relação aos cenários sociais nos quais se desenvolve, sendo considerado um sujeito singular. No processo psicoterapêutico, objetiva-se a produção de novos sentidos subjetivos, de forma que o psicólogo deve atuar na zona de desenvolvimento proximal, evitando uma posição de neutralidade.

Almeida e Sousa (2022) acrescentam que, para a atuação clínica na psicologia histórico-cultural, é também necessário trabalhar com as categorias de lei genética geral do desenvolvimento cultural, zona do desenvolvimento proximal e atividade-guia. Apesar de elencar tais categorias, as pesquisadoras não desenvolvem conceitualmente de que maneira tais construtos contribuem para a prática profissional na clínica. Elas se apoiam nos fundamentos da clínica histórico-cultural para conduzir um grupo de

práticas corporais em um Centro de Saúde da Família (CSF), que compõe a Estratégia de Saúde da Família (NASF) do Sistema Único de Saúde (SUS), explorando uma terapêutica do corpo por meio da ginástica e da dança.

Kahhale e Montreozol (2019b) objetivam compreender como a psicoterapia emerge como práxis clínica dialética diante da desigualdade sexual. Os autores se apropriam de categorias como práxis, consciência, inconsciente e dinâmica singular-particular-universal para construir a sustentação de uma clínica histórico-cultural. Para isso, rompem com a atuação clínica tradicional, que vê o sujeito de maneira isolada e individual. É preciso, portanto, considerar que os sujeitos que chegam à clínica psicológica são forjados em uma realidade contraditória, tecida histórica e socialmente. Assim, a psicoterapia deixa o lugar de reprodução social para tornar-se um espaço de produção social, na medida em que visa à transformação do sujeito por meio da práxis ético-política do psicólogo. Nesse bojo, o psicólogo age como mediador entre o sujeito e a realidade, auxiliando na reorganização da dinâmica psíquica e recompondo a dialética singular-particular-universal.

Assumindo seu papel de mediador, o psicólogo proporciona ao sujeito o gradual conhecimento do mundo e a decodificação de seu mundo, permitindo a este compreender as desigualdades entre os mecanismos que o oprimem e desumanizam, que alienam sua consciência e mistificam tais situações como naturais. Essa abertura de horizontes permite o desenvolvimento de uma consciência crítica diante da realidade circundante, o que pode conduzir a uma nova práxis e, conseqüentemente, a novas formas de consciência por meio do acesso aos determinantes inconscientes (Kahhale & Montreozol, 2019b, p. 929).

Os autores também consideram que, neste processo de mediação, o psicólogo fomenta uma *desalienação do sujeito*, já que sua mediação visa eliminar quaisquer mecanismos que bloqueiam a sua consciência, levando-o a comportar-se como um *sujeito alienado de si*. Além disso, essa alienação advém de conteúdos inconscientes do sujeito que são produzidos na dinâmica cultural de desigualdade social. Dessa maneira, o intuito da psicoterapia é a conscientização do sujeito que, por conseguinte, produz novos sentidos para suas vivências (Kahhale & Montreozol, 2019b; Montreozol, 2019).

Avançando no debate sobre a proposição de uma clínica histórico-cultural, Kahhale e Montreozol (2019b) demonstram que o aporte teórico-metodológico vigotskiano possibilita redimensionar a psicologia clínica, considerando-a um *locus* de criação social e, portanto, passível de produção de vida. Temos, então, na relação psicoterapêutica, o sujeito, de um lado, que possui a potência de ação para criar e desenvolver a si mesmo e o mundo, e, de outro lado, o psicólogo, convocado a participar da psicoterapia como alguém que também reflete e refrata sobre as implicações de sua prática profissional na realidade. Dessa forma,

A psicoterapia para a PSH é reconhecida como uma construção mútua, na qual o cliente expressa suas queixas e emoções advindas das suas vivências (*perejivanie*), que se constituíram na vida social; com isso, o psicoterapeuta permite o avanço sobre esses processos, criando espaço para a alteridade, em conformidade com a dinâmica da vida social (Zanateli, 2021, p. 55).

A síntese desse processo é a produção de uma clínica do coletivo, da alteridade ou do social que, sobretudo, não se limita a interpretar o mundo do sujeito, mas atua

como suporte que guia a criação e a transformação do mesmo (Kahhale & Montreozol, 2019b; Montreozol, 2019).

Clarindo (2020) critica o modo como Kahhale e Montreozol (2019a, 2019b) postulam o objetivo da psicoterapia, especialmente porque destacam o caráter ativo do psicoterapeuta, que deve auxiliar no processo de conscientização dos sujeitos. O autor argumenta:

Observemos que, na visão dos autores [Kahhale & Montreozol], o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca da realidade circundante depende da decodificação do mundo proporcionada pelo psicólogo; assim, a pessoa em tratamento poderia, finalmente, compreender os mecanismos que a oprimem e a desumanizam. Acreditamos que esse entendimento do papel do psicólogo histórico-cultural na clínica já ultrapassa a função de mediador dos processos psicológicos do sujeito em tratamento e se assemelharia mais à de um mestre, um professor que ensina ao seu discípulo a direção que ele deve olhar, o caminho que deve seguir, para que, assim, veja os mecanismos de opressão que ele, o mestre, é capaz de ver. (Clarindo, 2020, p. 70).

Dessa forma, o papel do psicólogo é de mediação, mas essa se concentra na mediação simbólica (ou interação dialógica com o sujeito), promovendo a ressignificação de processos e provocando transformações em suas ações. O psicólogo se utiliza de ferramentas mediadoras que se interpõem na relação entre o sujeito e sua realidade, possibilitando que ele se aproprie dessas ferramentas e as utilize para transformar sua realidade.

O autor argumenta que, metodologicamente, a clínica histórico-cultural carece da construção de instrumentos e ferramentas que sustentem a atuação do psicoterapeuta e, nesse sentido, dedica-se a elaborar o aparato teórico a partir do método genético de Vigotski. Clarindo (2020) ressalta também que essa busca por instrumentos e subsídios práticos não deve ser confundida com o viés mecanicista do uso de ferramentas para resolução de problemas específicos, mas sim com o campo semiótico e simbólico das relações culturais. Assim, o objetivo da psicoterapia, na teoria histórico-cultural, seria “instrumentalizar-se para potencializar o controle da própria conduta e buscar novas formas de ação e pensamento, na direção da conscientização” (Clarindo, 2020, p. 104).

O conceito de zona do desenvolvimento proximal¹ é central para Clarindo (2020, 2023), sendo o lócus de atuação do psicólogo que visa sempre instrumentalizar o sujeito (no sentido da interação simbólica) para que ele atinja sua potencialidade. A conscientização é, por sua vez,

Um aprofundamento da consciência, permitindo ao sujeito analisar a maneira como organiza suas funções psicológicas superiores e compreender os processos macrossociais e microssociais que o perpassam na sociedade. Ao fazer isso, o sujeito estaria atingindo um nível mais avançado de consciência, ou seja, uma metacompreensão dos próprios processos psíquicos. Essa metacompreensão envolve a identificação dos signos mediadores dos processos psíquicos, bem como o domínio e apropriação de novos. O sujeito torna-se mais dono de si na

¹ Há no campo da psicologia Histórico-Cultural muitas discordâncias em relação ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Por um lado, Prestes (2010) defende o uso do termo zona do desenvolvimento iminente, apontando erros de tradução da obra vigotskiana que implicam em erros teóricos. Por outro lado, Anache (1997) demonstrou em seu estudo como o uso do conceito de ZDP fora distorcido no campo da avaliação psicológica, sendo instrumentalizado.

medida em que utiliza ferramentas culturais que o permitam controlar a própria conduta de maneira consciente (Clarindo, 2020, p. 105).

Do ponto de vista teórico, o autor mobiliza as seguintes categorias como constitutivas da clínica histórico-cultural:

- I) o sujeito histórico-cultural, constituído na cultura;
- II) o papel de mediador do psicoterapeuta;
- III) o objetivo da psicoterapia como instrumentalização do sujeito;
- IV) a mediação, pois o psicoterapeuta cria processos mediadores, isto é, novas formas de agir no mundo;
- V) a conscientização como o processo de tomada de consciência do sujeito em relação ao seu meio;
- VI) a zona do desenvolvimento proximal, sustentada no diálogo, que resulta no domínio e apropriação dos instrumentos simbólicos;
- VII) a psicopatologia, no sentido de reconhecer as limitações biológicas que interferem diretamente no cotidiano dos sujeitos;
- VIII) o diagnóstico e a avaliação que enfatizam as possibilidades e não as limitações orgânicas do sujeito;
- IX) a vivência, compreendida como experiência única que resulta da relação entre o sujeito e o meio (Clarindo, 2020).

Como já citado, a maior preocupação de Clarindo (2020) é metodológica. Sendo assim, ele propõe uma sistematização do processo psicoterapêutico sob a perspectiva histórico-cultural. Na primeira etapa, deve-se compreender os processos históricos do sujeito na sua dinâmica social. A segunda etapa consiste na investigação, de origem dinâmico-causal, das questões que o sujeito traz, bem como das etapas do seu

desenvolvimento. A terceira etapa, por sua vez, tem como objetivo criar estratégias mediadoras para os comportamentos fossilizados do sujeito. A quarta e última etapa objetiva uma avaliação conjunta das transformações ocorridas nos aspectos subjetivos e sociais que diz respeito às suas relações.

Além disso, a estrutura da sessão psicoterápica baseada na clínica histórico-cultural pode ser dividida em três momentos. O primeiro consiste em compreender o que o sujeito traz para a sessão e deixá-lo conduzir a história que quer contar. O segundo momento é investigar como o sujeito sente e pensa essa situação e, por fim, a proposição, junto ao paciente, de novas ações em relação a essa situação (Clarindo, 2020). Nesse contexto, Camargo (2015) ressalta a necessidade de proposição de um setting terapêutico que se diferencie dos atendimentos clássicos e elabora uma proposta clínica baseada nas seguintes etapas:

- a) diagnóstico de dificuldades e potências;
- b) história de vida do sujeito, de sua família e de sua comunidade;
- c) ampliação do universo de subjetivação;
- d) ampliação do papel do terapeuta e pesquisador;
- e) proposição de múltiplas mediações;
- f) leitura crítica e sistemática da realidade e do contexto de vida do sujeito;
- g) ação terapêutica conhecedora dos Direitos Humanos e orientada pelos mesmos.

Zanateli (2021) avalia que as técnicas utilizadas no processo psicoterápico devem ser empregadas para estabelecer um ambiente de acolhimento, permeado pela empatia, de modo que o sujeito sinta-se confortável para nomear suas demandas, refletir acerca de sua realidade e construir novos sentidos e significados sobre ela. Em relação a

isso, Clarindo (2020) sistematiza as técnicas utilizadas na clínica histórico-cultural. A escuta atenta e empática caracteriza-se pela demonstração de interesse e engajamento com o que o indivíduo compartilha, evitando expressões faciais e palavras que sugiram julgamento durante sua fala. Além disso, na técnica das perguntas problematizadoras, são feitos questionamentos com o propósito de auxiliar o sujeito a refletir sobre a situação sob novas perspectivas, atribuindo um novo significado à sua experiência. Essas perguntas têm o papel de explorar e de provocar crises dialéticas.

Nas observações e avaliações do contexto microsocial, o terapeuta analisa a situação trazida pelo indivíduo a partir de sua própria perspectiva, explicando sua visão sobre como os diferentes elementos estão interligados. Outra técnica citada pelo autor é a criação de cenários possíveis: por exemplo, propõe-se ao sujeito criar cenários que se relacionem com a situação-problema, levando-o a explorar estratégias diferentes para lidar com ela.

Por último, na técnica dos três cenários, solicita-se ao sujeito que descreva como está agindo diante de uma situação-problema, demonstrando o nível de desenvolvimento real. Em seguida, pede-se que ele imagine a forma ideal de agir frente à situação, e depois encontre um ponto intermediário entre o real e o ideal da ação, criando assim uma maneira realista de enfrentamento. Este terceiro cenário representa o nível de desenvolvimento potencial do sujeito.

A pesquisa de Coelho et al. (2020), bem como a de Santos et al. (2020), relatam a experiência de estagiários de Psicologia em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) cuja base de atuação foi a Psicologia histórico-cultural. Coelho et al. (2020) consideraram a função do psicólogo como a de mediador, bem como a necessidade de atuar na zona de desenvolvimento proximal e transformar os sentidos

subjetivos dos sujeitos. Em função do contexto de atuação no CAPSi (já que o público-alvo eram crianças com transtornos mentais), os autores ressaltam a importância de compreender a determinação social dos transtornos mentais, enquanto configuração subjetiva do sujeito, e a problemática da medicalização da vida. Em ambas as pesquisas, os estagiários promoveram grupos de oficinas terapêuticas com usuários do CAPSi e relataram grandes dificuldades em promover intervenções eficazes, em razão da profunda precarização do ambiente de trabalho (Coelho et al., 2020; Santos et al., 2020).

Ferreira e Roldão (2023), por sua vez, relatam uma experiência de estágio, mas agora no contexto da pandemia de COVID-19, na modalidade de plantão psicológico. Esses atendimentos ocorreram remotamente e configuraram uma alternativa de atuação clínica no contexto pandêmico, na qual os pacientes participavam de, no máximo, três sessões, sendo ouvidos e acolhidos pelas estagiárias. As autoras compreendem que as demandas do plantão se dividiram em questões de alterações de humor, relações interpessoais e conflitos existenciais. Elas recorrem a diversos fundamentos e técnicas já citados nesta discussão. Em relação à natureza do trabalho psicoterápico, compreendem o papel mediador do psicólogo frente à situação de sofrimento psíquico trazida pelo sujeito. Este é apreendido como singular e produtor de sentidos subjetivos. Dessa forma, no processo psicoterapêutico, o profissional utiliza instrumentos e técnicas próprias da abordagem, sendo as principais a escuta empática e o uso dos signos para mediar as experiências subjetivas do sujeito, ressignificando-as.

Silva (2023) relata uma experiência de estágio na modalidade de psicoterapia breve infantil, inserida nos serviços ofertados por uma clínica-escola. Nesta modalidade de atendimento, foram realizadas treze sessões com crianças, distribuídas nas etapas de

avaliação inicial, intervenção individual, orientação parental e encerramento. As principais queixas trazidas pelos sujeitos atendidos eram de comportamento opositor, agressividade, autoagressão, transtorno do espectro autista (TEA), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtorno de ansiedade.

Nesse contexto, a autora destaca a importância da construção de vínculo afetivo entre criança e psicoterapeuta, pois

a sessão psicoterápica pode ser vista como uma situação específica, única e irrepetível, na qual a(o) psicóloga(o), de forma dialógica e dialética, emprega recursos e/ou técnicas com a intenção de mediar o processo de conscientização e emergência de afetos da criança sobre os entraves e potencialidades do seu desenvolvimento. Assim, a sessão funciona como uma situação social de desenvolvimento e funciona como ponto de partida para as trocas dinâmicas que ocorrem no desenvolvimento naquele período de vida da criança (Silva, 2023, p. 441).

No atendimento com crianças, a brincadeira prevalece como atividade mediadora. Por meio dela, a criança expressa suas necessidades, inclinações, impulsos e motivos. Nas sessões, é possível fazer uso da brincadeira livre ou propor uma atividade dirigida. No decorrer da situação lúdica, o psicólogo deve estar atento à linguagem e, a partir da análise do conteúdo trazido pela criança, orientar os próximos atendimentos (Silva, 2023).

Faria (2023) reposiciona o debate da clínica histórico-cultural, abordando o problema do trabalho clínico do psicólogo. Dessa forma, a categoria atividade ganha centralidade, retomando o *fazer clínico* enquanto um trabalho com meio, objeto e

instrumento próprios. Os resultados da pesquisa apontaram o psicólogo como mediador; contudo, a autora diverge dessa posição comum na literatura, explicando que há um uso impreciso do conceito de mediação em Vigotski. Segundo Faria (2023), a atividade consciente do ser humano é mediada por instrumentos e signos, o que é diferente de afirmar que o psicólogo ocupa a posição de mediador. Nesse sentido,

O psicólogo não é quem realiza a mediação entre o atendido e o meio; sua função ali não é a de transportar para o atendido suas opiniões ou ponto de vista, ou até mesmo a teoria de modo pedagógico, mas a de auxiliar para que o próprio sujeito reflita sobre suas questões. A teoria que subsidia a prática do psicólogo é um signo; ela – teoria – é que perfaz a mediação entre o conteúdo trazido pelo sujeito e a prática psicológica. No contexto clínico, existem diversos instrumentos mediadores, como a própria sala e o mobiliário, ou, no campo virtual, o computador e/ou celular (Faria, 2023, p. 62).

Além disso, destaca que o conceito de vivência, enquanto unidade entre sujeito e meio, mostra-se mais profícuo para pensar a relação entre psicólogo e paciente, pois o setting terapêutico se configura como meio no qual são produzidas vivências que permitem ao sujeito pensar sobre si mesmo, ocorrendo um aprofundamento de sua consciência. Dessa forma, Faria (2023) conclui que a consciência é o objeto de trabalho da práxis clínica, destacando

A relevância da tomada de consciência no processo psicoterápico. A psicoterapia é um espaço de reflexão que permite ao sujeito compreender sua história, seus pensamentos, sentimentos e comportamentos. A partir desse entendimento, o sujeito pode tomar decisões mais conscientes sobre sua vida e buscar a transformação pessoal (Faria, 2023, p. 82).

Para que isso aconteça, entra em cena o terceiro e último elemento: os meios de trabalho. O principal meio de trabalho do psicólogo clínico histórico-cultural é o diálogo. Mais precisamente, é a linguagem que possibilita esses diálogos, sendo, portanto, o instrumento de trabalho mais potente do psicólogo (Faria, 2023). Certamente, nesse contexto, não se trata apenas da fala, mas de todas as ferramentas que proporcionam a ampliação das queixas e narrativas do sujeito, tais como jogos e mediações estéticas, por exemplo. Ainda, a autora identificou uma série de técnicas utilizadas para direcionar a atividade do sujeito, estimulando-o a refletir sobre sua trajetória (Faria, 2023). No entanto, Faria (2023) critica algumas dessas técnicas, pois compreende que elas se distanciam dos princípios epistemológicos da teoria histórico-cultural e, conseqüentemente, incorrem em idealismos que podem vir a responsabilizar unicamente o sujeito por suas questões de vida.

A partir da análise dessas investigações, é possível afirmar que, mesmo sendo um tema relativamente novo na história da Psicologia, a clínica histórico-cultural desponta como potencialidade de superação dialética da crise na Psicologia, por meio da totalidade dialética sujeito-sociedade. Nesse sentido, a consciência aparece, para alguns pesquisadores, como categoria central, pois é no processo de desalienação e conscientização que o sujeito transforma sua realidade (Kahhale & Montreozol, 2019b; Montreozol, 2019; Clarindo, 2020; Faria, 2023). Para outros, como Bueno (2020) e Ferreira e Roldão (2018), a formação de sentidos subjetivos é a principal categoria mobilizada no processo psicoterapêutico, pois é por meio da ressignificação dos núcleos de sentido subjetivo que o sujeito transforma sua relação com o meio.

Quanto à atuação do psicólogo, não há consenso quanto à sua figura como mediador do processo psicoterapêutico, discussão que revela divergências na leitura do

conceito de mediação em Vigotski (Faria, 2023). Apesar disso, há convergência quanto à necessidade de ruptura com o modelo de neutralidade estabelecido pelo padrão clínico hegemônico. Nesse sentido, o papel do psicoterapeuta é o de promover desenvolvimento no sujeito, provocando rupturas nas antigas formas de sentir, pensar e agir, de modo a possibilitar a transformação subjetiva. Para sustentar esse argumento, os pesquisadores têm recorrido à categoria zona do desenvolvimento proximal, afinal, é por meio de instrumentos técnico-semióticos que o profissional medeia a relação com o sujeito, provocando deslocamentos desenvolvimentais.

De modo geral, a construção de uma base clínica na perspectiva histórico-cultural ainda é incipiente e demanda novas investigações, como é o propósito deste trabalho. Nota-se que, ao longo da revisão, algumas categorias aparecem com maior frequência, tais como: consciência, funções psicológicas superiores, mediação, instrumentos e signos, zona do desenvolvimento proximal, inconsciente e dialética singular-particular-universal. É certo que tais categorias se configuram como promissoras para a composição de um quadro teórico ainda em construção, já que há, na literatura, diferentes apropriações conceituais da teoria vigotskiana.

Entretanto, ainda é necessário evidenciar quais categorias o próprio autor mobilizava, especificamente em seus textos de interesse clínico e, mais particularmente, nos estudos pedológicos (1931–1934), chamando atenção para outros princípios ignorados e, portanto, pouco explorados na esfera clínica, tais como: o problema do meio, a periodização, a situação social de desenvolvimento, a perejivanie (como radicalidade da vivência) articulada à dimensão dramática do psiquismo e o problema do diagnóstico pedológico. Como desdobramento dessa questão, ainda importa discutir

como esses conceitos se vinculam às teorizações mais contemporâneas sobre a questão da emancipação.

Diante deste cenário, indagamos: quais são as inter-relações entre os princípios epistemológicos da teoria vigotskiana e a prática clínica contemporânea? Em um desdobramento, à luz do materialismo histórico-dialético, quais conceitos elaborados por Vigotski, especialmente nos estudos pedológicos, se mostram pertinentes à prática clínica histórico-cultural?

Nosso objetivo consiste em analisar e sistematizar as contribuições conceituais de Lev S. Vigotski para a constituição da práxis clínica na teoria histórico-cultural, a partir dos fundamentos do materialismo histórico-dialético. Para isso, desdobramos a pesquisa em dois momentos:

1. a realização de uma pesquisa teórica, cujo objetivo é analisar a apropriação clínica de determinadas categorias na obra vigotskiana;
2. a articulação dessas categorias com as apropriações de pesquisadores contemporâneos em relação à práxis clínica.

Assim, pretendemos contribuir para os estudos no campo da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Clínica a partir de um viés histórico-cultural sobre a ontogênese, de modo que o caminho metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa será detalhado no capítulo seguinte.

Capítulo 04: Desenho Metodológico da Pesquisa

No campo das ciências humanas e, especialmente, da psicologia, as pesquisas de caráter teórico e bibliográfico possuem grande relevância para a sistematização e análise

da literatura vigente, pois este tipo de investigação se dá a partir da análise de registros disponíveis de pesquisas anteriores, tais como documentos impressos, livros, artigos, dados e categorias analíticas já utilizadas em outras pesquisas (Severino, 2014). Nesse sentido, “os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (Severino, 2014, p. 122).

Apesar disso, é comum que, nas pesquisas de natureza conceitual, as questões metodológicas fiquem relegadas a segundo plano, induzindo o leitor à ideia errônea de que possuem status inferior (Laurenti & Lopes, 2016; Braun & Clarke, 2006). Uma das razões pelas quais isso ocorre refere-se às diferentes concepções em torno dos procedimentos metodológicos, das metodologias, instrumentos e técnicas. Desse modo, toda discussão acerca de um método de pesquisa teórica deveria delimitar sua compreensão de teoria, método, conceito e interpretação, de modo que a pesquisa demonstre as razões e os fundamentos da análise realizada (Laurenti & Lopes, 2016). Faz-se, então, necessário retomar a concepção vigotskiana de método para demarcar epistemologicamente as premissas desta pesquisa.

Alinhado à perspectiva do materialismo histórico-dialético, Vigotski (1930/2018; 1931/2021) compreendia que, na elaboração de uma pesquisa, o método de investigação está em estreita relação com o objeto de estudo, sendo o método, simultaneamente, premissa e produto da investigação. No texto *O método de investigação* (Vigotski, 1931/2021), o autor destaca já nas primeiras páginas, para o leitor, o percurso metodológico de análise do desenvolvimento infantil:

O conhecimento do método e seus princípios é uma condição necessária para análise adequada de todos os capítulos dessa história. Os fatos que

encontraremos nesta exposição, as generalizações a que seremos conduzidos pelo nosso material factual, as leis que tentaremos estabelecer com base em generalizações - todos esses aspectos serão determinados por este método básico e substancial, ou seja: *como são obtidos esses fatos, como podem ser generalizados e estar sujeitos às leis conhecidas*. Por isso, basear-me, como no passado, em um método, entender suas relações com outros métodos, estabelecer seus pontos fortes e fracos, entender suas principais bases e desenvolver uma atitude correta com relação a eles em certo grau implica desenvolver uma abordagem correta e científica com relação a todas as formulações futuras dos mais importantes problemas da psicologia infantil a partir da visão histórica do desenvolvimento infantil (Vigotski, 1931/2021, p. 54, grifos nossos).

Este excerto evidencia a preocupação de Vigotski em analisar o objeto de estudo sob um viés histórico, que considere os processos de mudança, tensão e contradição nele presentes. Dessa forma, Vigotski (1934/2018b) apontou que as pesquisas em psicologia de sua época analisavam os fenômenos psicológicos decompondo-os em elementos que seriam estudados individualmente. Em seu clássico exemplo, demonstra que uma análise química estrita da decomposição da água (H_2O) em seus elementos resulta na aparição de duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio, de modo que o pesquisador ficaria perplexo ao tentar compreender como a água pode apagar o fogo, uma vez que o hidrogênio é um autocombustível e o oxigênio conserva a combustão.

Para compreender o fenômeno da água apagando o fogo, torna-se insuficiente analisar isoladamente os elementos químicos da água. A necessidade metodológica, em questão, é colocar em destaque a relação entre estes elementos, conservando a totalidade

proveniente dessa relação no fenômeno em análise (Vigotski, 1934/2018b). Nas palavras do autor:

Se isso está claro, então será fácil explicar que é a análise que decompõe em unidades um todo complexo, pois ela é definida por dois traços opostos. A análise que decompõe em elementos é definida pelo fato de o elemento não conter propriedades do todo. Já a unidade é definida pelo fato de que é a parte de um todo que contém, mesmo que de forma embrionária, todas as características fundamentais próprias do todo” (Vigotski, 1930/2018a, p. 40).

Vigotski (1930/2018a) criou, então, o método de unidade de análise, cuja principal característica era propor análises explicativas dos elementos que compunham determinado fenômeno psicológico. Contudo, sua maior preocupação foi como investigar tais elementos sem perder a totalidade do fenômeno; ou ainda, sem apenas descrevê-los. Isso se mostrou factível apenas por meio de uma análise dialética da realidade, colocando o fenômeno em movimento e demonstrando suas contradições e desenvolvimento. Nesse sentido, o método de análise vigotskiano é pertinente à presente pesquisa, que se configura como teórica e conceitual. Conforme Laurenti e Lopes (2016): “O objeto de estudo das pesquisas conceituais em psicologia é a teoria psicológica, ou, mais especificamente, o texto psicológico; e o principal objetivo desse tipo de pesquisa é esclarecer os conceitos que compõem o texto” (p. 47).

Todavia, o processo de esclarecimento desses conceitos não se dá de forma meramente descritiva, mas sim interpretativa (Laurenti & Lopes, 2016). Para Pino (2005), a interpretação perpassa pela compreensão da ciência enquanto produto social, que carrega valores, marcas e, portanto, história. O autor compreende o pesquisador como um pintor que pinta um quadro da realidade, imprimindo em sua obra elementos

que lhe convêm diante de sua interpretação, tal como cores, tipo de tinta e ângulo. Dessa maneira,

Admite-se que há uma contribuição positiva do intérprete: ele pode construir sentidos por meio de diversas relações textuais (biográficas, autobiográficas, filosóficas, econômicas, sociológicas, antropológicas etc.). Assim, o processo de interpretação pode filiar o texto a tradições de pensamento, compromissos filosóficos, discussões políticas e outros fatores que foram invisíveis ao autor do texto, mas que nem por isso são menos possíveis (Laurenti & Lopes, 2016, p. 50).

Assim como um pintor normalmente revela os materiais utilizados para a produção de sua obra, um pesquisador deve explicitar quais critérios interpretativos são considerados em sua pesquisa teórica. Nesta investigação, consideramos, no escopo da análise interpretativa:

1. a consistência lógico-filosófica dos textos analisados;
2. a natureza das fontes de leitura;
3. o apoio textual que sustente a interpretação proposta; e
4. a apreciação crítica da comunidade científica (Laurenti & Lopes, 2016).

Partindo dessas considerações, esta pesquisa pretende analisar os textos clínicos de Vigotski, pois, entende-se que, por meio desse mapeamento, é possível encontrar indícios, pistas e categorias que contribuam para o avanço da construção de uma práxis clínica histórico-cultural. Assim como Silva (2022) e Bianchi (2023), a escolha dos textos para análise baseou-se naqueles em que Vigotski tratava diretamente de casos patológicos e, conseqüentemente, clínicos. Isso inclui os textos em que aborda temas

como esquizofrenia, desintegração do psiquismo, entre outros. Além disso, foram acrescentadas as notas clínicas do autor, que constituem fragmentos de seu trabalho efetivo como clínico, bem como alguns textos defectológicos cujo tema tratava de aspectos teórico-metodológicos do tratamento de casos patológicos.

Desse modo, chegou-se à seguinte seleção de textos para leitura na íntegra, em ordem cronológica:

- *Sobre os sistemas psicológicos* (Vigotski, 1930/2023)
- *Primeira, segunda e quarta aula sobre os fundamentos da pedologia* (Vigotski, 1930/2018)
- *O diagnóstico do desenvolvimento e a clínica pedológica da infância difícil* (Vigotski 1931/2022)
- *O coletivo como fator para o desenvolvimento da criança com deficiência* (Vigotski, 1931/2024)
- *Notebooks: Psychology as a Science* (Vygotsky, 1933/2018)
- *O problema do desenvolvimento e da desagregação das funções psíquicas superiores* (Vigotski, 1934/2023)

A partir da leitura dos textos acima citados, os procedimentos metodológicos adotados serão inspirados no Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT) (Laurenti & Lopes, 2016). A primeira etapa da PICT consiste no levantamento dos principais conceitos do texto. Essa etapa é subdividida em quatro passos: grifar e enumerar os conceitos; defini-los textualmente; escolher citações que os representem; e verificar se existem conceitos pouco explicados. Nesta etapa, o foco é identificar os conceitos que compõem as categorias analíticas elencadas a partir da revisão

sistemática. A segunda etapa consiste no processo de caracterização das teses do texto. Para isso, é necessário identificar as teses tradicionais, críticas e alternativas que o autor apresenta. Segundo Laurenti e Lopes (2016):

- i) teses tradicionais – afirmações feitas por outros autores, teorias ou doutrinas, e que serão discutidas e criticadas pelo autor do texto; ii) críticas – os problemas que o autor do texto menciona em relação às teses tradicionais; iii) teses alternativas – a(s) proposta(s) do autor para substituir as teses tradicionais criticadas, evitando seus problemas (p. 57).

A terceira etapa é o momento de criar correlações entre os conceitos e teses identificados. O objetivo é representar, na forma de figuras e/ou diagramas, as relações entre as teses tradicionais, críticas e alternativas. Na presente pesquisa, essas correlações serão elaboradas durante o tratamento dos dados e apresentadas nos resultados e discussão em formato textual, sendo as figuras e diagramas incluídos apenas quando estritamente pertinentes. Por fim, a etapa de síntese interpretativa consiste na elaboração de uma discussão interpretativa com base nos dados coletados nas etapas anteriores. Nesta etapa, correlacionaremos os resultados encontrados nos textos originais de Vigotski com os textos contemporâneos já analisados no capítulo anterior.

De modo geral, na presente pesquisa indagamos: *quais são as inter-relações entre os princípios epistemológicos da teoria vigotskiana e a prática clínica contemporânea? Em um desdobramento, à luz do materialismo histórico-dialético, quais conceitos elaborados por Vigotski, especialmente nos estudos pedológicos, se mostram pertinentes à prática clínica histórico-cultural?*

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo geral

Analisar e sistematizar as contribuições conceituais de Lev S. Vigotski para a constituição de uma práxis clínica fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, com base nos princípios do materialismo histórico-dialético, articulando seus textos clássicos sobre os estudos pedológicos às contribuições contemporâneas.

4.1.2 Objetivos específicos:

i) Analisar, a partir dos textos pedológicos (1931-1934), conceitos centrais que se articulam direta ou indiretamente à práxis clínica, tais como: i. *o problema do meio*; ii. *a crítica ao diagnóstico, tensões entre o adoecimento e a situação social de desenvolvimento*, iii. *a vivência (perejivanie) em termos de drama*; iv. *a dimensão sistêmica e semântica do psiquismo*;

ii) Articular tais categorias com as apropriações de pesquisadores contemporâneos em relação a práxis clínica, tecendo uma discussão crítica na direção de uma clínica emancipadora.

Para fins estruturais e metodológicos, os objetivos investigativos estão articulados aos eixos de análise explorados nos próximos capítulos (ver tabela ilustrativa).

Tabela 2 - Categorias analíticas selecionadas a partir da revisão sistemática

Objetivo geral: analisar e sistematizar as contribuições conceituais de Lev S. Vigotski para a constituição de uma práxis clínica fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, com base nos princípios do materialismo histórico-dialético, articulando seus textos clássicos sobre os estudos pedológicos às contribuições contemporâneas.	
Objetivo específico: analisar, a partir dos textos pedológicos (1931-1934), conceitos centrais que se articulam direta ou indiretamente à práxis clínica.	Eixos de Análise: <ul style="list-style-type: none"> i. o problema do meio; ii. a crítica ao diagnóstico, tensões entre o adoecimento e a situação social de desenvolvimento; iii. a vivência (perejivanie) em termos de drama; iv. a dimensão sistêmica e semântica do psiquismo.
Objetivo Específico: articular tais categorias com as apropriações de pesquisadores contemporâneos em relação a práxis clínica, tecendo uma discussão crítica na direção de uma clínica emancipadora.	

Fonte: elaborado pela autora

Utilizando, portanto, este tratamento metodológico da pesquisa buscamos contribuir para o avanço na produção científica de âmbito clínico sob a perspectiva Histórico-Cultural.

Capítulo 05: As contribuições dos estudos pedológicos de Vigotski para a clínica histórico-cultural

Apesar de ter vivido em um curto período, Vigotski foi um autor extremamente produtivo, dedicando-se ao estudo dos mais variados temas que contribuíram para a construção de sua proposta de psicologia. Ainda que inacabada, essa proposta gerou muitos frutos.

Sabe-se que o jovem Vigotski se interessava por discussões sobre arte e literatura; caminho este que proporcionou seu encontro com a psicologia (Marques, 2018). A partir de seus conhecimentos acerca das diversas teorias psicológicas

desenvolvidas em seu tempo histórico, Vigotski enveredou-se pela crítica da ciência psicológica, postulando a crise da psicologia, assunto já abordado nos capítulos anteriores deste trabalho. É, então, por meio dessa crítica, que o autor inicia o desenvolvimento de sua própria teoria, compreendendo que o estudo do desenvolvimento poderia ser a chave para a compreensão da formação social da consciência humana. É nesse contexto que Vigotski se dedica à pedologia, área que concentra grande parte de seu esforço intelectual, além de representar um período em que seus constructos teóricos já se encontram amadurecidos.

De acordo com Aquino e Toassa (2019), a pedologia é, segundo a tradução do russo, a ciência da criança, cujo objetivo era o estudo multidisciplinar da infância, considerando aspectos sociais, biológicos e psicológicos. O início do desenvolvimento da pedologia é anterior à própria Revolução Russa, mas seu auge e posterior declínio ocorreram durante o regime soviético. Em 1907, foi fundado na cidade de São Petersburgo o Instituto Psiconeurológico, no qual havia uma subdivisão chamada Instituto Psicopedológico. Até 1911, a pedologia já havia ganhado projeção com a realização do Congresso de Pedagogia Experimental e, em 1918, após a Revolução Russa, o Instituto Psicopedológico foi incorporado pelo governo bolchevique ao Comissariado de Educação. Entre as décadas de 1920 e 1930, houve uma grande expansão da ciência pedológica, uma vez que seu desenvolvimento atendia aos interesses ideológicos de profunda transformação social. No período pós-revolucionário, todos os esforços governamentais voltaram-se para a construção de uma sociedade socialista, o que incluía a formação e o desenvolvimento dos sujeitos. Nesse sentido, a pedologia auxiliaria na implementação de métodos pedagógicos que proporcionassem o desenvolvimento de um “novo homem” (Aquino & Toassa, 2019).

No cerne desses acontecimentos históricos, Vigotski participou, em 1920, do 2º

Congresso Psiconeurológico de Toda a Rússia (também denominado Congresso Russo sobre Pedologia, Pedagogia Experimental e Psiconeurologia) e, no início dos anos 1930, já era reconhecido como um dos principais nomes da pedologia.

Contudo, com o banimento da pedologia em 1936, essa ciência teve seu fim decretado. O decreto emitido pelo Comitê Central do Partido Comunista justificou a extinção da disciplina em razão de sua aplicação no ensino formal, criticando sua metodologia excessivamente individualista. Além disso, os estudos realizados pela pedologia buscavam comprovar a condicionalidade hereditária e social do mau aproveitamento escolar ou de questões comportamentais apresentadas pelas crianças, o que resultava em tentativas de separá-las de seu coletivo educacional. Entretanto, Aquino e Toassa (2019) afirmam que essa decisão do Partido foi motivada, sobretudo, pelo fato de que as pesquisas pedológicas revelavam problemas nas dinâmicas sociais do regime soviético; o que contrariava a imagem positiva que se buscava construir da experiência socialista. Dessa maneira, todo tipo de produção científica relacionada à pedologia foi proibido nos anos seguintes, e os textos pedológicos de Vigotski só voltaram a ser publicados na Rússia vinte anos após o decreto.

Apesar das controvérsias que envolveram o nascimento e o declínio da ciência pedológica, é certo que os textos dessa fase são essenciais para a compreensão da teoria vigotskiana, pois, para o autor, era na infância que se encontravam as pistas para desvelar a gênese e a formação das funções psíquicas superiores (Aquino & Toassa, 2019). Nessa perspectiva, as proposições de Vigotski acerca do desenvolvimento humano são imprescindíveis para compreender a dinâmica psíquica dos sujeitos e, com efeito, auxiliam na construção de uma possível práxis clínicas. Aqui, vale salientar um aspecto que nos parece fundamental. Embora a pedologia se refira à ciência da criança, nos estudos pedológicos Vigotski também se dedica a investigar questões relacionadas

ao desenvolvimento do adolescente e do jovem. Tal constatação nos conduz a refletir que há indícios importantes que, no caso dos estudos pedológicos vigotskianos, estamos, de fato, nos referindo à sua própria teoria do desenvolvimento humano.

Contudo, ao mesmo tempo em que reconhecia o potencial científico da pedologia, Vigotski (1930/2018) teceu críticas aos métodos empregados por essa ciência, evidenciando os limites de seu caráter descritivo e sintomatológico. Ele compreendia que no princípio a pedologia era uma ciência descritiva, isto é, apenas estudava as características observáveis do desenvolvimento infantil, seja em seus aspectos físicos, psíquicos e da linguagem sem, necessariamente, explicar como algo surgiu. Assim, ela era uma ciência sintomatológica. Em razão disso, o autor (1930/2018) ressaltava o caráter clínico do método pedológico como uma de suas principais características, mas destacando que os sintomas são apenas pistas para a investigação da dinâmica do desenvolvimento da criança.

Dessa forma, quando digo que a pedologia emprega o método clínico no estudo do desenvolvimento infantil, quero dizer: ela trata das manifestações observadas no desenvolvimento infantil apenas como características por trás das quais tenta identificar como transcorreu ou ocorreu o próprio desenvolvimento que levou ao surgimento dos sintomas. (Vigotski, 1930/2018, p.50)

Tal como apontado no capítulo metodológico, Vigotski (1930/2018) rompeu com a lógica descritiva da ciência burguesa, buscando no materialismo histórico-dialético a base para um método explicativo, capaz de desvelar das aparências explicações para a dinâmica do desenvolvimento do psiquismo.

Desse modo, justifica-se a escolha de alguns dos conceitos pedológicos centrais

de Vigotski que trazem discussões profícuas para os eixos de análise desta pesquisa. São eles: i. *o problema do meio*; ii. *a crítica ao diagnóstico, tensões entre o adoecimento e a situação social de desenvolvimento*, iii. *a vivência (perejivanie) em termos de drama*; iv. *a dimensão sistêmica e semântica do psiquismo*. Apresentaremos, a seguir, nossas análises interpretativas, articulando-as às categorias identificadas nos textos de Vigotski e aos trabalhos contemporâneos que discutem a práxis clínica.

5.1 O problema do meio na práxis clínica

No segundo capítulo, analisamos como o desenvolvimento histórico da clínica evidencia a contradição epistemológica presente na constituição de uma clínica Histórico-Cultural. De um lado, as teorias clássicas da psicologia foram responsáveis por inaugurar um campo de atuação clínica, mas sustentaram uma concepção de sujeito abstrata, dualista e apriorística, resultando em uma prática essencialmente adaptativa. De outro lado, a teoria Histórico-Cultural, ao se fundamentar na concepção marxista de sujeito, propôs uma compreensão radicalmente social e histórica da constituição humana; contudo, por razões históricas e políticas, não chegou a sistematizar uma prática psicoterápica própria.

Apesar disso, todas elas se deparam com o dilema do meio. As primeiras partem de uma necessidade material de compreensão dos sujeitos e realizam giros epistemológicos para incluir o fator social em suas teorias (Calgaro, Silva e Abreu, 2025). Nesse sentido, o meio aparece como ponto de chegada. Por sua vez, as segundas apreendem o meio como ponto de partida, mas não desenvolveram construtos teóricos suficientes para delimitar modelos clínicos, e, principalmente, psicoterápicos. Dessa forma, temos dois aspectos entrelaçados: a concepção de clínica e a centralidade da concepção do meio para a produção desta clínica. Isso nos leva a retomar o problema do meio na obra vigotskiana como fundamento para o avanço da práxis clínica.

Bianchi (2024) afirma que a proposição de uma clínica com base no materialismo histórico-dialético deve perpassar pela compreensão dos acúmulos teórico-metodológicos já existentes. Isto é, a elaboração de uma clínica Histórico-Cultural não deve começar pela tentativa de elencar o que ela possui de diferente ou específico, tampouco pela transposição de conceitos da educação para o locus clínico. A clínica deve, inicialmente, ser pensada enquanto concepção geral; a partir disso, poderemos refletir sobre suas especificidades.

Desse modo, delimitações como o objetivo da psicoterapia; os casos e situações em que a psicoterapia é uma intervenção necessária; os modos de ação/prática psicoterápica; as diretrizes éticas que orientam essa prática; a avaliação da eficácia do processo; e, por fim, os conceitos e categorias fundamentais da psicologia geral e da psicologia clínica seriam as principais questões mobilizadas para o avanço do debate.

Em um primeiro momento, nos deteremos ao ponto elencado por Bianchi (2024): o objetivo da psicoterapia. Para o autor, apesar das inúmeras concepções teóricas, a psicoterapia está ligada à função curativa, seja no âmbito individual ou coletivo. Contudo, o que se compreende enquanto cura é mutável.

Assim, a cura pode ser compreendida de diferentes maneiras: como o alívio do sofrimento, como a adaptação ao meio, como a reinserção nos espaços anteriormente ocupados, como a transformação do sujeito em sua relação com o meio ou, ainda, como a construção de sua autonomia diante desse meio. Assim, compreender o papel do meio e, principalmente, como ele incide sobre o sujeito é a chave para pensar o objetivo da psicoterapia Histórico-Cultural.

Considerando que Vigotski (1925/2023) elencou a consciência como o objeto da psicologia e buscou demonstrar seu desenvolvimento histórico e social, o meio foi

um tópico exaustivamente problematizado pelo autor em seus estudos pedológicos. Dentre os textos selecionados para análise, o conceito de “problema do meio” é, sem dúvida, aquele que atravessa, direta ou indiretamente, todas as obras pedológicas.

A questão por ele postulada é importante, pois afirmar, por si só, que o meio *influencia a formação da consciência e da personalidade não revela, em termos vigotskianos, a dinâmica por detrás dessa relação*. Para Vigotski, o desafio era desenvolver um método capaz de compreender as determinações sociais, modo como o meio, incide sobre o sujeito (Vigotski, 1930/2018). Desse ponto de vista, seus esforços teóricos de giravam em torno de criar um método explicativo que evidenciasse a dimensão dialética, materialista e histórica, portanto, relacional da constituição da consciência (Vigotski, 1930/2024).

No texto “O Coletivo como Fator para o Desenvolvimento da Criança com Deficiência” (Vigotski 1931/2024), o papel do meio no desenvolvimento da consciência é abordado a partir da tese central defendida pelo autor, segundo a qual a origem das funções psíquicas superiores é fundamentalmente social, tanto na história humana (filogênese) quanto no desenvolvimento do sujeito (ontogênese) (Vigotski, 1931/2024).

Em relação à filogênese, essa tese quase nunca foi refutada pelos autores da teoria Histórico-Cultural, uma vez que é coerente afirmar que as funções psíquicas superiores se formaram no período histórico do desenvolvimento da humanidade. Sua origem se deve não à evolução biológica, que formou o biótipo humano, mas ao seu desenvolvimento histórico como ser social. Assim temos que somente no processo da vida social coletiva que foram elaboradas e se desenvolveram as formas superiores de atividade intelectual características para o ser humano, como destacamos na introdução deste trabalho.

Em relação à ontogênese, uma série de pesquisas empíricas permitiu constatar que o desenvolvimento humano também obedece às mesmas leis gerais da vida social. Assim, constatou-se que a estrutura e a formação das funções psíquicas superiores se realizam no próprio processo de interação e cooperação do sujeito com o meio circundante (Vigotski, 1931/2024, s/p). Na dimensão ontogenética, por exemplo, o meio é compreendido como tudo aquilo que está no entorno direto e indireto do sujeito, o que envolve também práticas coletivas, de interação e cooperação. Para Pino (2010): “Por meio, no sentido imediato da palavra, Vigotski entende aquele no qual a criança está inserida; é o meio que a rodeia, do mais próximo e restrito ao mais amplo e diverso” (Pino, 2010, p. 748). Assim, para Lemos, Magiolino e Silva (2022), estudar a influência do meio no desenvolvimento da criança é, então, considerar o meio em seu papel, em relação à criança, o que implica considerar a relação que a criança de uma determinada idade estabelece com o meio em uma dada situação social. Não é, portanto, o meio em si, mas o significado que ele tem para uma determinada personalidade em um determinado momento de seu desenvolvimento (Pino, 2010). Assim, é no meio que se encontram as formas mais desenvolvidas de conduta e, por isso, ele é tão fundamental para compreender a ontogênese.

Como discutimos inicialmente, a emergência das funções psíquicas superiores expressa uma lei geral do desenvolvimento humano. Toda função superior manifesta-se, ao longo desse processo, em dois planos complementares e interdependentes. Em um primeiro momento, ela aparece como forma de atividade coletiva, expressão de colaboração, cooperação e interação social, configurando-se como uma categoria interpsicológica. Em seguida, essa função é interiorizada, transformando-se em atividade individual orientada à autorregulação e à constituição da consciência, assumindo, então, o estatuto de categoria intrapsicológica.

Compreender a passagem das formas coletivas de cooperação para as formas individuais de atividade da criança significa, portanto, apreender o próprio princípio de constituição e desenvolvimento das funções psíquicas superiores em termos dialéticos, pois não se trata de um ato mecânico do externo para o interno. Além disso, é entrever que, nessa transição dos processos sociais para os intrapsicológicos, o que pavimenta o caminho da internalização é o modo de elaboração e o uso da palavra e de seu significado. Esse conceito merece atenção especial quando se pensa a clínica na Teoria Histórico-Cultural, pois evidencia que o desenvolvimento da consciência e a reorganização subjetiva ocorrem por meio da linguagem e de suas mediações (Vigotski, 1931/2024, s/p). Assim, compreender e analisar a passagem das práticas coletivas de cooperação para as formas individuais de conduta é fundamental para entender o funcionamento psicológicos superior e seus sistemas. E isso depende do meio, pois a experiência da criança com o seu entorno é a fonte para o seu desenvolvimento (Vigotski, 1931/2024).

Uma contribuição particularmente relevante dessa formulação encontramos nos textos vigotskianos dedicados à defectologia. Neles, Vigotski (1931/2024) evidencia, com grande clareza, o papel determinante do meio na formação da personalidade e no desenvolvimento; aspecto que, a nosso ver, não pode ser negligenciado na prática clínica. O autor demonstra que um defeito orgânico, por si só, não constitui a causa principal da não formação das funções psicológicas superiores na criança com deficiência. O verdadeiro obstáculo reside na exclusão dessa criança da vida coletiva, pois, ao ser afastada de seu meio, ela é privada da principal fonte de todo e qualquer desenvolvimento humano: a vida coletiva mediada culturalmente. Em suas palavras:

É possível desenvolver, inclusive na criança com retardo mental, as modalidades de atividade que se encontram na base das funções superiores.

Consequentemente, o desenvolvimento incompleto das funções superiores é uma superestrutura secundária do defeito. O desenvolvimento incompleto deriva de um fato que podemos denominar afastamento do coletivo vivenciado pela criança anormal. Aqui, o processo transcorre do seguinte modo: tendo como origem o defeito, surge na criança uma série de particularidades que tolhem o desenvolvimento normal da relação de convivência na coletividade, da cooperação e da relação dessa criança com as pessoas que cercam. O afastamento da criança do coletivo ou a dificuldade de desenvolvimento social, por sua vez, determina o desenvolvimento incompleto das funções psíquicas superiores, que, quando o curso das coisas é normal, surgem diretamente associadas ao desenvolvimento da atividade coletiva da criança (Vigotski, 1931/2024, s/p).

Diante disso, a *luta* contra o desenvolvimento incompleto das funções psicológicas superiores deve ser conduzida no campo da *atividade coletiva*, intervindo não sobre os sintomas, mas sobre a própria dos processos sociais vinculados ao sentimento de exclusão (Vigotski, 1931/2024). Nos casos de desenvolvimento incompleto das funções elementares (como em situações de deficiência ou psicopatologia), o objetivo da intervenção não é eliminar a causa primária do comprometimento, mas compreender e atuar sobre suas consequências sociais. Em outras palavras, o enfrentamento terapêutico não deve restringir-se à dimensão orgânica da doença, mas buscar apreender os elementos subjacentes que estruturam o sintoma. Trata-se, portanto, de uma luta não contra os sintomas, mas contra a essência do adoecimento, isto é, sua dimensão histórico-cultural. (Vigotski, 1931/2024).

Essa proposta de intervenção apresenta-se, do ponto de vista clínico, de extraordinária relevância, pois convoca a reflexão sobre três dimensões centrais para a

constituição de uma práxis clínica fundada na Teoria Histórico-Cultural. A primeira dimensão refere-se à concepção de sujeito, que, como discutido anteriormente, é compreendido em sua natureza eminentemente social. O sujeito, para Vigotski, não existe fora das relações que o constituem: sua consciência, suas funções psíquicas e seu modo de existir no mundo são produtos da atividade social e da mediação simbólica. Assim, toda manifestação atípica, patológica ou *anormal* deve ser entendida à luz das condições históricas e sociais que a engendram, e não como um desvio individual ou meramente biológico (Vigotski, 1931/2024). A segunda dimensão diz respeito à unidade dialética entre normalidade e anormalidade, evidenciada por Vigotski (1931/2024) ao afirmar que ambas são determinadas por fatores biológicos e sociais. Em outras palavras, o que se denomina *anomia* não é uma negação da norma, mas uma variação produzida historicamente nas condições concretas de vida do sujeito. Essa perspectiva rompe com a lógica excludente que opõe saúde e doença, normal e patológico, e permite compreender o adoecimento como um processo socialmente determinado, e não como um atributo individual (Silva, 2024). Por fim, a terceira dimensão evidencia o papel do meio como produtor tanto de desenvolvimento quanto de adoecimento. Ou seja: se o meio é o espaço no qual o sujeito se constitui, ele é também o terreno onde se travam as possibilidades de transformação. No entanto, essa condição é dialética: o meio pode operar simultaneamente como potência e como barreira, como possibilidade e como impedimento ao desenvolvimento humano (Silva & Freitas, 2025).

Quando o meio oferece condições de participação, reconhecimento e trocas semióticas significativas, ele se torna potência, um campo fértil para a emergência de novas formas de consciência, de vínculos e de ação sobre o mundo. Por outro lado, quando esse mesmo meio se estrutura por contradições sociais que produzem exclusão, desigualdade e alienação, ele atua como barreira, interrompendo ou distorcendo o

processo de desenvolvimento e contribuindo para o adoecimento psíquico e social.

Assim, a questão terapêutica que se impõe é dirigir o olhar clínico para o meio e analisar como ele incide sobre uma determinada personalidade. Trata-se de compreender de que maneira as condições concretas de existência (familiares, institucionais, culturais e econômicas) configuram os modos de funcionamento psíquico, limitando ou ampliando a capacidade de o sujeito agir sobre si e sobre o mundo. Desse ponto de vista, o meio deixa de ser concebido como um simples pano de fundo do processo terapêutico e passa a ocupar o centro da análise clínica, como instância viva e contraditória que tanto determina quanto pode ser transformada pela ação consciente do sujeito. Sobre isso, Silva e Freitas (2025, p. 6-7) retomam o que foi anteriormente discutido:

não é o meio em si que exerce influência sobre a criança, mas o modo como cada uma delas significa a experiência semioticamente vivida. Por isso, entender o meio é sempre compreendê-lo semioticamente, na dinâmica das relações sociais em que são compartilhados nos processos de significação.

Ou seja, o meio deve ser compreendido, simultaneamente, como ponto de partida e horizonte das intervenções clínicas: é nele que se enraízam as formas de sofrimento e é também nele que se podem criar as condições para sua superação.

Dessa forma, uma clínica Histórico-Cultural não se propõe a corrigir sintomas, mas a intervir sobre as determinações sociais que lhes dão origem, tomando a relação alteritária, constitutiva do setting terapêutico, como via fundamental de mediação. É nesse espaço dialógico e compartilhado que se torna possível produzir novos sentidos sobre a trama concreta e contraditória das relações sociais nas quais o sujeito está inserido, deslocando o foco do *tratamento* para o *conjunto de condições históricas que*

configuram seu modo de ser, sentir e agir.

A intervenção clínica, nesse horizonte, visa favorecer a reorganização da consciência e a emergência de novas formas de existência, compreendendo que o sofrimento não é apenas pessoal, mas expressão de contradições sociais objetivas que atravessam o sujeito. Assim, a tarefa terapêutica deixa de ser a *eliminação do sintoma* e passa a ser a *criação de condições para que o sujeito, mediado pela relação com o outro, possa transformar as barreiras impostas pelo meio em possibilidades de desenvolvimento e emancipação*. O meio, portanto, não é apenas o contexto da intervenção, mas a própria via pela qual o desenvolvimento humano se efetiva. Assim, se o desenvolvimento se constrói a partir das relações que o sujeito estabelece com a realidade, internalizando-a para ampliar suas possibilidades de ação no mundo e sobre si mesmo, então, mesmo em uma condição de adoecimento, é imprescindível que ele permaneça inserido nessa realidade. Somente assim poderá elaborar estratégias que lhe permitam superar o processo de sofrimento e emancipar-se (Silva, 2022). Sobre isso, seguimos o que Silva (2022) defende:

Dessa forma, se o processo de desenvolvimento do indivíduo ocorre com base nas relações que ele estabelece com a realidade, internalizando-a, para ampliar suas possibilidades no mundo e para consigo, mesmo numa condição de adoecimento, ele deve estar inserido na realidade para que possa desenvolver estratégias que supere tal processo (Silva, 2022, p. 93).

5.2. A (im)pertinência do diagnóstico na Clínica Histórico-Cultural: tensões entre o adoecimento e a situação social de desenvolvimento

No texto “O Diagnóstico do Desenvolvimento e a Clínica Pedológica da Infância Difícil”, Vigotski aprofunda a perspectiva interventiva ao enfatizar a

necessidade de superar o dualismo simplista entre aspectos da herança biológica e do meio, adotando uma abordagem causal-dinâmica para o diagnóstico e a intervenção da criança difícil. A crítica aqui é direcionada à metodologia pedológica, que historicamente analisou o desenvolvimento da criança por meio de uma etiologia simplificada, na qual a menção genérica ao meio não informa decisivamente ao pedólogo sobre o processo real do desenvolvimento infantil (Vigotski, 1934/2022). Por ser descritiva e se ater apenas às aparências dos fenômenos, essa metodologia se limitava a criar uma correlação mecânica entre fatores ambientais, tais como condições de vida difíceis, falta de recursos materiais etc., e uni-los diretamente aos problemas da conduta das crianças, sem, no entanto, desvelar as conexões e dinâmicas internas que produzem uma determinada *conduta* (Vigotski, 1934/2022). Assim, o foco residia na nosologia do sintoma, em sua descrição, o que, para Vigotski (1934/2022), deveria ser elevado a uma análise etiológica superior, exigindo a descoberta do mecanismo de formação do sintoma: como ele se desenvolveu, por qual processo surgiu e de que modo foi causalmente condicionado?

Dado isso, as elaborações do autor indicam que a prática clínica deve se estruturar não apenas na constatação de sintomas, mas na interpretação causal-dinâmica da relação entre o meio e a criança (ou, de modo mais amplo, a pessoa). Essa perspectiva metodológica encontra ressonância em Silva (2022), para quem o método de pesquisa de Vigotski prezava por “investigar uma unidade da totalidade de forma analítica e clínica, de modo genético e comparativo” (p. 85), evidenciando que compreender o fenômeno em sua dinâmica exige articular suas múltiplas determinações históricas e sociais.

Na “Segunda Aula Sobre os Fundamentos da Pedologia”, Vigotski (1930/2018) reitera que o método permite à ciência um modo de investigação que responda aos

questionamentos do seu campo específico e, por isso, deve estar intimamente ligado ao seu objeto. Na medida em que a Pedologia estuda o desenvolvimento da criança, o caráter de seu método deve ser definido pela natureza complexa e organizada de seu objeto.

Nesse sentido, a primeira característica do método pedológico e a construção do diagnóstico é a análise por unidades, pois ela evita uma decomposição dos elementos de maneira mecânica (Silva, 2024). A partir do método da unidade de análise, espera-se que os diferentes elementos que compõem um fenômeno possam ser analisados em suas relações, conservando as propriedades fundamentais das partes ao mesmo tempo em que se busca revelar a dinâmica produzida nessa relação (Vigotski, 1930/2018). Tal método revela-se fundamental para a consolidação de uma práxis clínica Histórico-Cultural, especialmente se considerarmos que muitos aspectos ainda pouco investigados podem ser compreendidos a partir dessa relação dialética entre unidades. Entre tais aspectos, destacam-se as relações entre saúde e adoecimento, desenvolvimento e sofrimento psíquico, sujeito e terapeuta, entre outras que expressam a complexidade do processo de constituição humana.

Silva (2022), por exemplo, realizou uma pesquisa apontando que a concepção de adoecimento psíquico na obra vigotskiana está ligada ao desenvolvimento e à desagregação das funções psicológicas superiores. Sua análise evidencia que Vigotski (1934/2023) atém-se aos casos patológicos, como a esquizofrenia, para analisar a constituição da consciência humana, concluindo que sua produção está intrinsecamente ligada ao meio. Nessa investigação, a autora diferencia desorganização e desagregação das funções psíquicas superiores, sendo que o primeiro produz sofrimento psíquico, enquanto o segundo produz adoecimento psíquico (Silva, 2022).

Almeida (2023), por sua vez, em sua pesquisa sobre as determinações sociais dos transtornos de humor (transtorno de personalidade bipolar e depressão) compreende que essas formas de alteração das funções psíquicas superiores “são resultantes de processos críticos característicos das relações sociais atuais e se inserem na história de vida da pessoa, envolvendo o conjunto de sua personalidade e passando também a constituí-la” (p.100). Assentada na teoria da Determinação Social da Saúde² Almeida (2023) afirma que a nossa forma de vida social têm gerado formas específicas de sofrimento psíquico, sendo que a intensidade desse sofrimento, bem como a população atingida não são dados aleatórios, mas dependem de seus modos de vida. “Coloca-se, então, a necessidade de entender quais são as características da vida social na sociedade capitalista contemporânea que determinam certos perfis epidemiológicos” (Almeida, 2023, p. 102).

Ainda assim, há lacunas na compreensão da dinâmica dessa relação. Duas pessoas trabalham juntas, uma adocece e a outra não, o que permeia tais determinações? Dois irmãos crescem juntos, um desenvolve transtorno de personalidade bipolar, o outro leva uma vida sem prejuízo, mais uma vez, o que distância os dois funcionamentos?

Para responder tais perguntas podemos propor uma rápida interlocução com o autor Georges Canguilhem (1904-1995), que em seu livro “*O normal e o patológico*” defende que o processo de produção de saúde e adoecimento não ocorre por meio um acúmulo quantitativo, tampouco de um processo linear (Canguilhem, 1974/2006). A saúde é silenciosa, no sentido de que nem nos lembramos que a temos, até perdê-la, até

² A Teoria da Determinação Social da Saúde é uma abordagem crítica que se opõe à visão reducionista e comportamentalista da saúde. Essa teoria postula que o processo saúde-doença-cuidado de indivíduos e populações não é determinado primariamente por fatores biológicos ou escolhas de estilo de vida isoladas, mas sim pelas condições socioeconômicas, políticas e culturais em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem.. Dessa forma, buscam analisar as contradições do modo de produção (especialmente o capitalismo) e as relações de poder (como a desigualdade de classes, o racismo e o machismo) que *produzem e distribuem* iniquidades em saúde.

se tornar um problema (Alves, 2021). Para Canguilhem (2006) a saúde é uma relação que o sujeito constitui com o meio, sendo capaz de modificá-lo e agir sobre ele. Em suas palavras:

Eu me sinto bem na medida em que me sinto capaz de portar a responsabilidade de meus atos, de portar coisas à existência e criar entre as coisas relações que não lhes aconteceriam sem mim, mas que não seriam o que são sem elas. Então, preciso aprender a conhecer o que elas são, para poder mudá-las. (Canguilhem, 2005, p.48).

Nesse sentido, o processo de saúde-adoecimento, enquanto relação entre o sujeito e seu meio, é alterada qualitativamente, na medida em que os conflitos impulsionam o sujeito a agir (ou não) sobre eles. Tal reflexão nos leva diretamente para o começo da discussão aqui tecida: o meio.

Em Vigotski, a explicação para essas questões surge sob outra perspectiva. Como compreender que uma mesma situação possa ser vivida de maneiras tão distintas por duas pessoas? O autor enfrenta esse problema apoiando-se em suas leis pedológicas, por meio das quais evidencia o papel da situação social de desenvolvimento como elemento central na singularidade das experiências humanas.

Na perspectiva vigotskiana, o desenvolvimento não se reduz a um processo linear nem a uma sequência de estágios internos, mas resulta da relação viva e transformadora entre a criança e o meio. A criança não é um ser passivo diante das influências externas, ao contrário, reage, participa e se constitui ativamente nas interações sociais, transformando o meio ao mesmo tempo em que é transformada por ele. Como afirma Vigotski (1930/2018, p. 83), “não é apenas a criança que muda, mas também a sua relação com o meio, que começa a influenciá-la de uma nova maneira”.

Assim, compreende-se que cada criança estabelece uma relação singular e irrepetível com o meio, e é justamente essa relação que delimita as possibilidades (ou os limites) de seu desenvolvimento. A situação social de desenvolvimento corresponde, portanto, à forma específica como o meio incide sobre uma determinada personalidade em um momento concreto de seu desenvolvimento pedológico.

Vigotski ilustra essa ideia com a observação clínica dos três irmãos que viviam sob o mesmo contexto familiar de sofrimento: a mãe alcoolista. Citamos esse exemplo anteriormente e o retomamos aqui para pontuar como “uma mesma situação do meio [...] tem uma influência distinta sobre o desenvolvimento de cada pessoa” (Vigotski, 1930/2018, p. 77). Isso nos permite concluir que aquilo que determina o impacto de uma experiência não é o meio em si, mas a forma como este é vivenciado em função da idade pedológica e das condições concretas de desenvolvimento. Assim, a verdadeira fonte do desenvolvimento psíquico está na realidade social, mediada pelas formas singulares de vivência que a criança estabelece com o mundo (Silva e Freitas, 2025).

Dessa maneira, se retomarmos o que Vigotski (1930/2018) diz a respeito do problema do meio no texto “*Quarta aula sobre os Fundamentos da Pedologia*” veremos que suas reflexões se articulam com a argumentação de Canguilhem (2005). Como temos afirmado, segundo Vigotski (1930/2018), a pedologia não estuda o meio em si, mas sim o papel e o significado de sua participação e influência no desenvolvimento da criança. Para uma compreensão correta dessa questão, o meio deve ser investigado não por parâmetros absolutos, mas sim relativos, levando em consideração a relação existente entre ele e a criança em uma determinada etapa de desenvolvimento. Sendo assim, ambos os autores estão colocando em destaque a relação entre sujeito e meio, enquanto Canguilhem (2005) destaca que essa relação pode produzir saúde, Vigotski (1930/2018) afirma que pode produzir desenvolvimento. Por isso,

É imprescindível compreender também que não há uma determinação mecanicista que representa que todos os sujeitos que compartilham as mesmas condições de vida sofrerão ou adoeceram da mesma maneira. Os processos que culminam em sofrimento psíquico, portanto, operam em uma dimensão singular, refletindo a complexidade das experiências humanas (Aita e Facci, 2024).

As experiências de desgaste no trabalho, de assédio moral, de violência sexual, de preconceito, de situações de humilhação, de agressões homofóbicas, de casamento ou gravidez indesejados, entre tantas outras, que geram essa *dor de viver*, não deixam de fazer parte da história de vida. Nem por isso, necessariamente, sempre produzirão sofrimento psíquico, pois seu papel na dinâmica da personalidade pode variar muito entre as pessoas, além de também se modificar no curso da vida e do desenvolvimento de uma mesma determinada personalidade (Almeida, 2023, p. 100).

Isso nos permite compreender que, para sustentar uma práxis clínica Histórico-Cultural, o meio deve ser não apenas ponto de partida, mas também um ponto de chegada que lhe é *antevisto em termos de horizonte futuro e potencialidade*. Como ponto de partida, ele nos oferece base para compreender a historicidade dos sujeitos, a história de seu desenvolvimento psíquico e, com efeito, a formação de sua personalidade (Clarindo, 2024; Aita e Facci, 2024). Como ponto de chegada em termos de horizonte, a clínica também se configura como um meio que pode produzir desenvolvimento e saúde para os sujeitos. Nesse caso, o meio não é apenas passado, mas um presente vivo que transforma as relações, modificando o próprio curso da história do sujeito. Dessa forma, o sujeito afirma-se como ser ativo no processo, capaz de reorganizar sua consciência e agir sobre a realidade. Afinal, o espaço clínico também é meio.

5.3 A vivência (*perejivanie*) e o drama como *combustível* da trajetória clínica

Falar de ponto de partida e ponto de chegada implica pensar em uma trajetória. Certamente, a trajetória clínica é o nosso fio condutor; contudo, há um elemento vital que movimenta esse processo: a vivência (*perejivanie*). Quando Vigotski (1930/2018) afirma que a pedologia estuda a relação estabelecida entre a criança (em determinado momento específico do desenvolvimento) e o meio, ele estabelece que a vivência (*perejivanie*) é a unidade de análise que sintetiza essa relação. Ela é uma unidade indivisível que representa, por um lado, o meio, enquanto aquilo que é vivenciado, e, por outro, a personalidade da criança, no sentido de como isso é vivenciado subjetivamente.

Levando em consideração a discussão que o autor faz acerca do método da pedologia, há um avanço científico significativo em estudar o papel do meio através da vivência (*perejivanie*), pois ela evidencia as particularidades pessoais mobilizadas em cada situação. Assim, sob a ótica clínica, a vivência (*perejivanie*) constitui a unidade de análise da relação entre a pessoa atendida e seu meio, quer seja: a sua situação social de desenvolvimento. Somente pelas experiências vividas e narradas pelo sujeito, no espaço terapêutico, é possível compreender a tessitura de sua dinâmica psíquica.

O exemplo clínico das três crianças, anteriormente mencionado, é novamente retomado aqui pela riqueza de detalhes com que Vigotski o descreve, permitindo compreender de modo preciso como uma mesma situação social pode engendrar vivências singulares. No caso relatado pelo autor, as três crianças, filhas de uma mãe com transtornos nervosos, alcoólica e violenta, apresentavam diferentes distúrbios de desenvolvimento, ainda que compartilhassem o mesmo meio. A criança mais jovem desenvolveu sintomas defensivos, como enurese, gagueira e perda da voz,

sinalizando sua total impossibilidade de ação diante da situação. A segunda criança experimentava sentimentos ambivalentes em relação à mãe, oscilando entre amor e medo, admiração e terror, o que produzia intenso sofrimento psíquico. Já a terceira criança mostrava-se inibida, de *inteligência curta*, mas paradoxalmente apresentava traços de maturidade precoce, assumindo o papel de protetora dos irmãos e expressando compaixão pela mãe. Como abordamos anteriormente,

Vê-se facilmente que uma mesma situação do meio, um mesmo acontecimento que atinge diferentes pessoas que se encontram em etapas etárias distintas tem uma influência distinta sobre o desenvolvimento de cada uma delas. O que determina que as condições do meio exerçam três influências diferentes em três crianças distintas? Isso se explica pelo fato de que a relação de cada uma delas com os acontecimentos do meio é diferente. Ou, poderíamos dizer, cada uma das crianças vivenciou a situação de forma diferente... Então, a influência que a situação exerceu sobre o desenvolvimento das três crianças foi diferente em função do aparecimento, nas mesmas, de três vivências distintas acerca da mesma situação” (Vigotski, 1930/2018, p. 77).

Esse exemplo clínico, retomado por sua profundidade analítica, demonstra como a vivência (*perejivanie*) opera como categoria central para compreender a mediação entre o meio e a constituição subjetiva; elemento fundamental para uma clínica orientada pela Teoria Histórico-Cultural.

Por esse ângulo, a vivência (*perejivanie*) é a radicalidade do vivido. Ou melhor: a dramaticidade do conteúdo vivido que, como um prisma, reflete e refrata a influência do meio sobre uma determinada personalidade. Isso permite a Vigotski entender que a vivência (*perejivanie*), em termos de unidade de análise, é uma categoria analítica que

coloca a questão do sentimento no cerne do problema ontogenético. Por isso, reiteramos: o que interessa é a dimensão dramática daquilo que se vivencia. A morte, por exemplo, é um acontecimento cujo sentido varia conforme a idade da criança, pois, em cada etapa do desenvolvimento, ela apreende e elabora o significado dessa experiência em níveis diferentes de compreensão.

Sabemos, por exemplo, que acontecimentos tristes podem evocar sentimentos ambíguos e contraditórios, especialmente nas crianças, que muitas vezes não compreendem plenamente o significado da situação. Algumas, diante de um evento doloroso, podem rir ou reagir de modo aparentemente inadequado, não por insensibilidade, mas pela dificuldade de elaborar emocional e cognitivamente o ocorrido. Há casos em que a criança associa a morte ou a doença grave, por exemplo, a pequenos gestos cotidianos, como ganhar uma bala para se acalmar ou silenciar, conferindo ao acontecimento um sentido confuso e paradoxal. Assim, ela vivencia a perda como uma experiência permeada por contradições, em que o trágico e o banal se misturam em sua compreensão do mundo. (Vigotski, 1930/2018, p79).

Vigotski (1930/2018) explora esta questão e demonstra que, de forma geral, o significado atribuído socialmente à morte é negativo, apesar disso, o processo de internalização deste significado social transcorre ao longo do tempo e, portanto, os sentidos atribuídos pela criança também serão diferentes a depender de sua compreensão dos significados sociais, o que íntima relação com sua idade psicológica.

Por isso, ao longo do desenvolvimento os significados e sentidos não permanecerão estáticos. Pelo contrário, Vigotski (1930/2018) argumenta que é justamente pela relação dialética constituída entre a criança e o meio, marcado por

vivências dramáticas (*perejivanie*) que é possível compreender a formação da personalidade e a trajetória do desenvolvimento de uma dada subjetividade. “Tudo isso quer dizer que a influência de uma ou outra situação não depende apenas do seu conteúdo, mas também do quanto a criança a compreende ou lhe atribui sentido” (Vigotski, 1930/2018, p.80). Assim, ao longo do seu desenvolvimento, há um aprofundamento da consciência em relação a morte e morrer.

Para compreender melhor esse processo de aprofundamento da consciência, pensemos na atividade de ver um filme, por exemplo. Quando uma criança de 2, 7 ou 13 anos assiste ao mesmo filme, o seu grau de compreensão dos significados sociais explícitos e implícitos é diverso. Uma criança já escolarizada pode assistir a um filme sobre a Segunda Guerra Mundial compreendendo o que é este conflito, enquanto uma criança menor compreende apenas que há um conflito, mas não necessariamente o que ele representou historicamente. Ou ainda, pense em uma mesma pessoa que assiste a um filme cujo tema seja o divórcio. Apesar de a narrativa ser a mesma, ao fazê-lo com 18 e 30 anos, haverá diferença na compreensão desse fenômeno. Aos 18 anos, o divórcio pode ser visto como um rito socialmente estabelecido para fins de relacionamentos estáveis. Aos 30 anos, essa pessoa já vivenciou um divórcio com todas as suas nuances afetivas, atribuindo novos sentidos à experiência e ao filme que a aborda. Nesse movimento, as vivências são refratadas e reelaboradas pela consciência ao longo do desenvolvimento do indivíduo, constituindo assim os sentidos atribuídos ao mundo, às situações e às pessoas. Essas são questões centrais que devem ser consideradas no *fazer clínico*.

Capucci (2017) afirma que a vivência (*perejivanie*) é fundamental para a constituição da consciência, uma vez que se forma tanto a partir do que vivenciamos quanto dos sentidos que conferimos às nossas experiências. Além disso, ela pressupõe

um movimento ativo e transformador do sujeito, pois altera a dinâmica da sua consciência, tornando o social em individual. Por isso, a consciência é “a vivência das vivências” (Vigotski, 1929/2000); ela é a síntese do que se vive, sente e age na realidade.

Dessa forma, no contexto clínico, as narrativas dos sujeitos revelam as vivências (perejivanie) que constituíram sua consciência, bem como os sentidos que atribuem à sua realidade. Certamente, a história de vida do sujeito permite acessar, ainda que indiretamente, *o modo como o meio incide sobre o desenvolvimento da consciência*.

A pesquisa de Moraes (2024) explicita essa relação. No estudo, são apresentadas oito mulheres usuárias de álcool e/ou cocaína, cuja experiência de vida tinha um aspecto em comum: a opressão patriarcal. A autora demonstra que alguns atravessamentos sociais coincidiam em suas vidas, tais como serem mulheres de baixa escolaridade e trabalhadoras da área de cuidados domésticos, como cozinha e limpeza. Ainda que as narrativas fossem singulares, a pesquisa demonstrou que o uso de drogas surge em suas vidas como uma resposta à opressão patriarcal, já que uma das participantes relata:

Eu mesma, antes de vim pra cá eu nunca tinha colocado um álcool na boca. Toda minha juventude nunca bebi. Mas depois que eu casei, que o homem começou a beber, família, pronto! Sabe? Eu trabalhando, ele ficava em casa pros bar. Sabe que isso aí me revoltou? Eu disse: quer saber de uma? Tem que se junta com o inimigo, se não pode com ele, junte-se a ele. Ai, pronto! Comecei. (Maria). (Moraes, 2024, p. 298).

De acordo com Moraes (2024), essa narrativa capta a origem do sofrimento psíquico e da violência sofrida por essas mulheres: o ambiente doméstico. Ora, se socialmente o trabalho doméstico e, essencialmente, as relações familiares, por meio do

casamento, são papéis sociais atribuídos às mulheres, é nesse âmbito que se constituem as atividades centrais e, portanto, a produção de sua subjetividade. Contudo, há no imaginário social a ideia equivocada de que o ambiente doméstico, por ser um espaço de *cuidado*, promove segurança para as mulheres. A pesquisa demonstra que esse ambiente, ao contrário, reproduz violência e opressão, levando-as a buscar no uso de drogas formas de contornar o sofrimento; seja pelo alívio, pela necessidade de construir relações afetivas ou até mesmo pelo desejo de liberdade. Assim, “o consumo de drogas colocava-se em um momento de crise no qual as exigências patriarcais se chocavam com as novas necessidades criadas, de superação de tais opressões e vontades de viver a vida de outra maneira” (Moraes, 2024, p. 314).

Moraes (2024) ainda aponta como, diante de uma realidade contraditória, tais mulheres escolhiam, dentro das possibilidades ao seu alcance, reconfigurar a própria vida e contornar o sofrimento causado pela violência. Nesse sentido, a análise clínica das narrativas dos sujeitos nos permite apreender o papel do meio na constituição da consciência, bem como os dramas que compõem a dinâmica psíquica. Dessa maneira, a vivência (*perejivanie*) não é apenas uma experiência narrada pelo sujeito: é uma experiência contraditória e conflitiva que o mobiliza e transforma. Quando Maria questiona “o que fazer diante do inimigo?” (Moraes, 2024, p. 314), formula uma questão genuinamente dramática.

Assim temos que a práxis clínica é tecida por narrativas que expressam a vida dos sujeitos; vidas atravessadas por dramas. Para Capucci (2017), apoiada em Vigotski (1929/2000) esse drama emerge do choque entre sistemas psicológicos, quando os múltiplos papéis sociais que uma pessoa encarna (mãe, esposa, profissional, mulher) entram em conflito. A vivência (*perejivanie*) está no cerne desses choques, sendo uma experiência vivida que impõe escolhas e pode redirecionar o curso da vida.

Outrossim, a dinâmica dramática do psiquismo explica a formação da personalidade na perspectiva vigotskiana, pois o autor compreende que a personalidade é a encarnação do conjunto das relações sociais, constituindo-se sempre na dialética entre o eu e o outro, entre a vida interna e a externa (Capucci, 2017). Ou seja, o psiquismo é dramático. Dessa maneira:

Admito que pode haver muitos operários mais avarentos do que um burguês. A essência da questão reside em não deduzir um papel social a partir do caráter, mas em que, a partir de um papel social, é criada uma série de ligações de caráter. O tipo social e de classe de uma pessoa se forma a partir dos sistemas que são introduzidos na pessoa de fora, sistemas de relações sociais entre pessoas que se transferem para a personalidade (Vigotski, 1930/2023, p. 208).

Como o autor aponta na citação, esse choque de sistemas ocorre dentro de uma dimensão sistêmica do psiquismo (Vigotski, 1929/2000).

5.3. A dimensão sistêmica e semântica do psiquismo: considerações para uma clínica da Teoria Histórico-Cultural

No texto “Sobre os Sistemas Psicológicos”, Vigotski (1930/2023) propõe que a estrutura do psiquismo é um sistema de funções psicológicas superiores que se transformam e se reconfiguram ao longo do desenvolvimento. Ele enfatiza que as mudanças psicológicas não ocorrem nas funções isoladamente, mas nas relações estabelecidas entre elas na relação com as práticas sociais. Dessa forma, o que muda, o que surge de novo no processo do desenvolvimento humano, são os nexos causais desse sistema, que se tornam progressivamente mais complexos, impulsionando o aprofundamento da consciência, como apontado anteriormente.

A ideia principal (uma ideia extremamente simples) consiste em que, no processo de desenvolvimento e, em particular, do desenvolvimento histórico do comportamento, alteram-se não tanto as funções, como havíamos estudado antes (esse foi nosso erro), não tanto a estrutura delas, não tanto seu sistema de movimento; o que se altera e se modifica são as relações, as ligações das funções entre si, surgem novos agrupamentos, antes desconhecidos no estágio precedente. Portanto, a diferença essencial na passagem de um estágio a outro é com frequência não uma alteração intrafuncional, mas interfuncional, uma alteração das relações interfuncionais, da estrutura interfuncional (Vigotski, 1930/2023, p. 179).

Para explicar este processo de constituição dos sistemas psicológicos, Vigotski (1930/2023) identifica duas linhas de investigação que apontam as evidências dessa dinâmica estruturante da consciência: uma ontogenética, ao tratar da formação dos conceitos na idade de transição, e outra patológica, ao discutir o problema da desagregação das funções psicológicas na esquizofrenia. Optamos por desdobrar aqui a segunda linha de investigação, por se tratar das formas de alteração da formação do psiquismo e, portanto, dos aspectos que tangem os processos de saúde e adoecimento. Vigotski (1930/2023) afirma que:

A esquizofrenia e a idade de transição estão em relação inversa. Na esquizofrenia, observamos a desagregação das funções que estão sendo construídas na idade de transição e, apesar de se encontrarem a certa altura, o movimento delas é absolutamente inverso. Na esquizofrenia temos, do ponto de vista psicológico, um quadro enigmático, e mesmo entre os melhores clínicos contemporâneos não encontramos uma explicação para o mecanismo da formação do sintoma; não é possível mostrar por qual caminho esses sintomas

emergem Contudo, o cerne da questão consiste aqui menos nas alterações intelectuais e afetivas do que nas ligações violadas que existem (Vigotski, 1930/2023, p.198 e 199).

Do ponto de vista do desenvolvimento psicológico, é na adolescência (ou, como o autor denomina, na idade de transição) que se forma a autoconsciência. É por meio dela que somos capazes de refletir sobre nossas ações, sobre o seu significado social e, ao mesmo tempo, o seu sentido pessoal (Vigotski, 1930/2023). Além disso, é nesse momento que o adolescente passa a pensar por conceitos científicos. Em suas palavras:

Mantendo essa ordem de organização e partindo dos sistemas psicológicos inferiores para a formação de uma ordem cada vez mais elevada, chegamos aos sistemas que constituem a chave para todos os processos de desenvolvimento e desagregação: trata-se da formação de conceito, uma função que amadurece e se define pela primeira vez na idade de transição (Vigotski, 1930/2023, p. 193).

Na esquizofrenia, portanto, os sintomas apontam para a desagregação dos sistemas psicológicos mais complexos, organizados ao longo do desenvolvimento como resultado da vida coletiva. Esse mecanismo de desagregação envolve um paradoxo clínico: enquanto alterações orgânicas graves podem produzir consequências psicológicas insignificantes, a esquizofrenia provoca uma mudança radical nas ações e na conduta do sujeito. Isso ocorre porque o problema não reside em um prejuízo orgânico e localizado de determinadas funções específicas, mas na ruptura dos sistemas psicológicos complexos, os quais se formam a partir de ligações historicamente construídas e não previamente determinadas pela estrutura cerebral (Vigotski, 1930/2023).

Na esquizofrenia, a desagregação das funções psicológicas superiores afeta profundamente a personalidade, o que se manifesta por meio de sintomas específicos. O primeiro deles é o embotamento afetivo, isto é, as emoções passam a *funcionar* de maneira bastante comprometida. Isso ocorre porque o pensamento por conceitos se desorganiza radicalmente e, conseqüentemente, seus nexos causais, suas decisões e formas de ação são atravessados pela perda das conexões interfuncionais que até então estavam organizadas. Essa ruptura nas relações entre as funções psíquicas evidencia que o núcleo da patologia, como sinalizamos anteriormente, não reside apenas em um déficit funcional isolado, mas na desestruturação do próprio campo semântico da consciência. Em outras palavras, as questões relacionadas à esquizofrenia estão diretamente ligadas ao problema central do significado.

Com a publicação do texto “O Problema do Desenvolvimento e da Desagregação das Funções Psicológicas”, quatro anos depois, Vigotski (1934/2023) aprofunda essa hipótese sobre a formação social da consciência a partir da constituição dos sistemas psicológicos. Corroborando suas análises anteriores sobre esquizofrenia e o pensamento por conceitos, o autor destaca aqui a natureza semântica da consciência:

Os dados da história do desenvolvimento da linguagem, a análise de seu funcionamento na consciência desenvolvida e os dados clínicos do campo da patologia da linguagem mostram que a situação é diversa, que junto da palavra é introduzido na consciência humana um novo *modus operandi*, um novo modo de ação. Em que consiste esse novo? Nossas modestas pesquisas experimentais da época concluíram que, do ponto de vista psicológico, o mais essencial para a palavra é a generalização, o fato de que todo significado da palavra designa não um objeto único, mas um grupo de coisas (Vigotski, 1934/2023, p. 275).

Aqui, Vigotski destaca que a linguagem cumpre uma função central da atividade consciente relacionada à generalização e abstração. E, quando observamos uma criança falando, por exemplo, estamos vendo somente o efeito externo de um processo intrapsicológico extremamente complexo. Afinal,

O modo generalizado de refletir a realidade na consciência, que é introduzida pela palavra na atividade cerebral, é o outro lado do fato de que a consciência humana é uma consciência social, uma consciência que se forma na comunicação (Vigotski, 1934/2023, p. 277).

Essa conclusão leva Vigotski (1934/2023) a demonstrar como diversas patologias clínicas afetam o campo da generalização. Elas, então, comprometem todo o sistema psicológico, pois a linguagem cumpre esta função organizadora da consciência.

No que tange à desagregação das funções psíquicas superiores, Vigotski (1934/2023) problematiza as teorias localizacionistas de sua época, demonstrando que uma mesma lesão cerebral pode produzir consequências distintas em crianças e adultos. Uma lesão que provoca deficiência visual em crianças pequenas pode levar à deficiência mental, enquanto a mesma lesão em adultos preserva as funções psíquicas superiores. Isso ocorre porque, na criança pequena, as funções psicológicas superiores ainda estão em formação e, diante de uma deficiência orgânica, torna-se imprescindível oferecer mediadores que *compensem* a limitação orgânica, possibilitando o desenvolvimento da consciência. A agnosia ótica é um exemplo de desagregação. No adulto, ela geralmente envolve o comprometimento da percepção de objetos e dos centros visuais inferiores, mas as funções de raciocínio e os conceitos superiores podem permanecer preservados, servindo como meio de compensação do defeito (Vigotski,

1934/2023). Mas em crianças, o comprometimento pode ser bem importante.

Considerando a função da linguagem – particularmente sua dimensão comunicativa, que não pode ser negligenciada –, é por meio dela que se torna possível acessar o campo semântico do sujeito, apreendendo suas generalizações, seus modos de significar e a forma como se apropria da realidade. É justamente nesse movimento de produção de significados, mediado pela palavra, que se funda a relação terapêutica. A clínica, nesses termos, pressupõe uma relação essencialmente social entre o sujeito atendido e o psicoterapeuta, na qual a linguagem opera simultaneamente como ponte e fronteira, aproximando e distanciando esses dois sujeitos.

Em outras palavras, a clínica configura-se como um lócus de produção de vivências, onde o sujeito revive suas experiências de vida, mobiliza seus conflitos, elabora seus dramas e reflete sobre o próprio sofrimento, alterando seu próprio funcionamento psíquicos em termos sistêmicos. A diferença entre a clínica e a vida é que, na clínica, esse processo é intencionalmente planejado e mediado pelo psicoterapeuta. Mas, afinal, como esse processo se realiza concretamente na relação terapêutica?

5.4 Comentários gerais sobre o caso O.: caderno de notas

Em um caderno de notas³ dedicado ao estudo da desintegração do psiquismo e da esquizofrenia, datado de 1932, Vygotsky (1932/2018) apresenta o caso da paciente “O.”, uma mulher esquizofrênica que trabalhava nos correios. Ela relata acreditar ter perdido uma correspondência, o que, para a época, tinha implicações graves, como pena

³ A publicação dos cadernos de notas de Vigotski ocorreu de forma póstuma em um projeto de Ekaterina Zavershneva e René van der Veer em conjunto com a família do autor, com o intuito de realizar uma curadoria das diversas anotações dos trabalhos de Vigotski que não estavam preparados para publicação mas que poderiam conter importantes elaborações a respeito da construção teórica de Vigotski. Nesse sentido, as notas tratam-se de um conjunto de anotações selecionadas como relevantes, incluindo notas clínicas. (Vygotsky, 2018b).

de morte. Sua narrativa coloca essa perda como uma tragédia, e Vigotski (1931/2018) analisa que há, na realidade, uma catástrofe semântica, pois não havia pacote algum para ser levado; a crise de O. era composta por elementos fantasiados.

De fato, sua narrativa revelava que ela fora ordenada *a não ir à sede*, mas, num automatismo, foi *buscar um pacote que nunca existiu*. Diante dessa situação contraditória *ser ordenada para ir a sede e buscar um pacote inexistente*, que ela crê ter perdido, O. se vê diante de um profundo colapso que desorganiza todo seu sistema psicológico, provocando uma fusão de significados, uma verdadeira confusão. Sobre isso, Vigotski analisa o caso em suas notas:

Na sede, não havia nenhum pacote; isso significa que não fazia sentido ir à sede, foi *autistische Wunscherfüllung* durante meia hora. Além disso, não há lugar para ilusões, mas não haver nenhum pacote significa (cf. ponto 2) uma catástrofe: esse é o verdadeiro motivo, mas em vez disso, outro é substituído (a fusão global de motivos) – o medo de perder o pacote que se acumulou ao longo dos anos. Assim, a perda do pacote tem um duplo significado e um é substituído pelo outro: a ilusão da viagem à sede continua – fica claro que não há pacote porque ele foi levado embora. O significado de toda a cena é: teria sido melhor se eu o tivesse perdido! Assim, a reação de substituir o significado ajuda na repressão, mas é como sair da frigideira para cair no fogo, pois essa reação significa: o que eu temia aconteceu: execução pela perda do pacote. Ou seja, a perda do pacote significa: a pior coisa aconteceu; agora estou perdida. A perda do pacote significa: tudo desabou, assim como as paredes desabam (Vygotsky, 1931/2018, p. 337 e 338 - tradução nossa).

Por meio dessa análise semântica, chega-se a um paradoxo: de um lado, a

mulher se comporta como se tivesse perdido uma correspondência, mas sua reação está, na verdade, relacionada a outra situação; a redução do seu salário. Dessa forma, “uma situação imaginária (parecer: um motivo falso) é colocada entre a situação (ser: o motivo genuíno) e a reação, como o aspecto decisivo. Ou seja, uma reação a quê?” (Vygotsky, 1932/2018, p.338, tradução nossa). Diante do choque com a realidade de não haver nenhum pacote a ser buscado, cria-se uma situação imaginária, a perda do pacote como significado simbólico da perda salarial.

A análise deste caso revela que o raciocínio clínico de Vygotski (1932/2018) busca compreender a contradição presente na narrativa de sua paciente, fazendo uma clara oposição entre a forma e o conteúdo do que é dito, além disso releva as relações que levantamos anteriormente a dimensão dramática da vivência (*perejivanie*) e como ela afeta o sistema psicológico superior. O conteúdo da fala de O. aponta para a perda de algo, mas a forma desloca-se para uma situação imaginária, que seja: a perda de um pacote e não, necessariamente, da perda salarial. O choque diante da realidade desorganizou seu sistema psicológico de modo que, em seu surto, uma situação imaginária foi criada para dar lugar aquilo que desabou.

Isso nos permite supor que talvez esse seja um caminho profícuo para analisar e intervir no contexto clínico. Mais do que elaborar múltiplas técnicas ou instrumentos de intervenção, trata-se de iniciar uma análise semântica da narrativa do sujeito, buscando suas generalizações e cadeias de sentido, evidenciando não apenas o conteúdo, mas também a forma como as questões são narradas. A partir daí, é possível compreender a dinâmica psíquica que, no contexto clínico, aparece em estado de adoecimento, revelando as contradições que mobilizam o sujeito a olhar para seus dramas e, assim, produzir novas rotas *desenvolvimentais*, na medida que, ao tomar consciência de seus dramas, pode dialeticamente emancipar-se deles.

No caderno de notas “Psicologia é uma ciência” (Vygotsky 1933/2018), Vygotsky (1933/2018) oferece pistas sobre sua compreensão do que seja *produzir saúde*. Para Vigotski, a consciência, enquanto objeto de estudo, só pode ser analisada enquanto consciência de alguém ou de algo, materializada na vida e nas relações sociais. Assim, ter consciência é ser consciente, de modo que

A clareza pertence à natureza da consciência, assim como pertence à natureza da luz. Cf. a ofuscação da consciência, estados obscuros e crepusculares da consciência.... O desenvolvimento de conceitos, afetos e vontade passa por estágios de clareza crescente: a consciência se desenvolve de uma experiência accidental, cega e nebulosa para uma clareza excelente (solar). A consciência é luz. (Vygotsky, 1933/2018, p.375, tradução nossa).

Partindo desse pressuposto, quanto mais consciência o sujeito tem da sua realidade, dos papéis sociais que cumpre e das contradições que o atravessam, mais consciente se torna e pode de certa forma agenciar, dentro de determinadas condições históricas, suas decisões (Delari Junior, 2012). Nessa direção, podemos deduzir que a consciência está ligada à ideia de liberdade.

A liberdade, em Vigotski, envolve a vida concreta e as possibilidades de imaginar outras vidas e horizontes possíveis de sociedade, por isso ela nada tem a ver com a ideia metafísica de contemplação (Sawaia e Silva, 2015). A liberdade, nesses termos, é vista como algo novo, que transcende as fronteiras da vida presente e se orienta para o porvir.

Vigotski (1933/2018, p. 374) ao dizer que “a liberdade não se encontra na planície; não é acessível e ao alcance de todos. Não se encontra no início, mas no fim do caminho de uma pessoa. É inacessível para a criança. Não se encontra nas profundezas,

mas nos cumes da mente”, está justamente enfatizando que somente pelo desenvolvimento histórico dos sistemas psicológicos é possível tornar-se consciente e, portanto, livre. Sobre isso Sawaia e Silva (2015, p. 357) comentam:

liberdade... não é um princípio abstrato de liberdade ou livre arbítrio, não é também a afirmação do indivíduo contra constrangimentos sociais. Liberdade e determinação não são excludentes, ao contrário não há o humano fora da história. O homem como totalidade só se humaniza na história. Para que essa relação dialética não se cristalize em causalidade mecânica, a vida deve ser uma criação constante, um ritual estético que surge não da tendência para a satisfação de pequenas necessidades contingenciais, mas do desejo de liberdade.

Nesse sentido, a psicologia, enquanto ciência (e, mais especificamente, no espaço clínico), constitui o locus privilegiado em que os sujeitos podem escolher seus caminhos, mesmo se reconhecendo como historicamente determinados. Isto, de tudo, parece um paradoxo, mas na práxis clínica, envolve um processo de conscientização que aparece como objetivo terapêutico. Assim temos que o psicoterapeuta intervém com o intuito de que o sujeito compreenda as dimensões culturais, sociais e históricas que atravessam suas vivências para superá-las na direção da liberdade.

As mediações do psicoterapeuta são direcionadas ao processo de formação da consciência do sujeito, incluindo sua autoconsciência, ou seja, à formação de sua compreensão em relação ao mundo e a si mesmo. O psicoterapeuta busca desvelar as raízes do processo de construção do sofrimento psíquico e demais demandas, indo além de sua mera manifestação aparente (Aita e Facci, 2024, p. 99).

O processo terapêutico, então, sistematiza as reflexões do sujeito sobre suas vivências, o que lhe permite maior capacidade de ação sobre seus

dramas, desenvolvendo sua autonomia. Aita e Facci (2024) destacam que essa ampliação da ação do sujeito não pode ser analisada de forma isolada e individual. A concepção vigotskiana já aponta essa contradição: ser livre é agir sobre o meio e, com efeito, sobre os outros e com os outros. Dessa maneira, as reflexões produzidas no processo psicoterapêutico devem possibilitar que o indivíduo se envolva coletivamente, visando transformar não somente sua vida individual, mas também as bases sociais que produzem sofrimento (Aita e Facci, 2024). Nessa perspectiva, a atuação na práxis clínica está intrinsecamente ligada

Ao desenvolvimento e à emancipação humana, apontando para a superação dos processos alienantes e de exploração, em sua maioria, adoecedores, próprios da sociedade capitalista. A atuação do psicólogo deve somar forças para a construção de projetos coletivos de transformação da sociedade e da construção de uma vida mais plena de sentido (Aita e Facci, 2024, p. 107).

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que a práxis clínica, ainda que profundamente comprometida com as questões sociais, não pode, de forma isolada, transformar a realidade. Afinal, como propõe a teoria marxiana, as mudanças radicais das estruturas sociais se dão no cerne da luta de classes. Apesar disso, a clínica pode potencializar os processos de desenvolvimento da consciência dos sujeitos, tornando-os mais capazes de se libertar dos seus grilhões.

Para Vigotski (1930/2023), as forças produtivas de uma sociedade criam o seu tipo de homem, a sua estrutura psíquica; algo amplamente discutido neste capítulo. Para além disso, o autor mostra que, assim como pelas contradições sociais pode-se criar uma sociedade, é também pelas contradições impostas pelo meio que se pode criar um

novo tipo de ser humano.

Se inicialmente o sujeito se converteu em fração, em executor de uma função parcial, um apêndice vivo da máquina, no final, as próprias necessidades da produção exigem um ser humano ativo, desenvolvido em todos os sentidos, capaz de alterar as formas de trabalho, organizar o processo produtivo e dirigi-lo. Qualquer que seja o traço particular determinante do tipo psicológico do ser humano que se tome, seja em um período inicial ou posterior do desenvolvimento do capitalismo, veremos em toda parte o significado duplo, o caráter duplo de todos os momentos decisivos. Aquilo que para a forma capitalista de produção é fonte de degradação da personalidade, por si mesmo, contém possibilidades de desenvolvimento infinito da personalidade (Vigotski, 1930/2023, p.169).

Na contemporaneidade, a intensificação do sofrimento psíquico decorre das condições impostas por uma estrutura neoliberal que precariza, intensifica e explora o trabalho humano (Almeida, 2023). Assim, a elaboração vigotskiana soa *quase profética* se considerarmos que, no contexto neoliberal, o empreendedorismo, a uberização e a pejetização do trabalho surgem como formas ideológicas de alienação da condição ontológica do trabalho. Isto é, a capacidade de ser ativo, produtivo, de organizar e conduzir o próprio trabalho, gerando sentido, é capturada pela necessidade de *ser produtivo, ser bem-sucedido*. Em última instância, há uma clara tentativa de capturar a capacidade criadora e transformadora do ser humano (Mendonça, 2018; Silva e Magiolino, 2024).

No bojo dessa questão, a ciência psicológica e surge, historicamente, como mantenedora desse sistema, buscando adaptar os sujeitos para torná-los mais produtivos. E mesmo quando o *social* é mencionado, não há clareza sobre o papel desse

aspecto nas formulações teóricas. Contudo, assim como é do veneno da cobra que se faz o antídoto, é no centro dessa crise que emerge uma clínica Histórico-Cultural; uma clínica do desenvolvimento humano, em seu caráter histórico, social e, sobretudo, revolucionário.

Capítulo 06: Considerações Finais

Certa vez, em uma conversa informal com uma colega de trabalho, fui questionada se, em minha prática como psicóloga clínica, eu tinha a sensação de estar adaptando os sujeitos ao modelo de normalidade socialmente esperado. Prontamente, eu disse que não, e ela me respondeu que, apesar do senso crítico, às vezes sentia que isso era inevitável na prática clínica. Esse diálogo me marcou profundamente e, talvez, represente o núcleo central do presente trabalho: a necessidade de pensar uma práxis clínica emancipadora.

A tese central do trabalho em questão argumenta que a Teoria Histórico-Cultural, fundamentada no materialismo histórico-dialético, não se configura apenas como mais uma abordagem no mosaico das psicologias. Pelo contrário, a proposta aqui defendida é a de que essa teoria contribui fundamentalmente para a superação dialética da fragmentação que define a ciência psicológica, oferecendo as bases teórico-metodológicas para a construção de uma práxis clínica crítica e transformadora.

Para analisar essa questão, aponta-se a necessidade de recuperar o desenvolvimento histórico da clínica psicológica como forma de compreender por que a teoria Histórico-Cultural desponta no campo da psicologia clínica neste contexto histórico que vivenciamos. No processo de desenvolvimento histórico da clínica, Figueiredo e Santi (2010) afirmam que, na modernidade, a ciência psicológica se

constituiu para responder a um sujeito cuja experiência psíquica foi historicamente apartada da vida social. A subjetividade privatizada consistiu no fenômeno de olhar para o indivíduo isoladamente, desconsiderando o modelo societal que o determina (Figueiredo e Santi, 2010). Nesse sentido, ao analisar o surgimento das psicologias tradicionais, nota-se que, epistemologicamente, essas abordagens são insuficientes para lidar com as contradições da vida real, especialmente no caso de sujeitos atravessados por diversos tipos de opressão. Contudo, a crítica a esses modelos hegemônicos de psicologia não visa ao descarte simplista, mas à compreensão dialética das razões que fundamentam tal questão epistêmica.

Essa limitação produz uma cisão aparentemente intransponível entre a psicologia clínica, focada no indivíduo, e uma psicologia social de base marxista, que analisa as estruturas sociais. Essa divisão torna a aplicação de uma perspectiva marxista na prática clínica algo inviável. Diante desse dualismo irreduzível, que fragmenta o sujeito entre uma dimensão “interna” e uma “externa”, a obra de Vigotski emerge como um projeto revolucionário para o desenvolvimento de uma Psicologia Geral capaz de superar tal fragmentação.

A obra vigotskiana, sendo então um desenvolvimento da psicologia (Clot, 2006), parece oferecer construtos teórico-metodológicos para uma práxis clínica, mas faz-se necessário examinar os esforços contemporâneos nessa direção. Considerando isso, a revisão sistemática da literatura realizada buscou pesquisas dos últimos dez anos (2013-2023), selecionando quinze trabalhos que, em síntese, abordaram diversas questões importantes sobre a problemática que envolve a clínica.

Há, primeiramente, um consenso em torno da superação do modelo adaptativo de psicoterapia. O objetivo não é mais o ajuste do indivíduo à sociedade, mas promover

a conscientização, produzindo novos sentidos subjetivos e a capacidade de agir para transformar a realidade que lhe causa sofrimento. Ao tratar do papel dos psicólogos, as divergências aparecem. Algumas pesquisas compreendem o psicólogo como mediador (Clarindo, 2020; Kahhale e Montreozol, 2019a), enquanto Faria (2023) afirma que o outro não é propriamente uma fonte de mediação, sendo os instrumentos e signos os responsáveis por mediar a relação do sujeito com a realidade. Nesse sentido, a linguagem, manifestada no diálogo, é identificada como o principal meio de trabalho para acessar e reorganizar a consciência. Além disso, a consciência é consistentemente apontada como o objeto de trabalho da clínica.

A lacuna identificada na literatura demonstra, portanto, a necessidade de aprofundar a análise da obra vigotskiana, principalmente em seus textos pedológicos, pois esse retorno às fontes originais é fundamental para resgatar conceitos ainda pouco explorados que podem oferecer uma fundamentação metodológica mais sólida para a práxis clínica. Desse modo, o método de pesquisa adotado caracterizou-se nesta pesquisa pelo seu esforço teórico e conceitual. Inspirada no próprio método explicativo de Vigotski (1930/2018), a investigação objetivou sistematizar categorias que pudessem fundamentar a práxis clínica contemporânea.

Por meio da análise da obra vigotskiana em interlocução com produções contemporâneas, conclui-se que a superação dialética da crise da psicologia passa pela construção de uma clínica Histórico-Cultural, não de forma mecanicista ou como mera sobreposição de ideias, mas como emergência da realidade concreta de transformações profundas no campo da psicologia. Nessa perspectiva, uma clínica Histórico-Cultural tem como finalidade a conscientização e a produção da autonomia subjetiva por meio da experiência compartilhada no espaço terapêutico.

Apesar disso, a pesquisa demonstrou limitações no que tange aos aspectos do tema que permeiam a formação inicial e continuada em psicologia bem como a aplicação prática desta clínica. Dessa forma, faz-se necessário promover uma agenda de pesquisas que abordem tais nuances da práxis clínica Histórico-Cultural, sendo elas: compreender as diferenciações entre atuação com crianças, adolescentes, adultos, idosos e casais; analisar o efeito mercadológico do surgimento da clínica Histórico-Cultural na formação inicial e continuada em psicologia; ampliar o campo de atuação da clínica Histórico-Cultural para diversos contextos brasileiros ligados à aplicação das políticas públicas do SUS e do SUAS e, por fim, apreender as relações que destes processos com o aprofundamento da crise da psicologia, pensando na pertinência (ou não) da construção de uma psicologia geral na atualidade.

Assim, a clínica Histórico-Cultural, compreendida como um meio intencionalmente organizado para promover o desenvolvimento, tem o potencial de ser uma *clínica do coletivo* na direção da emancipação subjetiva, pois ao fortalecer a capacidade dos sujeitos de compreenderem e transformarem suas próprias vidas, ela contribui não apenas para a transformação individual, mas também para a potencialização desses sujeitos na luta coletiva por uma transformação social mais ampla e justa.

7. Referências

Alves, W. F. (2021) Trabalhar adoece? Retorno sobre algumas questões fundamentais na relação entre trabalho e saúde. In: Silvia Zanolla; Leon Crochick. (Org.). Trabalho, Racionalidade, Adoecimento. 1ed.Campinas: Mercado de Letras, v. 1, p. 72-89.

Aita, E. B; Tuleski, S. C. (2021) O conceito de inconsciente para Vigotski: primeiras aproximações. Fractal: Revista de Psicologia , v. 33, n. 2, p. 62-71, maio-ago. Doi:

Aita E. B; Facci, M. G. D. (2024) Psicoterapia: Possibilidades de Atuação do Psicólogo a Partir da Psicologia Histórico-Cultural. In: (Orgs) Facci, M. G. D; Filho, A. M; Firbida, F. B. G. Pesquisas e Práticas sobre o Sofrimento e Adoecimento com fundamentos na Psicologia Histórico-Cultural. Appris Editora, Curitiba, PR.

Almeida, M. R. (2018) A formação social dos transtornos de humor. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Botucatu.

Almeida, M. R. (2023) A gênese histórico-social da depressão e da bipolaridade. In: (Orgs) Bellenzani, R; Peixoto, B. P. Psicologia Histórico-Cultural na Universidade (volume II): saúde mental, sofrimento psíquico e psicopatologia. Editora UFMS.

Almeida, J. R; Sousa, T. R. M. (2022) Grupo de ginástica na estratégia saúde da família: experiências à luz da clínica histórico-cultural. Motrivivência, (Florianópolis), v. 34, n. 65, p. 01-21, 2022. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 2175-8042. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e87192>

Anache, A. A. (1997). *Diagnóstico ou inquisição?: Estudo sobre o uso do diagnóstico psicológico na escola* (Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Araújo, S. F. (2005) Wilhelm Wundt e o Estudo da Experiência Interna. In: (Orgs)

Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L; Portugal, F. T. História da Psicologia: rumos e percursos. Nau Editora, Rio de Janeiro.

Aquino, P. M; Toassa, G. (2019) Apontamentos sobre a pedagogia de Vigotski: alguns conceitos importantes em seu contexto histórico. Obutchénie: R. de Didat. e Psic. Pedag; v.3, n.2, p.1-19, maio/ago. Uberlândia, MG.

Bastos, A. V. B; Oliveira, I. F; Soares, I. S. D. (2022) O Trabalho em Psicologia: em que Áreas de Trabalho nos inserimos? In: (Org.) Bastos, A. V. B. Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar para o presente para construir o futuro, Volume 2: condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social / Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília.

Bianchi, B. D. (2023) Psicologia Soviética e Patopsicologia Experimental: Busca por uma compreensão materialista-dialética da loucura. In: (Orgs) Costa, P. H. A. O Marxismo e a Loucura. São Paulo: Lavrapalavra.

Bianchi, B. (2023, 14 de novembro). Prolegômenos a uma teoria psicoterapêutica materialista histórico dialética. Medium (Psicologia MHD). Recuperado de <https://medium.com/psicologia-mhd/b-d-bianchi-proleg%C3%B4menos-a-uma-teoria-psicoterap%C3%AAutica-materialista-hist%C3%B3rico-dial%C3%A9tica-8e97658e6710>

Bueno, L. D. (2020) Clínica e psicoterapia a partir de Vigotski: um ensaio teórico-prático. Trabalho de conclusão de curso. (Residência Multiprofissional) –

Universidade Federal de Alagoas.

Buys, R. C. (2005) A Psicologia Humanista. In: (Orgs) Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L; Portugal, F. T. História da Psicologia: rumos e percursos. Nau Editora, Rio de Janeiro.

Bock, A. M. B; Furtado, O; Teixeira, M. L. T. (1997) Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva.

Braun, V; Clarke, V. (2006): Using thematic analysis in psychology, *Qualitative Research in Psychology*, 3:2, 77-101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Calgaro, R. M. P, Silva, D. N. H, Abreu, F. S. D. (2025). Contribuições de Vigotski para a Psicologia Clínica: uma análise histórica e epistemológica. *Horizontes*, 43(1), e023204. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v43i1.2004>

Camargo, A. J. (2015) Prática clínica no atendimento à síndrome de Asperger com diagnóstico tardio: uma proposta em psicologia sócio-histórica. Dissertação (Mestrado em psicologia. – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Canguilhem, G. (1973). O que é a psicologia? *Tempo Brasileiro*, 30-31, 104-123.

Canguilhem, G. (2005) Escritos sobre a Medicina. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005.

Canguilhem, G. (2006) O normal e o patológico. 6aed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Capucci, R. R. (2017) Perejivanie: um encontro de Vigotski e Stanislavski no limiar entre Psicologia e Arte. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília.

Clarindo, M. J. (2020) Clínica Histórico-Cultural: caracterizando um método de atuação em psicoterapia. Tese (Doutorado em psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE.

Clarindo, M. J. (2024) O Tripé Interventivo da Clínica Psicoterápica Histórico-Cultural: Historicidade, Conscientização e Instrumentalização. In: (Orgs) Facci, M. G. D; Filho, A. M; Firbida, F. B. G. Pesquisas e Práticas sobre o Sofrimento e Adoecimento com fundamentos na Psicologia Histórico-Cultural. Appris Editora, Curitiba, PR.

Coelho, G. G; Arruda, A. C. C; Carneiro, A. L. F; Lima, E. S. Barros, J. H. O. (2020) Uma proposta Histórico Cultural do fazer clínico: relato de experiência em oficinas terapêuticas. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 56, p.<223-245>, jan./jun.

Clot, Y. (2006) Vygotsky: para além da Psicologia Cognitiva. Pro-posições, v 17, n 2, maio/ago.

Clot, Y. (2014) A consciência como relação. Ramos, M. A. B Tradução. Psicologia & Sociedade, 26(n. spe. 2), 124-139.

Carvalho, B. P; Camargo, A. F. B. T; Palhuzi, B. C. C; Jesus, N. B. (2021) A Interpretação da crise da psicologia da década de 1920 por Politzer e Vigotski. In: (Orgs) Bellenzani, R; Carvalho, B. P. Psicologia Histórico-Cultural na Universidade: pesquisas implicadas. Ed. UFMS, Campo Grande, MS.

Cruz, M. N. (2002) Imaginação, conhecimento e linguagem: uma análise de suas relações numa perspectiva Histórico-Cultural do desenvolvimento Humano. Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas.

Delari Junior, A. (2006) Clínica Vygotskyana: fragmentos e convite ao diálogo. Curitiba/Pr: Produção independente, 2006.

Delari Junior, A. (2012) O sujeito e a clínica na psicologia Histórico-Cultural: diretrizes iniciais. Umuara- PR. Disponível em: <http://www.vigotski.net/clinica-ufms.pdf>

Dias, M. H. S. S. M. (2005) A Psicologia Sócio-Histórica na Clínica: Uma Concepção Atual Em Psicoterapia. Revista da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro–SPTM, 9(1), 67-77.

Djonga, (2025) Ponto de Vista [Faixa de Álbum] Em Quanto Mais Eu Como, Mais Fome Eu Sinto, ONErpm.

Doron, R.; Parot, F. (2011) Dicionário de psicologia. Climepsi Editores. Lisboa.

Rezende, J. M. (2006) Caminhos da Medicina: trajetória histórica da clínica médica e suas perspectivas. Palestra na Jornada de Clínica Médica para estudantes de Medicina realizada em Goiânia em 19/ 08/1998. Disponível em: <<http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende>>. Acesso em abril 2024.

Dutra, E. (2004) Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. Estudos de Psicologia, Natal, v. 9, n. 2, p. 381-387.

Faria, A. P. V. (2023) Diálogos entre Vigotski e práxis clínica: uma revisão bibliográfica. Dissertação de Mestrado. Unesp – Assis.

Engels, F. (2020) Dialética da natureza. Tradução: Schneider, N. 1. ed. São Paulo, Boitempo.

Freitas, M. T. A. (2000) As apropriações do pensamento de Vygotsky no Brasil: um tema em debate. Psic. da Ed., São Paulo 10/11, 1º e 2º sem, p. 9-28.

Ferreira, T. R. S. Roldão, F. D. (2018) A Prática Clínica na Psicologia Histórico-Cultural. Anais do EVINCI – UniBrasil, Curitiba, v.4, n.1, p. 384-397, out.

Ferreira, T. R. S; Roldão, F. D. (2023) Relato de Experiência de Estágio Curricular Supervisionado durante a pandemia de covid-19: o plantão psicológico na perspectiva da psicologia Histórico-Cultural. Cenas Educacionais, Caetité - Bahia - Brasil, v.6, n.e15741, p.1-19.

Ferreira, J. P. B; Bellenzani, R. (2021) Psicoterapia Histórico-Cultural: análise de três propostas teórico-metodológicas. In: (Orgs) Bellenzani, R; Carvalho, B. P. Psicologia Histórico-Cultural na universidade: pesquisas implicadas. Campo Grande, MS : Ed. UFMS.

Ferreira, A. A. L; Gutman, G. (2005) O Funcionalismo em seus Primórdios: a Psicologia a serviço da Adaptação In: (Orgs) Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L; Portugal, F. T. História da Psicologia: rumos e percursos. Nau Editora, Rio de Janeiro.

Figueiredo, L. C. M; Santi, P., P. L. R. (2010) Psicologia: Uma nova introdução. 3 ed. Educ. São Paulo, SP.

Figueiredo, L. C. M. (2014) Matrizes do Pensamento Psicológico Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes.

González Rey ,F (2005) A Psicologia Soviética: Vigotsky, Rubinstein e as Tendências que a caracterizam até o fim dos anos 1980. In: (Orgs) Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L; Portugal, F. T. História da Psicologia: rumos e percursos. Nau Editora, Rio de Janeiro.

González Rey, F. (2007) Psicoterapia, Subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação Histórico-Cultural. Ed. Cengage, São Paulo.

Holanda, A. F. (2019). O Que é Psicologia? Dilemas Epistemológicos e Repercussões

Contemporâneas. Revista De Psicologia, 10(1), 8 - 24. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/33638>.

Jacó-Vilela, A. M. (2024) A Psicologia no Brasil: Formação e Institucionalização. Psicologia: Ciência e Profissão, v44spe1, e287307, 1-10. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287307>

Junior, E. J. S; Lopes, M. G; Cirino, S. D. (2005) A reflexologia soviética: Séchenov, Pavlov e Bechterew. In: (Orgs) Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L; Portugal, F. T. História da Psicologia: rumos e percursos. Nau Editora, Rio de Janeiro.

Kahhale, E. M. P; Andriani, A. G. P. (2002) A Constituição Histórica da Psicologia como Ciência. In: (Org.) Kahhale, E. M. P. A Diversidade da Psicologia: uma construção teórica. Editora Cortez, São Paulo.

Kahhale, E. M. S. P. & Montreozol, J. R. (2019a) A clínica na Psicologia Sócio-Histórica: uma abordagem dialética. In G. Toassa, T. M. C. Souza & D. J. S. Rodrigues (orgs.). Psicologia Sócio-Histórica e desigualdade social: do pensamento a práxis (1aed., pp. 191-211). Goiânia: Editora da Imprensa Universitária.

Kahhale, E. M. S. P. & Montreozol, J. R. (2019b) Práxis clínica: a psicoterapia como movimento dialético ante a desigualdade sócios-sexual. Psicologia em Revista, 25(2), 924-941, 2019b. Recuperado em 26 de fevereiro de 2024, de <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p924-941>.

Kahhale, E. M. S. P., Costa, C. M. A., & Montreozol, J. R. (2020). A clínica psicológica: da tradição alienante à potência socio-histórica do sujeito. *Rev. Psicol. Polít.*, 20(49), 702-718, 2020. Recuperado em 26 de fevereiro de 2024, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n49/v20n49a18.pdf>

Kahhale, E. M. S. P; Montreozol, J. R; Brambilla, B. B.(2022) Sobre a prática clínica na perspectiva da psicologia sócio-histórica. In: (Orgs) Moreira, M. I. C; Sousa, S. M. G. *Psicologia Sócio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás. 488 p.; 22 cm.

Kastrup, V. (2005) *A Psicologia no Contexto das Ciências Cognitivas*. In: (Orgs) Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L; Portugal, F. T. *História da Psicologia: rumos e percursos*. Nau Editora, Rio de Janeiro.

Laurenti, C; Lopes, C. E. (2016) *Metodologia da Pesquisa Conceitual em Psicologia*. In: (Orgs) Laurenti, C; Lopes, C. E. Araújo, S. F. *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*, São Paulo: Hogrefe CETEPP.

Leonardi, J. L. (2015) O lugar da terapia analítico-comportamental no cenário internacional das terapias comportamentais: um panorama histórico. *Perspectivas* [online], vol.6, n.2, pp.119-131. ISSN 2177-3548. <https://doi.org/10.18761/pac.2015.027>

Leonardi, J. L; Meyer, S. B. (2015) *Prática Baseada em Evidências em Psicologia e a História da Busca pelas Provas Empíricas da Eficácia das Psicoterapias*. *Psicologia:*

ciência e profissão, 35(4), 1139-1156.

Lemos, A. S. C; Magiolino, L. L. S; Silva, D. N. H (2022) Desenvolvimento e Personalidade: o papel do meio na primeira infância. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e116926. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236116926vs01>

Lima, P. M. R; Lima, S. C. (2020) Psicanálise Crítica: A Escuta do Sofrimento Psíquico e suas Implicações Sociopolíticas. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, e190256, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190256>

Lima, A. I. B. (2023) A clínica de Vigotski para o sujeito contemporâneo: de que psicologia estamos falando? In: Lima, A. I. B; Neto, J. S. O; Clarindo, J. M. Práxis na Clínica Histórico-Cultural: por uma clínica da transformação e do desenvolvimento. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Lima, P. M.; Carvalho, C. F. C. (2013) A Psicoterapia Sócio-Histórica. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 33, n. esp., p. 154-163, 2013.

Luria, A. (1991). A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais In. Luria, A. Curso de Psicologia Geral - Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (pp. 71-84).

Nascimento, A. S; Souza, G. F; Silva, M; Oliveira, M. S. (2019) “Pretitude” e Afro Perspectivismo em Psicoterapia: desafios para a abordagem Gestaltica. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 927-946.

Marques, P. N. (2018) O “jovem” Vygótski: inéditos sobre arte e o papel da criação artística no desenvolvimento infantil. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e183267.

Marx, K.(2016) O Capital: crítica da Economia Política (volume 1). Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 34a ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2016.

Marx, K; Engels, F. (2023) A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Enderle R; Schneider, N; Martorano, L.C. B. 11. ed .Boitempo, São Paulo.

Marx, K. (2006) O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro.

Magiolino, L. L. S. (2010) Emoções humanas e significação numa perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano: um estudo teórico da obra de Vigotski. 187f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Mendonça, F. L. de R. (2018) A atividade criadora e a sua dimensão ontológica: significados partilhados e sentidos produzidos no trabalho docente. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília.

Montreozol, J. R. (2019). A dialética consciente-inconsciente no desenvolvimento da

identidade sexual: aportes sócio-históricos à práxis clínica psicoterápica. (Tese Psicologia em de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Psicologia, São Paulo.

Moraes, M. (2005) O Gestaltismo e o Retorno à Experiência Psicológica In: (Orgs) Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L; Portugal, F. T. História da Psicologia: rumos e percursos. Nau Editora, Rio de Janeiro.

Moraes, R. J. S. (2024) “Se não pode com o inimigo, junte-se a ele!”: A opressão patriarcal como porta de entrada ao consumo de drogas. In: (Orgs) Facci, M. G. D; Filho, A. M; Firbida, F. B. G. Pesquisas e Práticas sobre o Sofrimento e Adoecimento com fundamentos na Psicologia Histórico-Cultural. Appris Editora, Curitiba, PR.

Moreira, J. O; Romagnoli, R. C., & Neves, E. O. (2007) O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. Psicologia: Ciência e profissão, 27(4), 608-621. Recuperado em 26 de fevereiro de 2024, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400004>

Neto, J. S. O. (2023) A configuração do percurso terapêutico na abordagem histórico-cultural: uma proposta. In: Lima, A. I. B; Neto, J. S. O; Clarindo, J. M. Práxis na Clínica Histórico-Cultural: por uma clínica da transformação e do desenvolvimento. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Oliveira, A. B. F. (2023) Anamnese e alta na psicoterapia histórico-cultural: iniciando e concluindo o processo. In: Lima, A. I. B; Neto, J. S. O; Clarindo, J. M. Práxis na

Clínica Histórico-Cultural: por uma clínica da transformação e do desenvolvimento.
1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Pasqualini, J. C. (2009) A Perspectiva Histórico-Dialética da Periodização do Desenvolvimento Infantil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan./mar.

Prestes, Z. (2010) Quando não é a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de Brasília.
<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9123>>

Politzer, G. (2022) Psicologia Mitológica e Psicologia Científica. In: *Críticas dos Fundamentos da Psicologia e outros escritos*. Tradução: Bianchi, B. D. C. Editora LavraPalavra, São Paulo, Sp.

Prestes, Z. Tunes, E. (2012) A trajetória de obras de Vigotski: um longo percurso até os originais. *Estudos de Psicologia I Campinas I 29(3) I 327-340 I julho - setembro*.

Pino, A. (2000). O social e o cultural na obra de Vygotsky. *Educação & Sociedade*, 21 (71), 45-78.

Pino, A. (2005) As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez.

Pino, A. (2010) A Criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento

da criança e à sua educação. *Psicologia USP*, São Paulo, 21(4), 741-756.

Pino, A. (2016) As marcas do humano – pistas para o conhecimento da nossa identidade pessoal. In: (Orgs) Banks-Leite, L; Smolka, A. L. B; Anjos, D. D. *Diálogos na perspectiva histórico-cultural: interlocuções com a clínica da atividade*. Mercado das Letras, São Paulo, Sp.

Rabêlo, F. C; Dias, R. R; Carvalho, G. O; Martins, K. P. H. (2018) Esquizofrenia, clínica e saúde mental na psicologia sócio-histórica e na psicanálise. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.2, p. 229 – 247.

Rosa, E. Z; Ribeiro, A. M; Markunas, M. (2002) Psicanálise. In: (Org.) Kahhale, E. M. P. *A Diversidade da Psicologia: uma construção teórica*. Editora Cortez, São Paulo.

Rosa, E. Z; Kahhale, E. M. P. (2002) Psicologia Humanista: uma Tentativa de Sistematização da Denominada Terceira Força em Psicologia. In: (Org.) Kahhale, E. M. P. *A Diversidade da Psicologia: uma construção teórica*. Editora Cortez, São Paulo.

Sawaia, B. B; Silva, D. N. H. (2015) Pelo Reencantamento da Psicologia: em Busca da Positividade Epistemológica da Imaginação e da Emoção no Desenvolvimento Humano. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. Especial, p. 343-360, out.

Sawaia, B. B. (2000) A emoção como locus de produção do conhecimento – uma

reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa III Conferência de Pesquisa Sócio Cultural. Disponível em: <https://bit.ly/2WdlEoT>

Sawaia, B. B; Silva, D. N. H. (2019) A Subjetividade Revolucionária: Questões Psicossociais em Contexto de Desigualdade Social. In: (Orgs) Toassa, G; Souza, T. M. C; Rodrigues, D. J. S. Psicologia Sócio-Histórica e a Desigualdade Social: do Pensamento à Práxis. Editora Imprensa Universitária, Goiânia, GO.

Santos, C. A. M; Sousa, P. C. A. M; Sousa, P. L. P; Santos, M. E. P; Silva, R. M. A. P; Coelho, G. G. (2020) O Fazer Psicológico no Contexto do CAPSi: uma Experiência de Estágio na Abordagem Histórico-Cultural PsicoFAE: Plur. em S. Mental, Curitiba, v. 9, n. 2, revistapsicofae-v 9 n 2-7.

Santos, L. G. (2015) Inconsciente: uma reflexão desde a Psicologia de Vigotski. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Santos, A. C. V; Machado, G. J. M. M; Fornazaro, K; Beltrame, L.A; Silva, P. B; Teixeira, T. H. S; Penteado, V. O. B; Franco, A. F.(2020) Princípios da Periodização do Desenvolvimento do Psiquismo. In: (Orgs) Tuleski, S. C; Franco, A. F. Calve, T. M. Materialismo histórico-dialético e psicologia histórico-cultural: expressões da luta de classes no interior do capitalismo. Paranavaí: EduFatecie.

Severino, A. J. (2014). Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez.

Silva, D. N.H. (2006) Imaginação, Criança e Escola: processos criativos na sala de aula. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Silva, D. N. H; Magiolino, L. L.S. (2022) Capital-trabalho-educação: criatividade, habilidades socioemocionais e (con)formação do sujeito empreendedor de si mesmo. Psicologia Política. vol. 22. n.55. pp. 735-749.

Silva, D. N. H; Magiolino, L. L.S. (2024) Educação Estética: Princípios e Fundamentos a partir das elaborações de L. S. Vigotski. Cad. Cedes, Campinas, v. 44, n. 124, p.268-279, Set.-Dez.. <https://doi.org/10.1590/CC287818>

Silva, M. C. S. (2019) Psicologia Sócio-Histórica na clínica: uma introdução. 2019. 56 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Silva, C. V. M. (2023) Psicoterapia Breve Infantil com Enfoque Histórico-Cultural: Experiência de Estágio em serviço escola de psicologia. Revista Humanidade e Inovação, v. 10, n- 02, Palmas, TO.

Silva, F. G. (2021) Adoecimento Psíquico na Psicologia Histórico-Cultural: A Patopsicologia. Interação em Psicologia. vol 25, n 2. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v25i2.71721>.

Silva, M. A. (2014) Compreensão do adoecimento psíquico: de Lev. S. Vigotski à patopsicologia experimental de Bluma V. Zeigarnik. Dissertação (Mestrado em

psicologia) - Universidade Estadual de Maringá.

Silva, F. G. (2022) Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética. 1 ed. Curitiba: Appris.

Silva, D. N. H. (2024) Vygotsky's legacy in Defectology: A reflection on its current relevance. Anais: IX International Vygotsky Seminar: Beyond inclusion Towards Transformative Education. ISBN volume 979-12-5568-119-9.

Silva, D. N. H; Freitas, A. P. (2025) Na Confluência dos Estudos Pedológicos de Vigotski: a Criança com Deficiência Intelectual. Psicologia Escolar e Educacional, Itatiba, vol. 29, e284611-1.

Silveira, R. A. T; Huning, S. M. (2007) A Angústia Epistemológica da Psicologia. Psicologia: Teoria e Pesquisa Out-Dez 2007, Vol. 23 n. 4, pp. 473-480.

Silveira, L. (2018). A Psicologia é sua própria crise: Sobre o sentido epistemológico da presença da filosofia no cerne da psicologia moderna. Fractal: Revista de Psicologia, 30 (1), 12-21.

Soares, A. R. (2010) A Psicologia no Brasil. Psicologia: ciência e profissão, n 30, p 8-41.

Toassa, G. (2009) Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural. 2009. 348f. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa

de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Tuleski, S. C; Silva, M. A. S. (2015) Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. Estudos de Psicologia, 20(4), outubro a dezembro, 207-216.

Vigotski, L. S. (2000) Manuscrito de 1929. Tradução: Purizei, A. A. Educação & Sociedade, ano XXI, no 71, Julho.

Vigotski, L. S. (1930/2018a) Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia. Organização [e tradução] Zoia Prestes, Elizabeth Tunes; tradução Claudia da Costa Guimarães Santana.- 1. ed. - Rio de Janeiro: E -Papers.

Vygotsky, L. S. (2018b) Vygotsky Notebooks: a selection. (Orgs) Zavershneva, E; Van der Veer, R. Springer.

Vygotsky, L. S. (1933/2018). Psychology is a Science. In: (Orgs) Zavershneva, E; Van der Veer, R. Vygotsky Notebooks: a selection. Ed. Springer.

Vygotsky, L. S. (1932/2018) Disintegration and Schizophrenia. In: (Orgs) Zavershneva, E; Van der Veer, R. Vygotsky Notebooks: a selection. Ed. Springer.

Vigotski, L. S. (1931/2021a) História do desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Martins Fontes, São Paulo.

Vigotski, L. S. (1928/2021b) O problema do desenvolvimento cultural da criança. In: (Org e tradução) Prestes, Z; Tunes, E. Psicologia, Educação e Desenvolvimento: escritos de L. S. Vigotski. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo, Sp.

Vigotski, L. S. (2021c) Problemas da Defectologia: volume I. Orgs e tradução: Zoia, P; Tunes, E. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo, Sp.

Vigotski, L. S. (2022a) Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. - 2.ed. Cascavel, PR: EDUNIOESTE.

Vigotski, L. S. (2022b) Lev Vigotski: Cuadernos de Notas. (Orgs) Zavershneva, E; Van der Veer, R. Tradução: González, A.A. Ed. Libros del Zorzal.

Vigotski, L. S. (1925/1991) Psicologia da arte. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (1925/2023) A consciência como problema da psicologia do comportamento. In: Marques, P; Toassa, G. Psicologia, desenvolvimento humano e Marxismo. 1. ed. Hogrefe.

Vigotski, L. S. (1928/2023) A ciência Psicológica. In: Marques, P; Toassa, G. Psicologia, desenvolvimento humano e Marxismo. 1. ed. Hogrefe.

Vigotski, L. S. (1930/2023) Sobre os Sistemas Psicológicos. In: Marques, P; Toassa, G. Psicologia, desenvolvimento humano e Marxismo. 1. ed. Hogrefe.

Vigotski, L. S. (1930/2023) O refazimento socialista do ser humano. In: Marques, P; Toassa, G. Psicologia, desenvolvimento humano e Marxismo. 1. ed. Hogrefe.

Vigotski, L. S. (1933/2023) Sobre o problema da psicologia da esquizofrenia. In: Marques, P; Toassa, G. Psicologia, Desenvolvimento Humano e Marxismo. 1. ed. Hogrefe.

Vigotski, L. S. (1934/2023) O problema do desenvolvimento e da desagregação das funções psicológicas superiores. In: Marques, P; Toassa, G. Psicologia, desenvolvimento humano e Marxismo. 1. ed. Hogrefe.

Vigotski, L. S. (1926/2024) O Sentido Histórico da Crise na Psicologia. In: Robert W. Rieber, David K. Robinson (Orgs) O Essencial de Vigotski. Tradução: Marques, P. N; Souza, C. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.

Vigotski, L.S. (1931/2024) O coletivo como fator de desenvolvimento da criança com deficiência. In: Robert W. Rieber, David K. Robinson (Orgs) O Essencial de Vigotski. Tradução: Marques, P. N; Souza, C. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.

Yazbek, A. C. (2015) 10 lições sobre Foucault. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Zanateli, T. R. (2021) Expressões de identidade, historicidade e sexualidade na clínica

sócio-histórica: um estudo de caso. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.